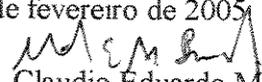


MERCEDES ELIDIA ARANHA COPOLLA

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação Ciências Médicas da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, para obtenção do título de Mestre em Ciências Médicas, área de Saúde Mental do(a) aluno(a) **Mercedes Elidia Aranha Copolla.**

Campinas, 23 de fevereiro de 2005.


Prof(a). Dr(a). Claudio Eduardo M. Banzato
Orientador(a)

MÃES QUE PERDEM SEUS FILHOS NA JUSTIÇA

CAMPINAS

2005

MERCEDES ELIDIA ARANHA COPOLLA

MÃES QUE PERDEM SEUS FILHOS NA JUSTIÇA

*Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-Graduação da
Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de
Campinas para a obtenção do título de Mestre em Ciências
Médicas, área de concentração em Ciências Biomédicas*

ORIENTADOR: PROF. DR. CLÁUDIO E. M. BANZATO

CAMPINAS

2005

UNIDADE BC
Nº CHAMADA T/UNICAMP
C792m
V _____ EX _____
TOMBO BC/ 64793
PROC 16.7.00086.05
C _____
PREÇO 11,00
DATA 2010/10/05
Nº CPD _____

Bib. id. 358582

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS
UNICAMP**

C792m Copolla, Mercedes Elidia Aranha
Mães que perdem seus filhos na justiça / Mercedes Elidia Aranha
Copolla. Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientador : Cláudio Eduardo Muller Banzato
Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas.
Faculdade de Ciências Médicas.

1. Maus tratos infantis. 2. Família. 3. Violência doméstica. I.
Banzato, Cláudio Eduardo Muller. II. Universidade Estadual de
Campinas. Faculdade de Ciências Médicas. III. Título.

CT/fcm

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aluno: MERCEDES ELIDIA ARANHA COPOLLA

Orientador: PROF. DR. CLÁUDIO E. M. BANZATO

MEMBROS

1. Prof(a) Dr(a) Vânia Maria Caio

2. Prof. Dr. Paulo Dalgalarondo

3. Mirian Faury

4. Marisa Lúcia F. Mauro

5.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO CIÊNCIAS BIOMÉDICAS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

DATA: 23/02/2005

NOTA SOBRE A ORIENTAÇÃO

TRABALHO DE PESQUISA INICIADO EM MARÇO DE 2001, SOB A ORIENTAÇÃO DA PROFA. DRA. MARA APARECIDA ALVES CABRAL. APÓS A ORIENTADORA TER SE APOSENTADO E DESLIGADO DA UNIVERSIDADE, EM ABRIL DE 2004, A ORIENTAÇÃO PASSOU A SER FEITA PELO PROF. DR. CLÁUDIO E. M. BANZATO.

É muito bom ter a oportunidade de agradecer, uma vez que isso significa benefícios recebidos, apreendidos e conquistados.

Durante as várias etapas de elaboração deste trabalho, fui privilegiada por ter podido contar com os mais variados tipos de auxílios provenientes de muitas pessoas que apoiaram, incentivaram e compartilharam os momentos de conquistas e os de dificuldades que, aliás, foram muitas.

Pude aproveitar cada momento vivido na construção lenta e difícil de aprendizado, ciente, no entanto, de que toda conquista requer sacrifícios e esforços para ser legitimada.

Em cada etapa vivida, os desafios estavam presentes, juntamente com o desejo de vencê-los e com eles aprender, buscando, deste modo, alcançar novos saberes.

Assim sendo, agradeço a Prof. Dra. Mara Aparecida Alves Cabral por ter acreditado em meu potencial, dando-me a oportunidade de ingressar na Pós-Graduação desta universidade, orientando-me, com seu conhecimento especial, nos primeiros passos para a construção do conhecimento científico.

Agradecimentos especiais eu devo ao meu orientador, Prof. Dr. Cláudio E. M. Banzato, pelo seu comprometimento, disposição acolhedora, dedicação e sabedoria na arte de ensinar e orientar.

Sou grata aos professores doutores Neury José Botega, Paulo Dalgalarro e Sérgio Luiz Saboya Arruda pelas valiosas contribuições no exame de qualificação, ao apresentarem apontamentos que me proporcionaram reflexões ao melhor direcionamento das abordagens técnicas e científicas deste trabalho.

Meus agradecimentos aos profissionais do Laboratório de Informática pelo suporte técnico prestado. Às secretárias da Pós-Graduação, pela prontidão e dedicação nos atendimentos prestados e às integrantes da Câmara de Pesquisa Estatística, Andréa Ferreira Semolini e Cleide Moreira Silva, pelo apoio na realização da análise estatística dos dados coletados para esta pesquisa.

Especiais agradecimentos às mães que com boa vontade participaram deste estudo e, mesmo com as privações e perdas adquiridas no decorrer de suas vidas, demonstraram sensibilidade e desejo de colaborar com outrem por intermédio de seus depoimentos.

Minha gratidão às assistentes sociais das instituições de abrigo que nelas me receberam de braços abertos, incentivando, colaborando e valorizando este estudo.

Agradeço ao Pedro Sérgio Vaz, por sua valiosa colaboração e disponibilidade durante o período de coleta de dados. Com seu conhecimento e habilidade proporcionou-me segurança ao acesso e permanência em campo.

Também à minha família, meus especiais agradecimentos.

Ao meu querido marido, Adilson Gregato Copolla, amigo e companheiro de tantos anos, pela compreensão, participação, incentivo e apoio incondicional, do início ao fim desta jornada. Em cada fase da elaboração deste trabalho, esteve sempre pronto a auxiliar no que fosse necessário.

À minha querida irmã, Elza Thereza Aranha, que tanto contribuiu para o meu crescimento pessoal e profissional, estando sempre disponível a me oferecer conselhos, apoio, afeto e acolhimento.

Aos meus amados filhos, Talita e Tales Aranha Copolla, presenças marcantes em minha vida e motivadoras para que eu sempre siga em frente, em direção à concretização de meus objetivos.

Aos meus pais, que me ensinaram os princípios básicos de vida que até hoje norteiam minhas ações pessoais e profissionais. Saudades...

Finalmente, meus agradecimentos a todas as pessoas que de alguma forma acreditaram e apoiaram este trabalho, fazendo parte de mais um pedaço de minha história.

“Aqueles que muito sabem, nem tudo sabem e provavelmente nunca saberão.

Conhecimento e aprendizagem são exercícios contínuos, intensos e eternos.

Sábio, então, é aquele que reconhece no outro a oportunidade de fornecer e receber informações, desprezando a ostentação e a dominação de seu saber.”

Mercedes Elidia Aranha Copolla

EPÍGRAFE

“O grupo familiar é conquista nobre do processo antropológico-sociológico no qual o ser humano cresce.

Toda vez que a família se desestrutura a sociedade cambaleia, a cultura degenera, a civilização se corrompe...

A família, na condição de grupo consanguíneo, está formulando um vigoroso pedido de socorro à sociedade em geral.”

Joanna de Ângelis

“Ler significa reler, compreender, interpretar. Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam.”

Leonardo Boff.

	<i>PÁG.</i>
RESUMO	<i>xxxiii</i>
ABSTRACT	<i>xxxvii</i>
1- INTRODUÇÃO	41
1.1- Breve histórico da formação da família	44
1.2- Família no Brasil	52
1.3- Trajetória da infância institucionalizada	55
1.4- A família, a criança e os aspectos legais	58
1.5- A família brasileira contemporânea	62
1.6- Circuito interacional entre família - saúde mental - rede social - ciclo de vida	64
1.7- A família e o desenvolvimento infantil	67
1.8- Uso problemático de substâncias psicoativas	69
1.9- Famílias excluídas	72
1.10- Violência doméstica	74
1.11- Fatores desencadeantes da violência doméstica	76
1.12- Tipos de violência doméstica	78
1.13- Conseqüências da violência doméstica	79
1.14- Justificativa	81
2- OBJETIVOS	83
2.1- Objetivo geral	85
2.2- Objetivos específicos	85

3- SUJEITOS E MÉTODOS.....	87
3.1- Instituições de fontes de pesquisa.....	89
3.1.1- Vara da Infância e da Juventude de Campinas.....	89
3.1.2- Instituições de abrigo.....	90
3.1.3- Critérios de inclusão para o Grupo de Estudo.....	91
3.1.4- Critérios de exclusão para o Grupo de Estudo.....	91
3.1.5- Critérios de inclusão para o Grupo Comparativo.....	91
3.2- Constituição da amostra.....	92
3.3- Procedimentos.....	94
3.4- Instrumentos e aplicações.....	96
3.4.1- Instrumentos.....	96
3.4.2- Aplicações.....	98
3.5- Plano piloto.....	98
3.6- Análise dos resultados.....	99
4- RESULTADOS.....	101
4.1- Resultados da análise quantitativa dos dados.....	103
4.1.1- Dados demográficos, socioeconômicos e educacionais das mães entrevistadas.....	103
4.1.2- Aspectos familiares.....	107
4.1.3- Antecedentes pessoais e familiares.....	112
4.1.3.1- Quanto à violência.....	112
4.1.3.2- Quanto ao uso problemático de álcool e drogas na vida das pessoas envolvidas.....	115

4.1.4- Sentimentos e reações relatadas pelas mães diante do afastamento dos filhos.....	118
4.2- Resultados da análise qualitativa dos dados.....	122
4.2.1- Infância.....	122
4.2.2- Filhos afastados.....	125
5- DISCUSSÃO.....	129
5.1- Dados demográficos, socioeconômicos e educacionais das mães entrevistadas.....	131
5.2- Aspectos familiares.....	134
5.3- Antecedentes pessoais e familiares.....	138
5.3.1- Violência.....	138
5.3.2- Quanto ao uso de álcool e drogas com conseqüências na vida das pessoas envolvidas.....	141
5.4- Situações vivenciadas em decorrência do afastamento dos filhos.....	143
5.4.1- Mães destituídas do pátrio poder.....	143
5.4.2- Mães que recuperaram a guarda dos filhos.....	144
6- CONCLUSÕES.....	147
7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	153
8- BIBLIOGRAFIA DE NORMATIZAÇÕES.....	171
9- ANEXOS.....	175

CID-10	Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento
CLAVES	Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde
CMPCA	Centro Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente
COHAB	Companhia de Habitação de Campinas
CRAMI	Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM	Federação Estadual do Bem-Estar do Menor
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
GE	Grupo de Estudo
GC	Grupo Comparativo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
SEHAB	Secretaria de Habitação
SINASC	Sistema de Informações sobre Nascimentos
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNFPA	Fundo de população das Nações Unidas

	<i>PÁG.</i>
Tabela 1- Seleção de casos e perda amostral do grupo de estudo.....	93
Tabela 2- Distribuição da perda amostral do grupo comparativo.....	93
Tabela 3- Caracterização da amostra estudada , segundo a idade.....	103
Tabela 4- Caracterização da amostra estudada, segundo o estado de vínculo conjugal.....	103
Tabela 5- Caracterização da amostra estudada, segundo a religião seguida e sua prática.....	104
Tabela 6- Caracterização da amostra estudada, segundo o envolvimento religioso.....	104
Tabela 7- Caracterização da amostra estudada, segundo anos de estudos concluídos com sucesso.....	105
Tabela 8- Caracterização da amostra estudada, segundo o número total de filhos.....	107
Tabela 9- Caracterização da amostra estudada, segundo o número total de filhos sob a responsabilidade das participantes.....	108
Tabela 10- Caracterização da amostra estudada, segundo o número de filhos destituídos.....	108
Tabela 11- Caracterização da amostra estudada, segundo a idade da primeira relação sexual.....	111
Tabela 12- Caracterização da amostra estudada, segundo a idade do nascimento do primeiro filho.....	111
Tabela 13- Caracterização da amostra estudada, segundo a diferença em anos entre a idade da primeira relação sexual e a idade do nascimento do primeiro filho.....	111

	<i>PÁG.</i>
Gráfico 1- Caracterização da amostra estudada, segundo a ocupação.....	105
Gráfico 2- Caracterização da amostra estudada, segundo a renda familiar....	106
Gráfico 3- Caracterização da amostra estudada, segundo a inclusão em programas de auxílio na ocasião das entrevistas realizadas, e se houve inclusão em outros momentos.....	106
Gráfico 4- Caracterização da amostra estudada, segundo o tipo de família...	107
Gráfico 5- Caracterização da amostra estudada, segundo o fato de os filhos serem do mesmo pai ou não.....	108
Gráfico 6- Caracterização da amostra estudada, segundo o fato de algum filho ser proveniente de relacionamento eventual.....	109
Gráfico 7- Caracterização da amostra estudada, segundo o fato de as participantes terem históricos de abortos.....	109
Gráfico 8- Caracterização da amostra estudada, segundo o tipo de aborto....	110
Gráfico 9- Caracterização da amostra estudada, segundo o fato das participantes terem realizado acompanhamento pré-natal durante as gestações dos filhos afastados.....	110
Gráfico 10- Caracterização da amostra estudada, quanto à ocorrência de mortes violentas envolvendo algum membro da família.....	112
Gráfico 11- Caracterização da amostra estudada, quanto à ocorrência de violência doméstica na infância.....	113
Gráfico 12- Caracterização da amostra estudada, segundo o tipo de violência doméstica sofrida na infância.....	113

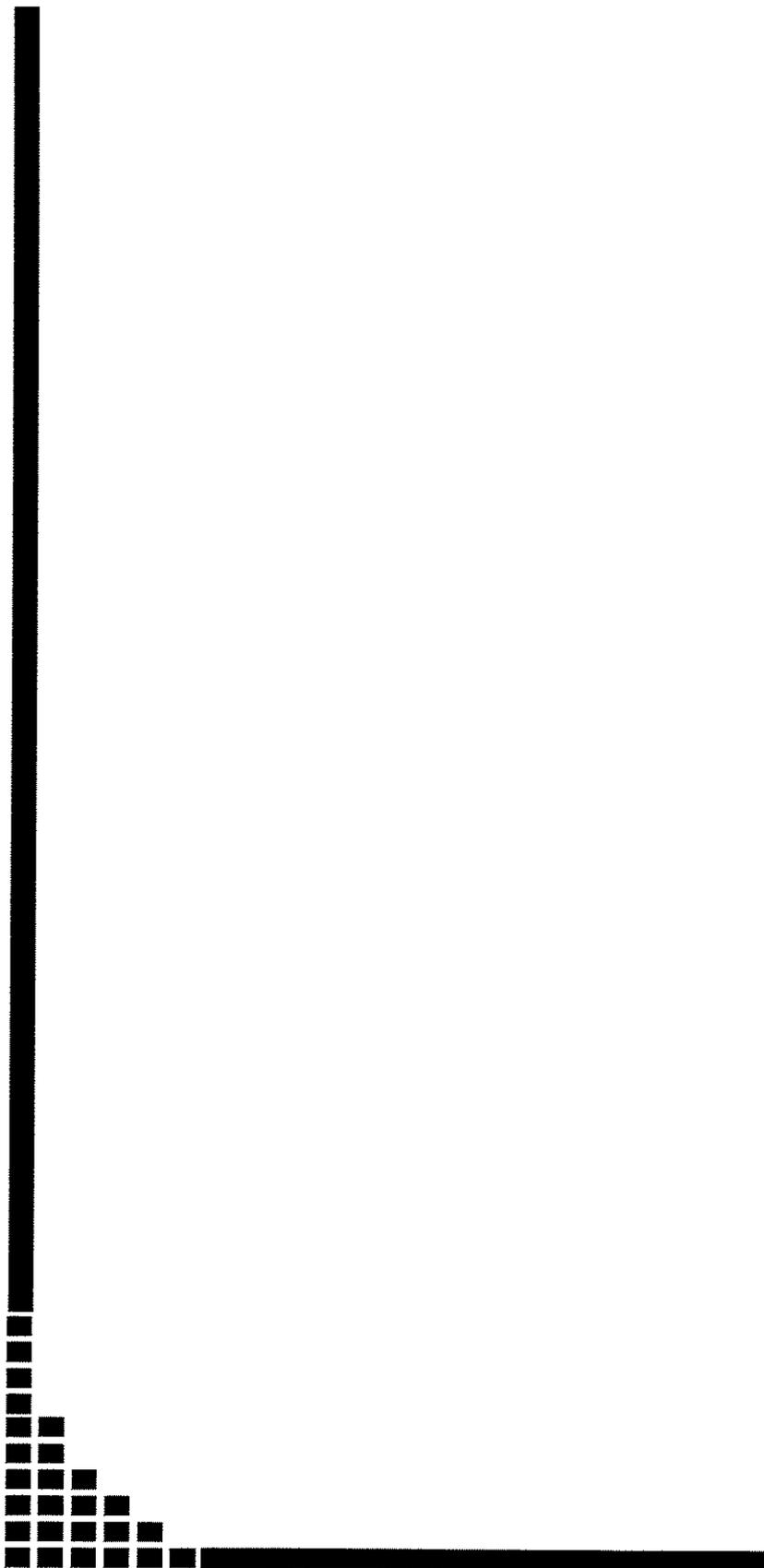
Gráfico 13-	Caracterização da amostra estudada, segundo o fato de terem sofrido violência dos parceiros.....	114
Gráfico 14-	Caracterização da amostra estudada, segundo o histórico de violência na infância e do parceiro.....	114
Gráfico 15-	Caracterização da amostra estudada, segundo o uso problemático de bebidas alcóolicas na vida.....	115
Gráfico 16-	Caracterização da amostra estudada, segundo o uso problemático de drogas na vida.....	115
Gráfico 17-	Caracterização da amostra estudada, segundo o tipo de drogas usadas pelas pessoas participantes do estudo.....	116
Gráfico 18-	Caracterização da amostra estudada, segundo o fato de terem utilizado álcool ou drogas durante as gestações dos filhos afastados.....	117
Gráfico 19-	Caracterização da amostra estudada, segundo o fato de seguirem encaminhamentos para tratamentos no contexto do processo judicial.....	117
Gráfico 20-	Caracterização da amostra estudada, segundo a prática de delitos.....	118
Gráfico 21-	Caracterização da amostra estudada, segundo a reação frente a decisão da justiça de perda de pátrio poder.....	118
Gráfico 22-	Caracterização da amostra estudada, segundo o fato de terem guardado objetos que pertenceram ao filho retirado.....	119
Gráfico 23-	Caracterização da amostra estudada, segundo o tipo de objeto....	119
Gráfico 24-	Caracterização da amostra estudada, segundo o tipo de sentimento para com o filho retirado.....	120

Gráfico 25-	Caracterização da amostra estudada, segundo o tipo de sentimento diante da ameaça de perda dos filhos.....	120
Gráfico 26-	Caracterização da amostra estudada, segundo mudança do modo de agir e educar os filhos após o retorno para seus cuidados.....	121
Gráfico 27-	Caracterização da amostra estudada, segundo mudança do modo de vida para reaver a guarda dos filhos.....	121
Gráfico 28-	Caracterização da amostra estudada, segundo suporte recebido para manter as mudanças.....	122



RESUMO

Trata-se de um estudo psicossocial das famílias que sofreram a perda do pátrio poder, visando caracterizá-las, bem como identificar possíveis fatores associados a este desfecho. Os dois grupos constituídos (estudo e comparativo) foram estudados quali-quantitativamente. Formou-se, por 27 mães que perderam o pátrio poder, por colocar os filhos em situação de risco psicofísico. O grupo comparativo constituiu-se de 17 mães, cujos filhos foram afastados por ordem judicial mas, depois das sentenças, retornaram às suas famílias de origem. Os instrumentos utilizados foram: anamnese-questionário, composto por questões abertas e fechadas, com a pretensão de levantar os dados demográficos e sociais e as histórias de vida das mães que foram destituídas do pátrio poder. Os resultados mostraram que depende este desfecho de uma complexa interação de fatores, abrangendo a pobreza, a violência doméstica, o uso problemático de álcool e droga e a não-adesão a tratamentos clínicos e psicossociais. Dentre os fatores associados ao retorno da criança a sua família natural, destaca-se, após encaminhamento efetuado, a procura de acompanhamento especializado e adesão ao mesmo.



ABSTRACT

This is a psychosocial study of families who suffered with the loss of the custody of their children, aiming to characterize them as well as to identify possible factors associated with this denouement. The two groups constituted (study and comparative) were quality-quantitatively studied. The study group was constituted by 27 mothers who lost the custody of their children for putting them in situation of psychosocial risk. The comparative group was constituted by 17 mothers, whose children were taken away by judicial order, but returned to their origin families after the sentences. The instruments utilized were: anamnesis-questionnaire compounded by open and close questions with the intention of raising demographic and social data and life history of those mothers who were destitute of their custody. The results showed that this denouement depends on a complex interaction of factors, involving poverty, domestic violence, the problematic use of alcohol and drugs and the lack of adherence to clinic and therapeutic treatments. Among the factors associated with the returning of the child to her natural family, it highlights, after providing directions, a simultaneous specialized assistance and adherence.



1- INTRODUÇÃO

A destituição do pátrio poder¹ ou seja, a determinação judicial que retira os direitos e deveres do pai e/ou da mãe sobre os filhos, tem ocorrido ao longo da história, por diversos motivos, dentre eles, a ausência de laços afetivos, a violência doméstica, a negligência, o abandono e as dificuldades de ordem material e financeira.

No contexto mundial, a maioria das sociedades tem se organizado e criado mecanismos para o desenvolvimento de programas assistenciais voltados às famílias provenientes de camadas populacionais desprovidas de condições econômicas adequadas.

Na atualidade, destacam-se os programas públicos de proteção social de alguns países, tais como os da Inglaterra, Itália, França e Estados Unidos, que são destinados às famílias pobres com filhos, visando, dentre outros, a propiciar condições sociais, econômicas e de saúde para que as crianças sejam mantidas em seus núcleos familiares.

No Brasil, existe a união de esforços de vários segmentos da sociedade para privilegiar a família e suas necessidades nos programas públicos de proteção social. Este movimento engloba a reflexão sobre políticas de assistências sociais eficazes ao enfrentamento da pobreza no país.

Para se ter uma idéia da situação de pobreza no país, conforme estimativas do IBGE, 58,2% dos brasileiros mais jovens vivem em famílias cuja renda mensal *per capita* não ultrapassa meio salário mínimo, ou seja, 35 milhões de pessoas estão nestas condições. Assim sendo, manter juntos os filhos nessas condições não é tarefa fácil.

Atualmente, conforme estudo de SERRA (2003), o Brasil tem cerca de 3,3 milhões de crianças e adolescentes que não vivem com seus pais biológicos. Destes, 60% ficam com parentes, principalmente com os avós. O restante permanece sob os cuidados de pessoas sem vínculos consangüíneos e/ou em instituições de abrigo.

Os resultados preliminares do Levantamento Nacional de Abrigos para crianças e adolescentes realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA (2004), apontam a institucionalização de 20 mil crianças e adolescentes. A maioria destes (86,7%) tem família e o motivo principal do abrigamento foi a pobreza (24,2%). Outros motivos

¹ Com o novo Código Civil, vigente a partir de janeiro de 2003, o termo correto para se referir aos direitos e deveres dos pais sobre os filhos, passou a ser “poder familiar”. Porém, usaremos o termo pátrio poder por ter sido este trabalho realizado anteriormente à modificação em lei.

foram apontados: abandono (18,9%), violência doméstica (11,7%), dependência química dos pais e responsáveis, incluindo alcoolismo (11,4%), vivência de rua (7%) e orfandade (5,2%). Ainda segundo este levantamento, mais de um terço dos abrigos existentes encontram-se no estado São Paulo.

A realidade brasileira apontada evidencia que as desigualdades sociais, econômicas e políticas existentes podem levar famílias ao desamparo, sendo estas as possíveis responsáveis pelo surgimento de mecanismos de desagregação familiar, cujos efeitos costumam ser a negligência em relação à educação e cuidados com os filhos.

1.1- Breve histórico da formação da família

A história da humanidade, ao longo de sua evolução social, política, econômica e religiosa, contribuiu diretamente para a formação e delimitação da família. As transformações da instituição familiar ocorreram conforme os interesses socioeconômicos e valores culturais de cada sociedade e em cada época (D'INCÃO, 1989).

BURGUIÈRE (1986), reuniu diferentes etapas de transformações da vida familiar, realizando estudos de diferentes culturas, visando ao conhecimento do universo familiar de cada sociedade estudada durante o período da era medieval, contribuindo, assim, para a compreensão dos problemas gerais da família e de seu papel enquanto instituição.

Outros autores, como GOODE (1969) e POSTER (1979), em suas pesquisas, apontaram as transformações dos padrões de família no mundo como decorrência dos mais variados sistemas de famílias e do seguimento de mudanças diferenciadas de uma sociedade para outra, influenciadas por ideologias e valores culturais próprios.

Sob esta ótica, os autores citados consideram ser a história da família descontínua, heterogênea e não linear, desenvolvendo, em cada sociedade, funcionamentos familiares distintos e em diferentes ritmos exigindo, deste modo, o conhecimento dos conjuntos de elementos para fundamentar as origens das famílias e fatores que desencadearam mudanças.

Da mesma forma, CASEY (1992) pontuou que os estudos históricos sobre a família se alicerçam na tentativa de comparar culturas em diferentes épocas para compreensão do processo social. Em sua obra, analisou a história da família na Europa da Idade Média, avaliando os períodos traçados pela existência e manutenção dos regimes de tribos, clãs, castas e linhagens, concluindo que:

A família era um modo de ordenar a vida social ou política e gerou o conjunto de valores que marcaram a cultura distinta do mundo pré-industrial. Substituiu as burocracias e os mercados que hoje dominam virtualmente toda a nossa vida no Ocidente: era um princípio de conduta, do tipo que reconhecemos na antiga Roma, onde a piedade correspondia à reverência pelos ancestrais.

Vários pesquisadores estudaram as etapas de evolução da família. Começando com POSTER (1979), que selecionou e analisou quatro tipos de famílias extraídos dos modelos europeus, a saber: a família aristocrática dos séculos XVI e XVII, a família camponesa dos séculos XVI e XVII, a família burguesa de meados do século XIX e a família da classe trabalhadora do início da revolução industrial.

As famílias aristocráticas, segundo este autor, atribuíam pouco valor à privacidade, domesticidade, cuidados maternos, amor romântico e relações afetivas com as crianças. Viviam em grandes grupos em residências extensas, preservando o sistema de linhagem, conduzida por uma hierarquia familiar rígida apoiada em escolhas determinadas por diferenças biológicas, de sexo, idade e geração (POSTER, 1979).

Os nobres aristocratas disputavam o poder político agindo de forma a garantir a sobrevivência de suas linhagens porque, para alcançar altos níveis de privilégios sociais e políticos, era necessário preservar a honra de seus descendentes e ascendentes. Todos os membros da família participavam diretamente, tanto nas vitórias como nas desonras e desastres uns dos outros (FLANDRIN, 1995).

A economia era essencialmente agrícola e comercial. As propriedades acumuladas, transformadas em grandes fortunas, eram utilizadas para servir as mordomias das famílias e transmitidas a outrem em forma de herança. Para garantir que as fortunas das

famílias continuassem intactas, as uniões matrimoniais eram decididas pelas respectivas famílias dos futuros cônjuges, segundo seus interesses políticos e econômicos. O casamento não era relacionado ao amor ou com a prática sexual, mas sim a uma questão de aumento de poder, ou seja, um ato político. (POSTER, 1979 e ENGEL, 1981).

A monogamia da mulher era necessária, imposta e fortemente protegida para garantir herdeiros legítimos ao cônjuge. Aos homens, a poligamia era socialmente aceita, havendo exposição pública de suas concubinas², como também a prática de sexo com a criada e outras mulheres da mesma classe social (GOODE, 1969 e ENGEL, 1981).

POSTER (1979) e DONZELOT (1980) apontam que as esposas cumpriam unicamente as funções de ter filhos, organizar e participar de eventos sociais. As proles eram numerosas, existindo um alto índice de mortalidade infantil, principalmente pela inexistência de hábitos higiênicos adequados. Os cuidados com os filhos eram considerados abaixo da dignidade de uma dama aristocrática.

Neste contexto, segundo tais autores, existiam situações em que bebês eram afastados das mães, desde o momento do nascimento, entregues aos cuidados das amas de leite que, por vezes, utilizavam agressões físicas e sexuais durante o período em que os mantinham sob seus cuidados. Posteriormente, enviavam-se os filhos a outros grupos familiares pertencentes à nobreza para serem criados e submetidos às aprendizagens de ofícios, inseridos num mundo público pautado pela violência física aplicada quando a autoridade dos adultos era por eles desafiada.

Em seu estudo, BADINTER (1985) destaca que, para compreender o comportamento de rejeição da maternidade pelas mulheres, faz-se necessário salientar que, nesta época, a sociedade não dispensava nenhum valor às tarefas e afetos maternos, considerando-os um ato vulgar.

² O concubinato existe desde o direito romano considerado adúlterino, quando paralelo ao casamento. Em 1988, com a Constituição Federal em vigor, o concubinato passou a ser reconhecido como forma de conferir direitos de família (KUMPEL, Vitor. Concubinato Impuro. São Paulo: Complexo Jurídico Damásio de Jesus, jul.2001. Disponível em: www.damasio.com.br/novo/html/frame_artigos.htm.

As famílias camponesas, de acordo com POSTER (1979) e ENGEL (1981) viviam em aldeias, mantendo estreita proximidade com outros integrantes da comunidade aldeã, na maioria, pertencentes ao mesmo parentesco. A aldeia era a família do camponês, portanto a autoridade era centrada na própria aldeia, seguindo o padrão aristocrático de submissão à hierarquia e às extensas tradições e costumes.

A vida cotidiana das famílias era, conforme os estudos de FLANDRIN (1995), de conhecimento de toda a aldeia e por ela fiscalizada. Casamentos, relações entre marido e mulher, entre pais e filhos, comportamento da mulher frente ao não cumprimento de tradições, eram investigados pelos membros do grupo, impondo ao infrator castigos e sanções. Existia nas aldeias um alto índice de solidariedade entre os camponeses.

Camponeses e camponesas desempenhavam funções diferenciadas, sendo as mulheres subordinadas à autoridade masculina, porém detinham poder em suas funções específicas. O trabalho das mulheres era de suma importância para a sobrevivência da família e da comunidade. Além dos afazeres domésticos, realizavam no campo trabalhos pesados e por longas horas (POSTER, 1979).

A questão da sobrevivência exigia das mulheres o trabalho no campo e as mães eram obrigadas a deixar seus filhos, ainda em tenra idade, sozinhos nas aldeias, sem cuidados e, muitas vezes, sem alimentação. Nesta situação, o índice de mortalidade infantil era alto. As pessoas que dispunham de algum recurso financeiro enviavam seus filhos recém-nascidos para os cuidados de amas de leite, enquanto que as muito pobres, por vezes, os abandonavam, para ficarem livres para trabalhar, na tentativa de garantir o sustento dos membros sobreviventes de sua família (POSTER, 1979; DONZELOT, 1980; BADINTER, 1985).

Em conformidade com as tradições e costumes, os filhos entre sete e dez anos de idade eram comumente mandados para outra residência camponesa, para servirem como criados ou para aprenderem boas maneiras para executarem tarefas caseiras. Desta forma, havia uma circulação de crianças nas aldeias onde elas aprendiam a depender da comunidade e não dos pais (POSTER, 1979 e BADINTER, 1985).

Para este autor, o surgimento da família burguesa ocorreu diante da necessidade da separação dos negócios familiares do domicílio, pois, em busca do lucro, o burguês precisava dedicar-se intensamente aos assuntos econômicos. Sendo assim, o modelo vigente até então, onde família e negócios se fundiam num só local, passou a ser inadequado. Desta maneira, o governo do lar transformou-se em serviço privado, havendo mudanças significativas nas relações entre os membros da família. A autoridade sobre as relações de pais e filhos não mais estava centrada na hierarquia familiar extensa e sim limitada exclusivamente aos pais (HAREVEN, 1973).

A família burguesa passou a considerar os filhos como seres importantes aos pais, dedicando-lhes atenção e cuidados constantes. A função da mulher dentro do casamento era criar e educar os filhos, manter o lar e prover as necessidades do marido, enquanto que este era responsável pelo provimento do lar, sendo o chefe de família a autoridade máxima frente à esposa e filhos. A autoridade dos pais permitia o direito de aplicar na educação dos filhos, modelos direcionados a ameaças de retirada de amor e afeto a título de punição, em substituição aos castigos físicos de outrora (POSTER, 1979).

DONZELOT (1980), afirma que, a partir do século XVIII, o surgimento da medicina da criança e da mulher, aumentando a ligação do médico com a família, foi um fator determinante da reorganização familiar, da imagem da infância e da revalorização das tarefas educativas.

É de suma importância destacar o historiador ARIÈS (1981) que, em seu estudo sobre a história da família, abordou o início do sentimento de família como sendo inseparável do sentimento da infância. Sustenta que, na Idade Média, a maioria das pessoas não se interessava pelas crianças que, muitas vezes, eram igualadas aos adultos, tratadas como objetos de brincadeiras, inexistindo afeição entre pais e filhos, da forma que se conhece na atualidade.

Do século XV ao XVIII, segundo o mesmo autor, começaram o desenvolvimento e a estruturação do sentimento da família e da infância. No início deste processo de transformação, o índice de mortalidade infantil era muito alto. As crianças eram confiadas a estranhos, longe do ambiente familiar, diluindo-se os vínculos afetivos

das famílias para com as crianças. Eram entregues às amas de leite, logo após o nascimento, prática esta comum entre a aristocracia, estendendo-se este fenômeno a todas as camadas da sociedade, a partir do século XVIII.

Diante da presença da insignificância da infância, segundo o mesmo autor, teólogos, pedagogos e filósofos recomendavam aos pais frieza e métodos educacionais rígidos em relação aos filhos. Ao retornarem das casas das amas de leite, eram imediatamente encaminhados para conventos ou internatos para receberem aprendizagem educacional pautada em modelos rigorosos e repressivos.

ARIÈS (1981) salienta que o Estado, a Igreja e os moralistas da época influenciaram a população na valorização do sentimento da família e da infância, incentivando-a a se responsabilizar pela educação e cuidados integrais de suas proles. Esse processo, iniciado no século XVIII deu-se, paulatinamente, à medida em que foram surgindo escolas, privacidade da família, manutenção das crianças junto aos pais, sentimento de família reconhecido e valorizado pela Igreja. Esta nova mentalidade limitou-se, durante muito tempo, à classe dominante, continuando a população empobrecida afastada de suas crianças.

Paradoxalmente, conforme pontuado pelo mesmo historiador, a Igreja Católica, ao fundar e dirigir instituições educacionais nos moldes de internatos, amparadas em modelos rigorosos e repressivos, plenamente aceitos pelas famílias e sociedade da época, contribuiu significativamente com a manutenção do afastamento de crianças e adolescentes de seus familiares.

Em relação à influência da Igreja, durante todo o período pré-industrial, BADINTER (1985) e PRADO (1984) igualmente descrevem em seus trabalhos a participação ativa desta e o controle exercido nas áreas econômicas, sociais e familiares. A religião ditava regras em todos os setores da sociedade, controlando e apoiando o funcionamento da família, utilizando-se de métodos punitivos diante de desvios cometidos, baseados na argumentação da prática de pecados para com a Divindade. Tais princípios eram totalmente aceitos pela sociedade, em geral.

D'INCÃO (1989) posicionou-se da seguinte forma frente às transformações da família:

Da Oceania até a África Ocidental, da Roma antiga até a Inglaterra tudoriana e a França da Revolução Industrial, não faltaram exemplos de crianças transferidas por adultos a fim de consolidar ou aumentar seu capital social, político ou econômico. A evidência histórica apóia a hipótese de que na Europa a família nuclear só emerge como socializadora por excelência das crianças a partir do século XVIII, junto com a popularização da educação escolar.

Os historiadores da família, consultados para este trabalho, dentre eles POSTER (1979), DONZELOT (1980), BADINTER (1985) salientaram a importância da obra de ARIÈS (1981) centrada na evolução e significância da família e da infância. Nela consta que a história da família deve estender-se ao conhecimento e compreensão dos fatores emocionais que envolvem as relações familiares, extrapolando os limites da história intelectual da infância. Ressalta, ainda, que as mudanças da família medieval para a família burguesa se limitaram às classes abastadas, estendendo-se a todas as camadas sociais, a partir do século XVIII.

Quanto à forma de produção, nos estágios anteriores da evolução da sociedade, era essencialmente coletiva mediante distribuição direta dos produtos, sendo os próprios produtores os dirigentes de todo o processo de produção e de seus produtos. Neste modo de produção, foi sendo lentamente introduzida a divisão do trabalho, surgindo, então, de forma dominante, a produção industrial (ENGEL, 1981).

As famílias trazidas do campo para trabalharem nas indústrias preservavam seus costumes e tradições, ajudando-se mutuamente diante das deploráveis condições de vida e da exploração no trabalho. Uma parcela desta população era obrigada a deixar seus filhos sozinhos ou sob os cuidados despreocupados de um parente ou vizinhos durante o período de permanência nas fábricas (GOODE, 1969 e POSTER, 1979).

Aos poucos, com o passar do tempo, as famílias proletárias foram adotando o modelo de estrutura familiar burguês ajustando-se às novas exigências socioeconômicas, prevalecendo, entretanto, a dominação e a autoridade masculina no lar, ocupando a mesma posição no âmbito de trabalho (POSTER, 1979).

GOODE (1969) e POSTER (1979) assinalam que as exigências de emprego nas indústrias forçaram os camponeses e a classe urbana empobrecida a uma rápida adaptação ao novo processo e a se locomoverem para outras localidades dificultando, com isso, a manutenção dos vínculos familiares. Já as camadas mais favorecidas estavam capacitadas para a utilização das novas oportunidades advindas com a industrialização.

Posteriormente, com o desenvolvimento industrial, paulatinamente foi ocorrendo a substituição de pequenas fábricas por grandes indústrias, surgindo uma vasta e heterogênea população trabalhadora que adotou um modelo de família assemelhado ao burguês. Em continuidade às transformações que aconteceram, fatores inerentes às forças sociais da industrialização e da urbanização contribuíram significativamente para mudanças na grande maioria das sociedades existentes no mundo, à generalização do tipo de família nuclear (GOODE, 1969; POSTER, 1979; D'INCÃO, 2001).

Ainda, segundo estes autores, no final do século XIX, quando as famílias começaram a ser constituídas em unidades distintas das unidades econômicas, isso pela própria exigência da industrialização e urbanização, o amor romântico passou a ser a natureza das escolhas dos jovens para o casamento, integralizando o modelo de família nuclear, centrada no casal e nos filhos nas mais variadas sociedades.

Da época medieval até a revolução industrial, observou-se, dentre outros, que na evolução histórica da instituição família, os valores culturais impuseram lentamente regras de comportamento em relação aos papéis do homem, da mulher e da criança. As estruturas familiares foram se modificando, conforme os interesses socioeconômicos e valores de cada sociedade.

Toda e qualquer mudança implica transformação constante. Sendo assim, faz-se necessário o conhecimento das etapas evolutivas da família para subsidiar as observações, análises, julgamentos e intervenções na compreensão da família contemporânea, especificamente àquelas que não conseguem oferecer cuidados adequados aos filhos e, conseqüentemente, perdem suas guardas na justiça.

1.2- Família no Brasil

Na sociedade colonial brasileira, conforme salientou CORRÊA (1994), reinava o modelo de família patriarcal³ inspirado no modelo europeu e, paralelamente, se dava uma forte influência da era escravista. Evidencia ser este o ponto primordial de observação da família no Brasil Colonial acomodada nos estreitos limites do engenho ou da fazenda, sendo estes lugares privilegiados para o nascimento da sociedade brasileira.

Os estudos de COSTA (1994); NEDER (1994) e de FONSECA (2002) indicam a coexistência, no mesmo espaço social, de várias formas de organização familiar, decorrentes das diferenças de culturas, dos diversos tipos de produções, que propiciam diferentes formas de relações sociais.

Os estudos de CORRÊA (1994); COSTA (1994); NEDER (1994) e de FONSECA (2002) ilustram que a formação e delimitação de modelo de família no Brasil receberam influência do modelo desenvolvido na Europa e da composição de diferentes raças e culturas, compreendendo a patriarcal, a nuclear burguesa e famílias de origem indígenas e africanas, contendo estas últimas organizações matrilineares⁴.

Estes autores indicam a coexistência, no mesmo espaço social, de várias formas de organização familiar, decorrentes das diferenças culturais, dos diversos tipos de produções, que propiciaram diferentes formas de relações sociais, embora o dominante tenha sido o modelo de famílias extensas baseadas nas relações patriarcais.

Em seu estudo, D'Incão (2001), analisa que, nesta época, a família patriarcal brasileira, chefiada pelo pai detentor de grande poder sobre seus dependentes, agregados e escravos, habitava a casa-grande e dominava a senzala, reinando entre a elite dominante um estilo de vida influenciado pela aristocracia portuguesa. Entre os pequenos proprietários predominava o estilo de vida burguesa. O modo de funcionar da sociedade da época separava os brancos ricos dos brancos pobres, índios, negros e miscigenados⁵.

³ A chefia da família é realizada pelo homem mediante o exercício de poder e autoridade sobre seus membros.

⁴ Organização social em que a mulher é a base da família e exerce autoridade perante ela.

⁵ Entende-se por miscigenação a mistura, o cruzamento entre raças.

TRIGO (1989) e SAMARA (2002) acrescentam que nas uniões legítimas o papel dos sexos era bem definido com base nos costumes e tradições, uma vez apoiado nas leis vigentes da época. O poder de decisão pertencia ao marido, no desempenho de suas funções de protetor e provedor da esposa e dos filhos, cabendo à esposa os cuidados do lar e dos filhos. Assim como na sociedade portuguesa, o gênero exercia influência nas relações sociais, familiares e jurídicas, dentre elas, o pátrio poder reconhecido exclusivamente nas uniões legais.

As famílias da era colonial assistiam às suas crianças, reconhecendo-as como integrantes do seu núcleo, existindo sentimentos para com elas. No entanto, existia uma marcante distinção entre famílias da classe dominante que exerciam os seus direitos, enquanto às famílias escravas eram delegados apenas os deveres. Eram, ainda, privadas de uma convivência familiar, como se verifica nos estudos de DEL PRIORI (1995) e ALANIZ (1997).

Em relação à vida camponesa, COSTA (1994) enfoca que existia predominância de grupos familiares organizados de forma hierárquica e havia entre si fortes laços de vizinhança e de compadrio. ROMANELLI (1997) acrescenta que a divisão sexual e etária delimita posições e papéis diferenciados, direitos e deveres específicos, porém desiguais. Nesta divisão, a criança desde tenra idade, realizava pequenas tarefas na roça e no domicílio, incorporando, assim, o trabalho como atividade e valor essencial. Neste contexto, a vida cotidiana desta população era árdua, voltada praticamente ao trabalho por questão de sobrevivência (COSTA, 1994).

Segundo VENÂNCIO (2001), as camadas populares foram responsáveis pela introdução de novas formas de amor e de criação dos filhos, pois as mães pobres contavam com o auxílio de uma extensa rede de vizinhança e parentes nos cuidados com os filhos. As crianças circulavam de lar em lar, de senzala em senzala, estabelecendo relações de parentesco afetivo. Ao longo dos anos, o envio de uma criança a outra família foi se tornando um gesto cada vez mais aceito e praticado.

A história social da escravidão no Brasil, segundo COSTA (1994), ALANIZ (1997) e MATTOSO (1988) conferem ao relacionamento entre senhores e escravos a prática de manipulação e coerção. O autoritarismo e a violência existentes foram

responsáveis pela separação entre casais, pais e filhos, parentes e amigos. Na era da escravidão e pós-abolição, era comum filhos de escravos serem separados de seus pais. Naquela época, muitas crianças ficavam sob a responsabilidade legal dos ex-senhores de suas mães, por orfandade, desejo dos pais ou, ainda, por circunstâncias inerentes à vontade de seus genitores como, por exemplo, a venda de suas mães.

Conforme a interpretação de MATTOSO (1991) e FALCI (2001), dentro do sistema cruel da escravidão, em que as relações humanas eram fragmentadas, o que mais violentava a mulher escrava era a venda de escravas mães ou de filhos escravos. PRADO (1984) e SILVA, (1998) observam outro ponto crucial vivido pela mulher escrava: o fato de os senhores aproveitarem de seu poder para explorá-las sexualmente.

Nestas circunstâncias, era comum nos engenhos, a fuga de escravos, mesmo sob a forte vigilância dos capatazes das fazendas. As fugas ocorriam pelos mais variados motivos: castigos físicos constantes, abuso sexual, separação de entes queridos, por vendas ou transferências, ou por impedimentos de uniões entre casais escravos de senhores diferentes (GONÇALVES, et al 1998).

A família escrava, fragmentada pelas imposições da era escravista, caracterizou-se pela ausência do componente masculino e foi criando, assim, grupos familiares ligados por afinidades e mantidos em sua maioria por organizações matrilineares (MATTOSO, 1991 e NEDER, 1994).

CALDERON e GUIMARÃES (1995) afirmam que o fim do trabalho escravo, as forças sociais e econômicas da industrialização e da urbanização, estão intrinsecamente ligados ao fenômeno de mudanças dos padrões familiares, afetando todas as sociedades conhecidas, cada qual no seu ritmo, conforme as particularidades culturais e sociais, porém no sentido de atingir a generalização do tipo de família nuclear, considerada como a ideal. A partir dessa mudança, a modalidade familiar composta por pai, mãe e filhos, organizou-se em torno da centralização e autoridade da figura do pai (NEDER, 1994).

As mudanças das práticas e representações da mulher, oriundas das exigências trazidas pela industrialização, as mudanças nas relações de gênero e nas relações amorosas, os rompimentos e recombinações nas relações de parentesco, contribuíram para o

surgimento de novas formas de organizações familiares, em transformação até os dias atuais (LOPES, 1995).

Este breve histórico da formação da família no Brasil teve por objetivo apresentar algumas possibilidades de reflexão para melhor orientar as práticas profissionais direcionadas ao atendimento da criança e da família conhecendo, deste modo, a história cultural das famílias com as quais os profissionais da saúde, educação, serviço social e outros atuam no cotidiano.

Dada a importância da questão, avaliou-se a necessidade da inclusão deste tema nos programas de capacitação e reciclagem dos profissionais que trabalham com famílias em risco, sobretudo àquelas em situação mais vulnerável em decorrência do afastamento temporário ou definitivo dos filhos, por decisão da justiça.

1.3- Trajetória da infância institucionalizada

No período da colonização, de acordo com ALANIZ (1997), quando os pais ou parentes não assumiam a responsabilidade por um filho, essa obrigação recaía sobre o Estado que, por sua vez, a repassava à Igreja, surgindo assim, no século XVIII, a Roda de Expostos. Este autor considera de suma importância a não desvinculação de crianças enjeitadas e pobres nos estudos sobre a história da família.

As Rodas de Expostos, instituições destinadas a recolher e cuidar de crianças abandonadas, 'enjeitados'⁶ e miseráveis, são originárias da Itália, na Idade Média, no século XV, estendendo-se aos países europeus, no mesmo período. Elas surgiram com a aparição de confrarias de caridade com o propósito de Obras de Misericórdia. Recebeu esta denominação por possuir um dispositivo giratório, permitindo a colocação das crianças a serem adotadas com garantia de anonimato e anuência da sociedade (CARVALHO, 1993; MARCÍLIO, 1999).

⁶ Criança que foi abandonada, rejeitada, repudiada pelos pais e exposta na roda (Aurélio, 1986).

Segundo argumentos de ALMEIDA, (1987); MARCÍLIO (1999), o modelo foi trazido de Portugal para o Brasil durante a época colonial do século XVIII e administrado pelas Irmandades e Santa Casas de Misericórdia, por causa da preocupação das autoridades ao depararem com um crescente número de abortos, infanticídios e abandonos de bebês pelas ruas, repetindo-se o fenômeno iniciado anteriormente na Europa. Conforme citam tais autores a história da colonização brasileira está ligada à história das Santas Casas de Misericórdia.

De acordo com apontamentos de LEITE (1991); VENÂNCIO (2001) vários fatores levaram as mães a abandonarem os filhos: encobrir nascimentos ilegítimos para salvar a honra da mulher, a pobreza dos pais, frente ao alto índice de natalidade, comum em todas as camadas sociais, filhos de escravas fugitivas; nascimentos de gêmeos que acarretavam para a mãe um peso insuportável, optando, por isso, pela entrega de um dos gêmeos. Uma causa menos comum era o abandono motivado pela morte dos pais. ‘Enjeitar’ o filho não era considerado crime e não implicava perda do pátrio poder. As mães, caso desejassem, poderiam reaver os filhos deixados na Roda ou resgatá-los das famílias em cujas portas das casas os haviam deixado anteriormente, independente do tempo passado.

De acordo com MARCÍLIO (1999), foram implantadas no Brasil quinze Rodas de Expostos, distribuídas em várias cidades e estados. Todas funcionavam precariamente por falta de verbas, em condições insalubres. A maioria se localizava em prédios improvisados, sem móveis suficientes, sem água encanada, esgoto, luz e ventilação. Por conta destas condições insalubres, muitas crianças morriam nos locais.

A pesquisa de LEITE (1999), em registros e anais sobre a situação de crianças abandonadas na França, Itália, Bélgica e Inglaterra, durante o século XIX, constatou que as condições sanitárias e sociais das Rodas não diferiam muito das condições apontadas pelos pesquisadores do mesmo tema no Brasil do século XIX. Os conhecimentos de puericultura inexistentes, amas de leite subalimentadas, amamentação artificial ministrada sem nenhuma assepsia, e dificuldades em assimilar e praticar os preceitos de higienização nos cuidados das crianças, foram os fatores agravantes da precariedade dessas instituições.

Paralelamente, as Câmaras Municipais contratavam amas de leite mediante pagamento irrisório para cuidar dos ‘enjeitados’ em suas residências. As criadeiras eram brancas pobres e ex-escravas. Muitas aceitavam manter ‘enjeitados’, recebendo muito pouco ou nada por isso, mediante a alegação de pagamento de promessas. Assegurava-se às criadeiras o direito de exploração do trabalho das crianças, caso permanecessem com elas após os sete anos de idade. Mas, a maior parte das crianças acabava perambulando pelas ruas. Diante disso, as Rodas encaminhavam as crianças para famílias interessadas na mão de obra infantil (MARCÍLIO, 1999; VENÂNCIO, 2001).

Ainda segundo estes autores, o crescente aumento de ‘enjeitados’ e as dificuldades de manutenção de ‘amas’ sob pagamento para cuidar deles, o número crescente de médicos higienistas, juristas, a independência política, desencadearam um movimento a favor da extinção da Roda. Em 1927, criou-se o primeiro Código de Menores brasileiro, constando em um de seus artigos, a extinção do sistema das Rodas.

Conforme CARVALHO, (1993) e FERREIRA e CARVALHO (2000), depois da promulgação do primeiro Código de Menores, a partir de 1930, grandes internatos começaram a aparecer baseados em uma lei voltada exclusivamente ao controle da infância e da adolescência abandonadas e delinqüentes. Os internatos seguiam o modelo de reclusão e atendimento coletivo, exercendo a função de proteger crianças e adolescentes de um mundo hostil e igualmente proteger a sociedade da convivência incômoda com eles, objetivando devolvê-los reeducados e readaptados ao convívio social.

CARVALHO, (1993) e MARICONDI (1997) explanam que, em 1964, surge a FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, seguida de unidades estaduais, a FEBEM – Federação Estadual do Bem-Estar do Menor, baseados em modelo repressor, segregado e massificado. As crianças e adolescentes internados permaneceram nestas instituições esquecidas por suas famílias, criando o próprio sistema um aglomerado de abandonados. Isso porque, o trabalho era voltado para a permanência nas instituições, ao invés de buscar condições de retorno à família, ou diante da impossibilidade desta, a colocação em família substituta.

Sob a ótica de MARCÍLIO (1999), a sociedade brasileira, ao passar por transformações sociais, políticas, religiosas e educacionais, paulatina e tardiamente, pressionada pela Declaração dos Direitos da Criança e pela presença ativa de organizações não governamentais, nacionais e internacionais, começou a dar seus primeiros passos em direção à valorização da infância e à importância da família como espaço de proteção à criança.

Por meio desta síntese apresentada, pode-se constatar que o afastamento de crianças de suas mães acompanha a trajetória da humanidade. Da mesma forma, as questões culturais e valores permeavam na época as iniciativas de mães a procurarem seus filhos, na tentativa de resgatá-los após anos de abandono e afastamento.

Nesta prática profissional, aqui exposta, ainda se depara com situações em que mães desejam delegar ao Estado os cuidados com os filhos e depois, mais tarde, recuperá-los, algumas vezes, quando estiverem em melhor situação financeira. Esta forma de pensar se dá em conformidade com seus valores culturais que, nestas circunstâncias, não descartam a falta de afeto por estes filhos. Dentre outros, pretende-se, neste estudo, levantar as expectativas das mães destituídas do pátrio poder, quanto ao fato de virem a ter contatos com estes filhos.

1.4- A família, a criança e os aspectos legais

A Constituição Federal, BRASIL (1988), em seu artigo 227, em consonância com Declaração Mundial dos Direitos da Criança (1990) - proclamada pela Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) – pelo art. 227, atribui à família a principal responsável pelos cuidados básicos e pela proteção da infância à adolescência:

É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Desde 1988, ocorreu uma intensa mobilização social abrangendo diversos segmentos da sociedade civil em relação à proteção da infância. Deste movimento resultou a elaboração e a aprovação da Lei Federal nº 8.069 de 1990 - o Estatuto da Criança e do Adolescente (E.C.A.). Elaborou-se este Estatuto com o objetivo de oferecer proteção integral à criança e ao adolescente, proveniente da família, da sociedade em geral e do poder público (LIBERATI, 1991; ENOUT, 2002).

SÊDA (1995) afirmou ter sido o Brasil o pioneiro do mundo todo a firmar compromisso com a Convenção dos Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1989. Avaliou ser o E.C.A. uma lei completa, contendo dispositivos que contemplam os direitos e deveres referentes à proteção da criança, adolescentes e suas famílias.

VERCELONE (1992) analisa a abrangência do significado do termo proteção que pressupõe a necessidade de um ser humano precisar de outro ser humano. Assim sendo, a proteção agrega força, poder e autoridade daquele que protege, na análise em questão, o adulto. Salaria aqueles que exercem responsabilidades de proteção, têm interesses específicos, os quais nem sempre vão ao encontro dos interesses daquele que recebe a proteção, a criança. Conseqüentemente, os adultos protetores, além dos pais, os que tomam decisões coletivas e os detentores do poder econômico, são responsáveis pelo exercício e garantia dos direitos fundamentais de seus protegidos.

Além do E.C.A., BRASIL (1990), há outros dispositivos de proteção e amparo à família brasileira na Constituição Federal, BRASIL (1988) e na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, BRASIL (1993), que consagram o reconhecimento da assistência social enquanto dever do Estado, direito do cidadão, adotando um padrão básico para todos os que necessitam desta política de assistência social. Entre os serviços, consta a implantação e manutenção de programas de orientação e apoio sociofamiliar, visando à melhoria de vida da população com ações voltadas para as suas necessidades básicas.

O E.C.A., BRASIL (1990), elenca, em seu artigo 19, entre os direitos fundamentais da criança: “Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência

familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes” (art. 19).

Para LIBERATI (1991) e GENOFRE (1997), a família natural é a comunidade primeira da criança, onde deve ser mantida, sempre que possível, por ser o local adequado ao ser humano em desenvolvimento, no qual deve se sentir protegido e preparado para um crescimento sadio e harmonioso.

Da mesma forma, SZYMANSKI (1992) evidencia que a criança se integra à cultura, aos valores e às normas da sociedade inicialmente difundidos e incutidos pela família. Para um desenvolvimento global adequado, ela deve crescer em ambiente familiar que lhe ofereça afeto e proteção. Sob esta ótica, a família requer atenção especial da parte das diversas instituições representativas da sociedade para apoiá-la em suas atribuições de responsabilidades em relação à sua prole.

A Lei Orgânica da Assistência Social afirma ser dever do Estado direcionar recursos públicos às famílias necessitadas de auxílio, garantindo-lhes condições de alimentar, proteger e educar o ser em desenvolvimento. A este respeito, consta, no E.C.A., que a falta de recursos materiais não pode servir de base para a perda do pátrio poder, devendo, no caso, incluir as famílias, ou membros destas, em programas de auxílio.

ANDRADE (1992) acrescenta que a decretação da perda do pátrio poder, em casos de pobreza, somente se efetivará se acompanhada por outro motivo que, por si só, torne necessária a aplicação desta medida, tais como abuso do pátrio poder, castigo imoderado configurado em violência física, sexual ou negligência, abandono, o não atendimento injustificado dos deveres de sustento, guarda e educação e o não cumprimento das determinações judiciais pertinentes à proteção da criança.

SÊDA (1995) analisa que o Estatuto traz mecanismos de garantia dos direitos da criança e do adolescente, e de suas famílias, impondo, como regra geral, que a política de atendimento desses direitos se efetivará através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais. Interpreta, ainda, contemplar o E.C.A., BRASIL (1990) “...um direito que respeita direitos e impõe deveres...”

Sempre que os direitos das crianças forem violados ou ameaçados por ação ou omissão do Estado ou da sociedade, por falta, omissão ou abuso dos pais e, em razão de sua conduta (art.98. BRASIL 1990) o Estatuto apresenta dispositivos de medidas específicas de proteção, dentre elas, inclusão em programas comunitários ou públicos de auxílio às famílias, à criança e ao adolescente (art. 101, IV).

Nos casos que envolvem a questão de alcoolismo ou drogadição dos pais, a medida de proteção é o encaminhamento a programas especializados em orientação e tratamento (art. 101, VI – E.C.A.), BRASIL (1990) paralelamente, conforme preconizado em (art.7) encaminhamentos das crianças a tratamentos especializados que lhes garantam o direito fundamental à vida e à saúde.

Uma das linhas de ação da política de atendimento referente à proteção integral da criança, diz respeito ao atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão (art. 87, III – E.C.A. BRASIL, 1990).

LAHALLE (1992), em seu comentário sobre os dispositivos contidos no Estatuto Brasileiro, expõe que o tema da violência contra criança é discutido na maioria dos países desenvolvidos e previsto em novas legislações. Exemplifica que, na França, a legislação de 1989 introduziu diretrizes de prevenção aos maus tratos e de garantia de proteção da criança vítima de abandono ou qualquer situação que envolva violência.

Quando a família natural não consegue oferecer à criança cuidados afetivos e materiais adequados, expondo-a a situações de riscos à sua integridade biopsicossocial, a lei, através do E.C.A., mantém o dispositivo de afastá-la de sua unidade familiar e encaminhá-la a uma família substituta, uma vez esgotadas as possibilidades de permanência no seio da família natural.

A colocação em família substituta, no caso a adoção, é dita como uma forma alternativa de assegurar o direito da criança ao convívio familiar, uma vez ter sido este direito violado pela família natural. Nestas circunstâncias, a perda do pátrio poder será decretada pela autoridade judicial, toda vez que a manutenção junto aos pais representar sério risco ao seu desenvolvimento, à sua saúde ou até mesmo à sua vida (BECKER, 1994).

A política de proteção à família, pautada no conjunto de leis de proteção à infância e à família, faz parte da preocupação de muitos profissionais sobre as formas mais eficazes de atuação junto às camadas mais pobres da população brasileira. A prática, contudo, vem apontando inúmeras dificuldades em melhorar as condições destas famílias. Muitas delas continuam desprotegidas de programas sociais e de saúde e, dentre outras perdas, podem também perder o pátrio poder.

1.5- A família brasileira contemporânea

No Brasil, pesquisas sobre família têm demonstrado diversidade em sua organização, tanto no que se refere à composição quanto aos aspectos relacionados às formas de socialização e interação que se dá nas relações de parentesco.

FIGUEIRA (1987); CALDERÓN e GUIMARÃES (1995) e LOPES (1995) argumentam que as transformações das relações familiares ocorridas ao longo do tempo trouxeram outros tipos de famílias, tais como: famílias monoparentais⁷, famílias extensas, famílias com chefia feminina, famílias adotivas, uniões livres, famílias reconstituídas após divórcio, casais homossexuais e famílias formadas por pessoas vivendo no mesmo espaço, sem vínculo consanguíneo, mas com ligação afetiva.

Para FIGUEIRA (1987); MANZINI-COVRE (1997); SZMANSKI (1997) e FONSECA (2002), as mudanças na composição familiar, a diversidade de tipos de famílias, exigem que se mude o foco da família nuclear, como modelo de organização familiar, para as novas questões que permeiam as formas de viver entre as pessoas na família e suas relações externas, tanto com a comunidade mais próxima, como com a sociedade mais ampla.

CARVALHO (1998) e MATOS (1999) e os autores já citados observam, em seus estudos, a crescente diminuição de famílias compostas por pai, mãe e filhos e o aumento em todas as camadas sociais de mães morando sozinhas com seus filhos.

⁷ Unidades de famílias constituídas de pai, mãe, filhos e/ou parentes.

Salientam que mulheres morando sozinhas com os filhos costumavam ser um fenômeno exclusivo das populações de baixa renda. Todavia, em consequência do aumento de separações e divórcios, tal fenômeno se estende a todas as classes sociais.

Para BRUN (1999), a família contemporânea apresenta mudanças em seu perfil e formas de relações, retratando diversidade de configurações, expondo a complexidade da ausência de uma verdade única. É a família que cada pessoa “cria, vive, constrói, desfruta e, às vezes, padece...”.

Esta autora, em seu trabalho realizado a partir de sua prática clínica como terapeuta de família, evidencia diferentes formas de viver família. Há casais homossexuais com filhos de casamentos anteriores, famílias uniparentais⁸, famílias em que convivem crianças com diferentes sobrenomes. Nesse contexto, surgiu a conhecida frase: os meus, os teus e os nossos filhos. Salienta ainda ser o cotidiano de crianças transitando em diferentes casas e convivendo com pais que exercem opções amorosas e sexuais variadas.

FONSECA (2002), em seu estudo, assinala ser a circulação de crianças entre uma casa e outra, uma prática antiga dos grupos populares, derivada da valorização da família extensa, e da necessidade de sobrevivência. Essa prática permanece, atualmente, na dinâmica da família popular, estendendo-se às outras classes a partir do aumento e da aceitação do divórcio na sociedade brasileira. Neste contexto, na dinâmica dessas famílias, os parentes e afins têm ocupado um espaço prioritário nas redes de ajuda mútua.

PRADO (1984); CALDERÓN e GUIMARÃES (1995); SARTI, C.A. (1997) e BILAC (1997) afirmam que a família nuclear continua sendo o modelo ideal para a maioria das pessoas, por fazer parte dos padrões culturais desta sociedade, envolvendo valores, normas e práticas que se manifestam na forma de agir e de pensar, sendo estes transmitidos de geração a geração. Desta maneira, os modelos familiares não correspondentes ao modelo nuclear são vistos como famílias desorganizadas ou desestruturadas

⁸ Famílias com chefia feminina, decorrentes de diversas situações, dentre elas divórcio, separação e/ou abandono do componente masculino.

Em sua pesquisa, SZYMANSKI (1992) trabalha as categorias família real e família ideal como família pensada e família vivida. A família pensada é aquela que a maioria das pessoas sonha construir e que corresponde às expectativas, crenças e valores. É considerada por elas a certa, a boa e a desejável. Já a família vivida se refere ao modo de agir no concreto do cotidiano dos membros de uma família e poderá estar ou não de acordo com a família pensada. A autora ressalta que, no cotidiano familiar das pessoas, existe uma dicotomia no seu modo de pensar e viver família, podendo gerar conflitos e frustrações diante da família vivida e da pensada, quando se compara a realidade vivida com a que supostamente deveria ser.

Compreende-se que o entendimento do fenômeno das novas formas de arranjos familiares ocorrido nos últimos tempos é um elemento decisivo para se pensar as políticas sociais e de saúde, bem como nortear as intervenções com as famílias trabalhadas.

A experiência profissional tem mostrado que o profissional que atua com família, às vezes, traz consigo suas concepções e referências sobre família, podendo comprometer o olhar e a ação sobre o público alvo que se encontra geralmente aquém de suas referências. Neste caso, vislumbra-se a necessidade de modificação de valores apreendidos, diante da constatação da existência de valores diferenciados.

1.6- Circuito interacional entre família - saúde mental - rede social - ciclo de vida

A Organização Mundial de Saúde (OMS), 2004 define: “a Saúde Mental, abarca entre outros aspectos, o bem estar, a percepção da própria eficácia, a autonomia, a competência, a dependência intergeracional e a auto-realização das capacidades intelectuais e emocionais”

Para SARRACENO (1999), o conceito de Saúde Mental, veicula as condições adequadas de bem-estar dos indivíduos e as ações necessárias para alcançar essas condições. Este autor considera que as dimensões psicológicas e sociais da saúde e os fatores psicossociais desencadeiam o processo de saúde e de doença. Afirma, ainda, que as perturbações mentais e cerebrais acarretam grande prejuízo para as pessoas e as famílias.

FREITAS (1998) e ALMEIDA FILHO et al. (1999) acrescentam que se faz necessário um modelo de atenção à saúde mental que dê conta da complexidade que envolve o sujeito que sofre, considerando-se os tipos de experiências vivenciadas pelos indivíduos e o contexto cultural no qual estão inseridos.

D'INCÃO (1992) e SARRACENO (1999) consideram de suma importância um trabalho de saúde mental na comunidade, visando à promoção, à prevenção e ao tratamento dos casos identificados, apoiado num conjunto de ações que visem à melhora ou à manutenção da saúde da população, direcionado este trabalho para a reconstrução da cidadania plena. Acrescenta ser essencial que o profissional invista nas potencialidades da família, que poderá lidar com as condições acarretadas pela doença mental, utilizando-se dos recursos comunitários disponíveis, tais como: serviços de saúde mental, rede básica de saúde, serviços sociais, instituições, associações de famílias e associações de bairros, que constituem a ampla rede social de apoio.

Segundo SLUZKI, (1997), todo indivíduo faz parte de redes sociais múltiplas, complexas e em evolução. Sob este prisma, define rede social como a soma de todas as relações definidas ou percebidas pelos indivíduos. O grupo familiar faz parte de uma imensa teia de relações, envolvendo pessoas, instituições, ideologias, sistemas físicos e biológicos.

Este autor argumenta que, na área de saúde mental, as redes familiares, sociais e comunitárias dos indivíduos possibilitam uma melhor compreensão dos processos de integração psicossocial, de promoção do bem-estar, de desenvolvimento da identidade e de consolidação dos potenciais de mudança e, conseqüentemente, ilumina os processos psicossociais de desintegração, de mal-estar, de adoecer, de transtornos da identidade e de perturbação dos processos de adaptação à mudança.

A pesquisa realizada por BOTT (1976) sobre a família e a formação de redes sociais enfoca que os relacionamentos entre pais, filhos, irmãos e outros membros da família, passam por estágios, à medida em que as pessoas se movem ao longo de seus ciclos

de vidas. O ciclo vital⁹ para este autor engloba os aspectos individuais, sociais, relacionais e culturais, interagindo com as múltiplas redes sociais da qual toda pessoa faz parte.

O ciclo de vida familiar é um fenômeno complexo que se pode compreender como uma espiral da evolução familiar na medida em que as gerações avançam no tempo e em seu desenvolvimento do nascimento à morte. Tal fenômeno ocorre nos estágios de vidas relacionados às idas e vindas dos membros da família, tais como casamento, nascimento, educação dos filhos, saída dos filhos do lar, aposentadoria e morte (CARTER e MCGOLDRICK, 1995).

Estes autores pontuam que os eventos relacionados ao ciclo de vida familiar devem ser observados, levando-se em consideração o contexto social, econômico e político ao qual as famílias pertencem, bem como o impacto causado nas diferentes fases de ciclo de vida. Em consequência de um rígido contexto socioeconômico, as famílias pobres produziram um padrão de ciclo de vida familiar diferenciado das outras classes sociais.

Esta adaptação da população empobrecida, conforme os mesmos autores, corresponde a três fases de ciclo de vida familiar: o jovem adulto sozinho – que pode ter apenas 11 ou 12 anos de idade, que está por conta própria, sem que nenhum adulto se responsabilize por ele; famílias com filhos – uma fase que ocupa a maior parte do período de vida e comumente inclui estruturas domésticas com três ou quatro gerações; e a fase da avó que não evoluiu, ainda envolvida, na velhice, com um papel central de educar crianças, ainda cuidando ativamente das gerações mais novas (CARTER e MCGOLDRICK, 1995).

Em sua pesquisa, GOLDANI (2002) aponta que a maior vulnerabilidade das famílias brasileiras na atualidade depende da fase de ciclo de vida familiar em que se encontram. As maiores dificuldades se encontram nas famílias em expansão, onde se concentram os maiores índices de dependência econômica de pessoas e filhos dependentes.

SARTI (1996) e FREITAS, (2002) observam serem as famílias pobres marcadas por grande instabilidade em seus ciclos de vida ocasionada por separações, mortes, dificuldades econômicas e pela inexistência de instituições públicas. As crianças

⁹ Conjunto de etapas que passa um determinado ser vivo, normalmente o nascimento, a infância, a idade adulta, a senilidade e a morte. São ciclos de fenômenos que se sucedem em um determinado ritmo, também conhecido por ciclo de vida familiar (Aurélio, 1986).

tornam-se, então, responsáveis de toda a rede social de solidariedade em que a família está envolvida.

No desenvolvimento da prática profissional, percebe-se dificuldades das famílias em lidar com as questões que envolvem a doença mental, sendo comum a solicitação de esclarecimentos e orientações de como lidar com o paciente no cotidiano domiciliar. Verificam-se, também, as dificuldades vivenciadas pelos familiares em relação às condições precárias de moradia, desemprego e falta de atividades para o doente mental na comunidade.

Acredita-se, de modo geral, que as ações junto às famílias que apresentam doença mental, e/ou famílias em risco psicossocial e econômico devem estar alicerçadas em claras estratégias de trabalho acoplados aos sistemas de redes sociais de inserção da população atendida, levando-se em consideração a fase de ciclo familiar vivido no momento na formulação de diagnósticos, tratamentos e encaminhamentos.

1.7- A família e o desenvolvimento infantil

A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência, desenvolvimento e proteção dos filhos e demais membros. É através da família que a criança se integra no mundo adulto, aprende a canalizar seus afetos, avaliar e selecionar suas relações. Entre os membros da família são reproduzidos os hábitos, costumes e valores que, por sua vez, serão transmitidos a outras gerações (PRADO, 1984).

De acordo com BOWLBY (1988), a qualidade de cuidados parentais que uma criança recebe em seus primeiros anos de vida é vital para a saúde mental da pessoa. É essencial que a criança pequena tenha a vivência de uma relação afetiva, íntima e contínua com a mãe ou com a pessoa que desempenhe regular e constantemente este papel, devendo ser esta relação prazerosa e satisfatória para ambas.

A teoria de BOWLBY (1990), sobre desenvolvimento infantil, considera que a perda de cuidados maternos entre seis meses e seis anos de idade determina com frequência, o desenvolvimento de uma personalidade perturbada. Sustenta haver perda, mesmo quando não houve uma separação real, mas rejeição, perda do amor, perda de

afeição de um dos pais para com a criança e que os prejuízos causados à saúde mental pela privação de cuidados maternos dependerá do grau desta privação. As conseqüências podem ir desde o sentimento de angústia e instabilidade emocional, até uma incapacidade total para estabelecer relações afetivas saudáveis com outras pessoas.

ZAVASCHI et al. (2002) realizaram uma revisão da literatura nos últimos dez anos, considerando os fatores associados à depressão, particularmente aqueles relacionados aos estressores presentes na infância. A maioria dos estudos incluídos nesta revisão encontrou uma associação significativa entre trauma por perda na infância e depressão na vida adulta.

WINNICOTT (1987) relaciona a tendência anti-social com a perda de um cuidado ainda necessário ao bebê na fase em que ele já tem alguma integração e pode percebê-la. O ato anti-social, para este autor, seria a inconformidade com a perda, seria um pedido de socorro, tentativa de resgatar a mãe e os cuidados maternos.

BOWLBY (1990) explica que os modelos de ligação que o indivíduo constrói, durante a infância e adolescência, tendem a continuar relativamente inalterados durante toda a vida adulta. O indivíduo assimila e desenvolve o modelo apreendido com pessoas com quem possa formar vínculos afetivos, como filho, companheiro (a) e outros e continua a repetir o modelo existente, mesmo diante de provas de que o modelo é inadequado.

De acordo com o exposto, a família desempenha um papel decisivo na educação formal e informal da criança. É nela também que a criança recebe orientação e estímulo para ocupar um determinado lugar na sociedade adulta, em função de seu sexo, raça, crença religiosa, status econômico e social (PRADO, 1984).

No cotidiano profissional, embora seja minoria, ainda se encontram alguns profissionais que, em suas atuações, adotam posturas pouco abertas a reflexões mais amplas. Descartam eles a possibilidade de que, às vezes, a família natural deixa de ser o local de proteção para a criança, podendo passar a exercer o papel de tiranas com alguns de seus membros. Colocam na dianteira a concepção de valores próprios e radicais que toda criança deve permanecer na família de origem, não conseguindo avaliar que há casos em

que se esgotam todas as possibilidades de permanência, não havendo por diversos motivos, reações positivas da parte da família.

A prática profissional desenvolvida no âmbito da Vara da Infância e da Juventude deve ser direcionada a contemplar os interesses e fatores de proteção integral à infância. Os interesses dos adultos, pais ou responsáveis, só deverão ser priorizados, uma vez tendo eles condições adequadas ou possibilidade de mudanças para o atendimento das necessidades biopsicossociais das crianças.

1.8- Uso problemático de substâncias psicoativas

O uso de drogas na trajetória da humanidade é milenar, mostrando as diferentes épocas em que o ser humano busca nas drogas além da obtenção do prazer, a modificação de seu estado de consciência (SEIDL e COSTA, 1999). Constitui um problema sério de saúde pública, acarretando ao usuário graves conseqüências pessoais, familiares e sociais, bem como para a sociedade na qual está inserido (MARQUES e CRUZ, 2000).

A Organização Mundial de Saúde – OMS - define drogas como substâncias que provocam algum tipo de alteração no sistema nervoso. Podem ser drogas ilícitas, no caso da maconha, cocaína, crack, etc, e as drogas lícitas como o álcool, tabaco e outras.

De acordo com a Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento (CID-10), o uso de substância psicoativa é considerado nocivo quando causa dano à saúde física ou mental do usuário. Mesmo que o uso de algumas das substâncias possa acarretar conseqüências sociais negativas, não evidencia uso nocivo, segundo descrito no CID-10.

Define-se síndrome de dependência nas Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas (CID-10) como:

Um conjunto de fenômenos fisiológicos, comportamentais e cognitivos, no qual o uso de uma substância ou uma classe de substâncias alcança uma prioridade muito maior para um determinado indivíduo que outros comportamentos que antes tinham

maior valor. Uma característica descritiva central da síndrome de dependência é o desejo (freqüentemente forte, algumas vezes irresistível) de consumir drogas psicoativas.

A dependência de álcool é definida pela OMS como uma relação alterada entre a pessoa e o modo de beber, perda da capacidade de escolha entre beber e não beber, tornando-se um comportamento prejudicial ao indivíduo e/ou sociedade.

Historicamente, o álcool é a droga lícita mais difundida na sociedade. É uma substância com altíssimo potencial de abuso que leva os dependentes a quadros clínicos e psiquiátricos graves, acompanhados de desagregação pessoal, familiar e social (BUCHER, 1993 e STREPARAVA e ROCHA, 2004).

Assim, conforme as autoras citadas, como acontece com os demais dependentes de substâncias psicoativas, o alcoolista também confere às bebidas alcoólicas poderes sobre sua própria vida e sofrerá da mesma forma a síndrome de abstinência se a droga for retirada.

Os fatores de risco para o uso de drogas, mencionados por FREITAS (1999), são: a disponibilidade das substâncias, as regras sociais, as privações econômicas, conflitos familiares, histórico familiar de alcoolismo ou uso de droga, permissividade ou autoritarismo, comportamento agressivo, alienado, rebelde, anti-social, história de abuso sexual e abuso físico, companheiros usuários de drogas ou álcool, tolerância e fácil acesso às drogas e álcool.

ZALUAR (1993) sustenta que, entre os danos causados pelo uso indevido de drogas ou álcool, encontram-se o fato de ser acentuado o desenvolvimento de comportamentos agressivos e violentos, conflitos ou rupturas familiares. Podem resultar em danos definitivos à saúde física e emocional, comprometendo os vínculos afetivos existentes no âmbito familiar e social.

LINS (1993) e TIBA (2001) colocam que a questão das drogas deve ser entendida de maneira ampla, como uma doença biopsicossocial, formada por componentes biológicos, psicológicos e de contexto social. Deve ser reconhecida como doença social,

dentro de uma estrutura econômica e social específica. SUDBRACK (2000) acrescenta que o consumo de drogas é evidenciado como uma questão relacional, representando a busca de uma solução para as dificuldades encontradas no contexto das relações familiares e/ou sociais.

Para CASSORLA (2001), as configurações familiares são influenciadas pelo âmbito social e cultural, onde as privações afetivas, sociais e econômicas podem estimular o uso de drogas, como também a violência. Neste prisma, o uso de drogas é considerado por MARQUES e CRUZ (2000) um fenômeno multidimensional que pode acontecer durante a adolescência.

Conforme argumenta ACSELRAD (1993), a generalização do uso indevido de drogas é um sintoma de que a sociedade apresenta desequilíbrios que afetam diretamente os indivíduos. A realidade de desemprego, falta de atendimento médico e educacional gratuitos, habitação digna, saneamento básico, violência, fome são alguns exemplos de profundos prejuízos da qualidade de vida da população.

SIMÃO et al. (1997) realizaram uma pesquisa com a duração de cinco anos (1990-95) mediante levantamento das publicações internacionais e nacionais existentes, objetivando sistematizar informações sobre alcoolismo e violência. Os estudos identificados apontaram algumas diferenças importantes relacionadas ao gênero, masculino - feminino, referentes às características que envolvem a doença. Em geral, o tratamento de mulheres alcoolistas utiliza as mesmas abordagens recomendadas aos homens.

De modo geral, segundo resultado da pesquisa, o tema alcoolismo feminino tem permeado as publicações na área, com ênfase diversa em muitos contextos sociais. Nos artigos revisados pelas pesquisadoras, houve consenso no que se refere à relação do alcoolismo e às repercussões deste para a mulher, enquanto vítima freqüente de comportamentos violentos de outras pessoas sob efeito do álcool, tais como pais e companheiros.

BARNETT et al. (1997) argumentam que os usuários de drogas ou álcool que desenvolvem comportamentos violentos para com seus filhos, utilizam como justificativa para tais comportamentos, os efeitos ocasionados por estas substâncias. Estes autores

sustentam não ser o uso indevido de drogas e álcool a causa principal de comportamentos violentos, embora possa ser um componente facilitador.

Em relação aos preconceitos com os usuários de drogas, ZALUAR (1993), aponta em seu estudo, que, na população pobre, tal preconceito é maior do que nos demais setores populacionais. Nos depoimentos recolhidos, encontrou jovens que haviam se envolvido com drogas e grupos de criminosos, em razão de um processo de exclusão na família, escola, vizinhança, perseguição policial e dos traficantes por causa de dívidas.

VELHO (1993) conclui, em seu estudo, que se deve vincular a existência de um mundo de drogas à observação de redes sociais que organizam sua produção, distribuição e consumo, bem como os conjuntos de crenças, valores, estilos de vida e visões de mundo que expressam modos diferenciados de construção social da realidade dentro da amplitude da sociedade contemporânea.

Tem-se presenciado, na sociedade contemporânea, um crescente aumento de uso nocivo ou não de drogas psicoativas. O consumo dessas substâncias não prejudica apenas os usuários, mas representa um problema social, o que gera a necessidade de políticas e programas eficazes.

No âmbito da Justiça da Infância e da Adolescência, tem-se também presenciado o crescente aumento de pais que apresentam uso problemático de drogas psicoativas, comprometendo, desta forma, a qualidade de atenção e cuidados dispensados aos filhos.

Neste trabalho, pretende-se avaliar, entre outros fatores, a influência do uso problemático de drogas e álcool das mães na perda do pátrio poder, como também se houve mudança do comportamento motivado pelo risco de as mães virem a perder a guarda de seus filhos na justiça.

1.9- Famílias excluídas

A exclusão é entendida por SAWAIA (1999b), como um processo complexo, que envolve dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas, abrangendo o ser humano por inteiro e suas relações com os outros. A dialética inclusão/exclusão desenvolve

subjetividades específicas que não podem ser explicadas apenas pelos fatores econômicos, pois essas subjetividades se manifestam no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência.

SPOSATTI (1996) acrescenta que a exclusão deve ser percebida como um processo que impossibilita um conjunto significativo da população de poder compartilhar, levando à privação, recusa, abandono, expulsão com ou sem violência. É esta situação de privação coletiva que está sendo entendida por exclusão social.

Em sua pesquisa de campo realizada junto aos serviços de assistência social na França, PAUGAM (1999) conclui que a pobreza atualmente corresponde a um processo e não a um estado perpétuo e imutável. Este processo abrange o conhecimento da origem e os efeitos decorrentes das dificuldades dos indivíduos e de suas famílias. Este pesquisador define o referido processo de desqualificação social como sendo a relação de interdependência entre os pobres e o restante da sociedade, gerando, desta forma, uma angústia coletiva, diante de um número crescente de pessoas consideradas pobres ou excluídas.

JODELET (1999) ressalta, em seu trabalho, que o estudo das relações sociais pode emergir os processos marcados por diferentes modos de exclusão, e revelar o nível das interações entre pessoas e grupos enquanto agentes ou vítimas. Considera relevante a compreensão dos mecanismos construídos pelos indivíduos, grupos e coletividades por considerá-los fatores que definem e fixam as formas e as experiências de exclusão.

Na sociedade brasileira, de acordo com afirmação de WANDERLEY (1999), os processos sociais de exclusão, as noções de pobre e pobreza ocorrem desde os tempos coloniais, tornando-se, na atualidade, incompatíveis com a democratização da sociedade. Para este autor, existe no país a desigualdade social, econômica e política, seguida pela discriminação econômica, cultural, política e étnica.

FONSECA (2002) argumenta que as desigualdades sociais, econômicas e políticas levam muitas famílias ao desamparo, sendo estas responsáveis pelo surgimento de mecanismos de desagregação familiar, cujos efeitos costumam ser a negligência em relação à educação e cuidados com os filhos, e a utilização da rua como estratégia de sobrevivência

de crianças e adolescentes. Esta autora constatou, em sua pesquisa, que a situação de pobreza à qual essas crianças e adolescentes estão submetidas é, quase sempre, um fenômeno que passa de geração a geração. Esses são, quase todos, filhos de mães e pais que também foram pobres na infância e hoje são adultos com baixa renda.

NIIMI (2003), representante do UNICEF no Brasil, expõe que a perpetuação da exclusão vai além de fatores econômicos. A pobreza de crianças e adolescentes no Brasil é apenas um dos muitos fatores de exclusão social. BARROS et al (2001) acrescenta que, apesar dos direitos garantidos por uma das mais avançadas leis sobre crianças e adolescentes do mundo (o Estatuto da Criança e do Adolescente), o país ainda priva sua infância de vida, saúde, educação, esporte e lazer.

Diante do entendimento dos mecanismos da exclusão social, torna-se relevante a reflexão dos agentes e profissionais da Justiça da Infância, considerar no contexto das famílias pobres, a conjuntura e a estrutura social em que ocorre a pobreza. Assim sendo, a pobreza, por si só, de acordo com o E.C.A., não poderá servir de base para a decretação da perda do pátrio poder.

1.10- Violência doméstica

Existe, entre os estudiosos pesquisados para este trabalho, unanimidade sobre o tema violência e suas modalidades por se tratar de um fenômeno de difícil definição, por abarcar diversidades de conceitos nas mais variadas áreas de conhecimento científico.

De acordo com AZEVEDO e GUERRA (1995), o primeiro estudo sobre o tema partiu da área médica, realizado na França pelo professor Ambriose Tardieu (1860), que tentou trazer à tona o fenômeno da violência doméstica que, na época, não teve repercussão científica, em função do momento sociopolítico vigente.

Somente em 1962, ainda segundo estas autoras, os médicos americanos Kempe e Silverman conseguiram mostrar para a sociedade uma forma de violência até então oculta no interior dos lares: a violência contra a criança. Este trabalho, baseado em evidências

radiológicas, desencadeou sensibilização na sociedade americana, levando à promulgação de uma lei abordando medidas de proteção à vida e aos direitos da infância.

O estudo de GONÇALVES et al.(1999) ressalta que a conceitualização de violência tem passado por transformações ao longo do tempo, tratando-se de um fenômeno de múltiplas causas, que pode estar correlacionado às formas em que se manifesta e à capacidade da sociedade em percebê-lo. Continua na contemporaneidade, e é um tema de difícil definição e compreensão.

Dentre as dificuldades de conceituação, MICHAUD (1989), destaca a violência como sendo uma transgressão de regras e normas pré-existentes em um contexto social, um fato imprevisível, denotando uma situação de caos absoluto. Na concepção de SAFFIOTI (1989), há também dificuldades em lidar com este fenômeno por considerá-lo intrinsecamente entrelaçado aos sistemas de dominação-exploração que, por sua vez, ocorrem através da simbiose patriarcado-racismo-capitalismo.

MAFFESOLI (1987) complementa, ao afirmar ser a violência historicamente tida como demonstração de força, poder e repressão que permite uma simbiose de forças, difundida e aumentada cada vez mais. Desta forma, a violência é exercida por pessoas, grupos ou instituições mediante a exigência da obediência, objetivando a garantia do poder e autoridade.

Para CHAUI (1985), a violência evidencia-se como sendo um conjunto de mecanismos encontrados nas relações sociais e utilizados para a manutenção de uma relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, exploração e repressão. Acrescenta que este processo pode ser desenvolvido na família, na escola, no local de trabalho e nas instituições públicas ou privadas.

Com base em estudos e pesquisas elaborados por AZEVEDO e GUERRA (1995), a respeito do fenômeno da violência doméstica contra crianças e adolescentes e na compilação dos conceitos existentes, chegou-se a uma definição considerada pelos estudiosos do tema como sendo, até o momento, a mais abrangente, considerando:

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

1.11- Fatores desencadeantes da violência doméstica

Segundo DESLANDES (1994), a violência doméstica atinge milhares de pessoas, em grande número de vezes de forma silenciosa e dissimuladamente. Pode ser vivenciada em todas as culturas e classes sociais, porém é nas classes populares que ela ganha maior visibilidade, uma vez que são tais classes as que mais procuram os serviços públicos. Já as classes mais favorecidas, utilizam normalmente serviços privados de assistência médica, psicológica e educacional. A autora enfatiza que estas classes ‘pagam’ também pelo sigilo e discrição.

PASSETTI (1999) afirma que as denúncias de maus tratos à infância e à adolescência, provenientes, em sua maioria, das classes populares ocorrem em função de habitarem locais aglomerados, casas muito próximas uma das outras e coletivas, permitindo e facilitando à vizinhança saber o que se passa na casa do outro. Já nas classes mais favorecidas, a violência contra crianças e adolescentes é, muitas vezes, silenciada pela distância entre uma moradia e outra ou pelo amordaçamento dos gritos.

O autor comenta ainda que os denunciados das classes populares normalmente chegam ao tribunal de justiça, ao passo que os denunciados das outras classes, antes da formulação de processos jurídicos, promovem as mais diversas formas de conciliação com o provável denunciante, o que lhes restitui o direito de continuar praticando violência.

CORCORAN (2000) menciona, em seu artigo, que o Centro Nacional sobre Abuso e Negligência, nos EUA, aponta a pobreza como um fator de risco sério para a ocorrência da negligência. Fundamenta que a pobreza muitas vezes impede os pais de

suprirem as necessidades básicas dos filhos, tais como cuidados com a saúde física, emocional, nutrição, supervisão, higiene pessoal e moradia segura.

NEUMANN (2000), um dos pesquisadores do Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde - CLAVES, coloca que a ocorrência da violência intra-familiar praticada contra crianças e adolescentes depende das condições psicológicas, sociais, econômicas, culturais e problemas psicológicos/psiquiátricos dos pais. Há também de se considerar o histórico familiar dos pais, articulado ao contexto situacional da realidade vivenciada. BARROS (1987) acrescenta que o histórico familiar compreende as vivências acumuladas dos pais adquiridas com seus respectivos familiares, que poderão transmitir aos filhos determinados padrões apreendidos.

DESLANDES (1994) afirma que a violência doméstica traz em si noções culturais e socialmente construídas, tais como a noção de proteção à infância, de castigo como instrumento pedagógico, de hierarquia familiar e de dominação e poder do mais forte. Estas noções variam de acordo com a posição de classe, a cultural, a local e a época. Lembra que culturalmente se reforça a concepção de que os filhos são uma espécie de propriedade dos pais e tudo o que esses fizerem será em legítimo benefício da prole.

Em seu trabalho, FALEIROS (2001) contempla que os valores do machismo, do patriarcalismo e de inferioridade de gênero e da submissão das crianças aos adultos fazem parte da estrutura de uma sociedade na qual se inscreve a trajetória das notificações de violências domésticas.

De acordo com estudos de SANTOS (1987), fatores como estresse, desemprego, baixos salários, filhos não desejados ou problemáticos, falta de condições de sobrevivência, abuso de drogas e alcoolismo, história de abuso dos pais quando crianças, fanatismo religioso, têm sido identificados como desencadeantes da violência doméstica.

Vários estudos, dentre eles os de ZIBERMAN e BLUME (2004) ilustram que o uso de drogas ou álcool pelos pais pode facilitar a ocorrência de abuso e negligência infantil. Sustentam que, apesar de evidências empíricas, há muitas dúvidas quanto às implicações causais de uso de substâncias e práticas de violências, não sendo ainda possível

saber se essas pessoas em estado de abstinência praticariam os mesmos atos. Também não é possível discernir se o uso de drogas, uma vez associado a outros fatores, desencadeia comportamentos violentos, ou se é, por si, um fator causador (MINAYO e DESLANDES, 1988).

Considera-se a família espaço privilegiado para a socialização primária à infância. Paradoxalmente, é, no contexto familiar, que se encontra o local privilegiado ao surgimento de violências, mantido pelo silêncio familiar, pela cumplicidade imposta à vítima e pela autoridade que os pais exercem sobre os filhos (OLIVEIRA, 1989).

Sob este prisma, ROSA e TASSARA (2003) consideram o estudo sobre a violência doméstica, na sua forma mais profunda, um estudo sobre a família. O empenho na sua compreensão requer, primeiramente, entender a função social da família e a dinâmica das relações estabelecidas entre os seus membros.

1.12- Tipos de violência doméstica

A violência doméstica pode se manifestar de muitas maneiras, existindo quatro tipos principais: física, sexual, psicológica e negligência.

Entende-se por violência física "qualquer ação, única ou repetida, não acidental (ou intencional), cometida por um agente agressor adulto (ou mais velho que a criança ou o adolescente), que lhes provoque conseqüências leves ou extremas como a morte." (Claves, 2003).

Compreende-se por abuso sexual "todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança menor de dezoito anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa" (AZEVEDO e GUERRA, 1995).

Define-se a violência psicológica como sendo o "conjunto de atitudes, palavras e ações dirigidas a envergonhar, censurar e pressionar a criança de forma permanente. Ameaças, humilhações, gritos, injúrias, privação de amor, rejeição, etc" (CRAMI – Centro Regional de Atenção aos Maus-tratos na Infância, 2003).

Por negligência, entende-se "privar a criança de algo de que ela necessita, quando isso é essencial ao seu desenvolvimento sadio. Pode significar omissão em termos de cuidados básicos como: privação de medicamentos, alimentos, ausência de proteção contra inclemência do meio, como o frio ou calor" (Claves, 2003).

1.13- Conseqüências da violência doméstica

Os estudiosos do tema, tais como AZEVEDO e GUERRA (1993) e DESLANDES (1994), colocam que a violência doméstica, além das marcas físicas, costuma causar também sérios danos emocionais. Normalmente é na infância que se molda grande parte das características afetivas e de personalidade que a criança carregará para a vida adulta.

As crianças aprendem com os adultos, normal e primeiramente dentro de seus lares, as maneiras de reagir à vida e viver em sociedade. As noções de direito e respeito aos outros, a própria auto-estima, as maneiras de resolver conflitos, frustrações ou de conquistar objetivos, tolerar perdas, enfim, todas as formas de se portar diante da existência são profundamente influenciadas durante a idade precoce (SAFFIOTI, 1989).

O mesmo autor salienta que, nesta sociedade, considera-se a família uma instituição sagrada, porém o espaço familiar tem se tornado palco para o exercício de práticas violentas. Deste modo, muitas crianças abusadas, violentadas ou negligenciadas na infância se tornam agressoras na idade adulta.

Os estudos de DE ANTONI e KOLLER (2000) pontuam que o ingresso na adolescência com histórico de violência intrafamiliar, considerando tratar-se de uma fase de grandes transformações emocionais e físicas, tanto pode tornar um jovem capaz de enfrentar e desvelar a situação de violência, denunciando o agressor, defender-se dele, como pode fazê-lo sair de casa para fugir do ambiente violento.

Segundo DREZETT (2000), a criança vítima de abuso sexual prolongado, usualmente desenvolve um processo de reorganização psíquica que pode durar de meses a anos. Apresenta sintomas de baixa auto-estima, transtornos da sexualidade, depressão,

bulimia, anorexia nervosa, fobias, dificuldades de estabelecer relações harmônicas e idéias suicidas. Algumas crianças abusadas sexualmente podem também se transformar em adultos abusadores sexuais e ainda se inclinar para a prostituição.

Os estudos de STRAUS e SMITH (1995) mostraram que os adultos que vivenciaram a violência na infância, apresentavam um índice de violência contra seus filhos duas vezes maior do que aqueles que nada sofreram. Este estudo, dentre outros, confirma a transmissão da violência através de gerações.

BRYANT e RANGE (1997) realizaram estudo com universitários de ambos os sexos, verificando a existência de abuso físico, sexual, ou ambos durante a infância, bem como a severidade destes, revelando, no resultado, alto potencial suicida entre aqueles que sofreram abusos mais severos. Os estudos de FLEMING et al. (1999), efetuados com grupos de mulheres que sofreram abuso sexual durante a infância, revelaram associações significativas entre a experiência vivenciada e a ocorrência, a longo prazo, de problemas sexuais, problemas de saúde mental, baixa auto-estima e problemas com as relações íntimas.

De acordo com SANTOS (1987), a atitude de agredir, covardemente exercida pela maior força física dos pais, pode resultar em severos traumatismos, tais como fraturas, ferimentos, queimaduras, o que pode levar à morte. O autor enfatiza que a maioria dos casos não é notificada na ocasião do atendimento médico, em prontos socorros ou internações hospitalares. Acrescenta que o profissional médico muitas vezes não notifica a violência por falta de conhecimento de como proceder, ou por razões culturais, por falta de consciência social, omissão e codificação inadequada da causa de morte, ignorando a categoria de morte intencional.

Em relação à evolução e às seqüelas na criança/adolescente que foi abusado, TETELBON (1999) explana que estas variarão, dependendo de fatores como idade da criança, duração do abuso, grau de coerção e do trauma físico, tipo relação com o perpetrador e a capacidade da mãe em apoiar a criança.

BALLONI (2003) argumenta que se considera a violência doméstica como um dos fatores que mais estimulam crianças e adolescentes a viver nas ruas. A pesquisa de ROURE (1996) aborda que, para meninos e meninas que vivem cotidianamente o

fenômeno da violência em suas casas, a rua torna-se atrativa e, muitas vezes, a única alternativa por eles vislumbrada. Neste caso, os perigos passam a fazer parte do seu cotidiano e a violência vivenciada na rua nada mais será que a continuidade desta, já vivida em casa.

Os efeitos, a longo prazo, da violência física têm sido estudados por vários pesquisadores, dentre eles, MALINOSKY-RUMMELL e HANSEN (1993) que efetuaram estudo com amostra de adolescentes e adultos. Os adolescentes que sofreram violência, comparados ao grupo daqueles que não foram expostos à violência física, mostraram uma maior probabilidade de problemas comportamentais e práticas criminais. Em relação aos adultos que foram abusados fisicamente durante a infância, os resultados revelaram altas taxas de agressividade dentro e fora do âmbito familiar, comparado-se aos adultos que não foram violentados fisicamente.

Em estudos de ERICKSON et al. (1989) realizados mediante aplicação de testes cognitivos, com crianças em idade pré escolar negligenciadas pelos pais, revelaram-se conseqüências da negligência. Em sala de aula desenvolviam ansiedade, falta de atenção, comportamento introvertido e dificuldades de aprendizado. Ao final dos cursos pré-escolares, freqüentemente as crianças estudadas permaneciam na mesma série escolar ou eram encaminhadas para uma educação especial.

1.14- Justificativa

Existe na literatura contemporânea, o consenso de que a criança se integra à cultura, aos valores e às normas da sociedade inicialmente difundidos e inculcados pela família (em suas variadas modalidades). À família cabe o dever de garantir proteção, afeto e cuidados adequados à criança. É na própria família, porém, que algumas vezes a criança recebe maus tratos e sofre os efeitos da negligência e do abandono. Assim, aquela que deveria protegê-la torna-se seu algoz.

Nestas circunstâncias, quando se verifica e se comprova que a manutenção da criança junto aos pais representa sério risco ao seu desenvolvimento, à sua saúde ou até mesmo à sua vida, a perda do pátrio poder será decretada pela Justiça da Infância e da Juventude.

Tornou-se comum associar a idéia de ‘criança abandonada’ à noção de que sua família a deixou nessa situação deliberadamente. Por outro lado, verificando-se os níveis de renda da população brasileira, pode-se considerar que, na realidade, famílias inteiras é que estão abandonadas, sem condições mínimas de sobrevivência.

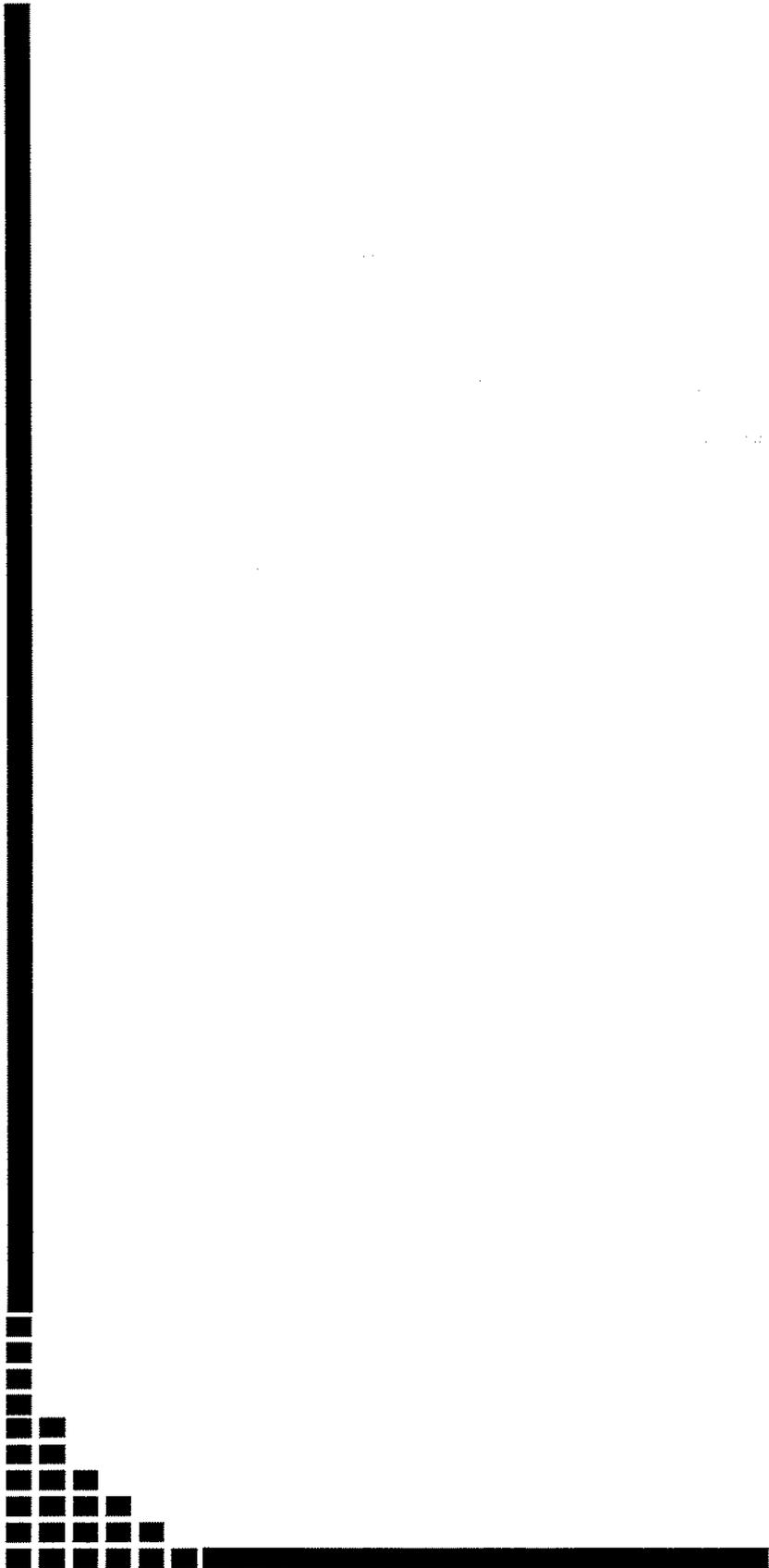
Assim sendo, acredita-se que, em qualquer análise acerca de famílias destituídas do pátrio poder, há de se considerar e/ou conhecer as condições em que estas famílias vivem e em qual contexto biopsicossocial ocorreu a perda dos filhos na justiça.

Ocorre que, em relação a este tema, praticamente não existem trabalhos científicos, apenas um conhecimento não sistemático baseado na experiência de profissionais que atuam junto às famílias em processo de destituição de pátrio poder na Justiça da Infância e da Juventude.

A lacuna existente na literatura científica, nacional e internacional limita as possibilidades de entendimento e interpretação da dinâmica dessas famílias que perdem o pátrio poder, bem como o direcionamento de políticas públicas e práticas profissionais de assistentes sociais, psicólogos, educadores, médicos etc. A nosso ver, pesquisas científicas nesta área podem esclarecer as possíveis causas geradoras e multiplicadoras desse desfecho e, conseqüentemente, informar o desenvolvimento de trabalhos preventivos.

No âmbito da justiça, é notório o aumento do número de famílias que não estão conseguindo cumprir suas funções de agentes de socialização e proteção da infância e que, por isso, perdem o direito de convivência com os filhos. Por esta razão, tornam-se imprescindíveis a realização e a publicação de estudos com famílias vulneráveis à perda do pátrio poder.

Assim, com essa pesquisa, pretende-se preencher parcialmente a lacuna citada, apresentar os resultados de algumas reflexões de uma investigação empírica sistemática dessa população, esperando que possam contribuir para melhor orientar as ações dos profissionais atuantes na realidade da infância e família em risco neste país.



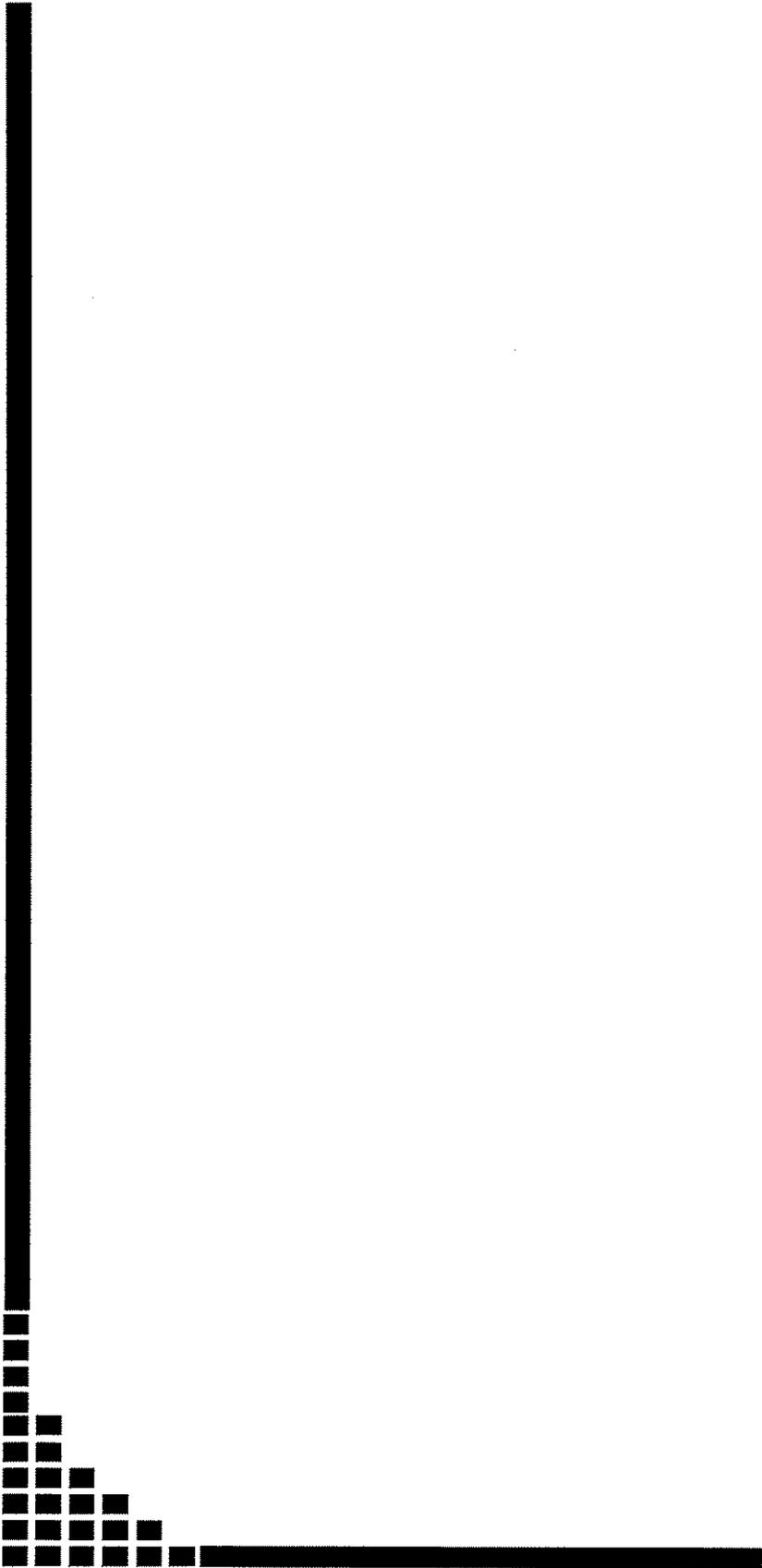
2- OBJETIVOS

2.1- Objetivo geral

Realizar um estudo psicossocial das famílias envolvidas na perda do pátrio poder, caracterizando-as e procurando identificar fatores associados a este desfecho.

2.2- Objetivos específicos

- Examinar os dados sociais e demográficos das famílias estudadas;
- Conhecer os recursos sociorrelacionais das famílias que recuperaram a guarda, comparando-as com o grupo em que a perda da guarda foi definitiva;
- Investigar se as famílias estudadas sofreram violência doméstica;
- Verificar a existência de uso de álcool e drogas nos contextos destas famílias;
- Estudar as histórias de vida de mães nas famílias em questão;
- Conhecer o posicionamento e os sentimentos da população-alvo frente à decisão judicial da perda de pátrio poder.



***3- SUJEITOS E
MÉTODOS***

3.1- Instituições de fontes de pesquisa

3.1.1- Vara da Infância e da Juventude de Campinas

Conforme elencado nos artigos 146 a 149 do E.C.A., cabe à Justiça da Infância e da Juventude conhecer e julgar as apurações de atos infracionais atribuídos a adolescentes, pedidos de guarda, tutela e perda ou modificações destas, as ações de destituição do pátrio poder, suprir a capacidade ou o consentimento para o casamento, conhecer os pedidos baseados em discordância dos pais com relação ao exercício do pátrio poder, conceder a emancipação nos termos da lei civil na ausência dos pais, ações de alimentos e registros de nascimento e óbito.

Cabe, ainda, à Justiça da Infância e da Juventude processar e julgar as ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos da criança e do adolescente e as ações decorrentes de irregularidades em instituições de atendimento. Aplica, também, penalidades administrativas diante de infrações contra normas de proteção à criança e ao adolescente e recebe os casos encaminhados pelos Conselhos Tutelares, aplicando as medidas cabíveis.

Finalmente, compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria; autorizar, mediante alvará, proibir a entrada e permanência de crianças ou adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis em determinados locais de diversões públicas.

As competências delineadas são de exclusividade do Juiz da Infância e da Juventude, caracterizadas pela distribuição da prestação jurisdicional, no âmbito dos direitos da criança e do adolescente preconizados em lei.

Para assessorar a autoridade judiciária, a Justiça da Infância e da Juventude é dotada de setores de Serviço Social e Psicologia, considerados fundamentais e imprescindíveis para o bom andamento dos processos de competência desta justiça especializada (DITOMMASO, L.C., 1991).

Dentre outras atribuições inerentes aos assistentes sociais e psicólogos, nos casos que determinam decisões quanto à situação familiar, a equipe técnica opina a respeito das condições da família natural para o exercício do pátrio poder, bem como das medidas convenientes que poderão ser aplicadas para apoiá-la (BECKER, 1992).

Trata-se do parecer técnico e/ou diagnóstico que é apresentado ao juiz, contendo os elementos de intervenção mais adequada junto à família estudada. Especificamente, o assistente social contempla, no parecer, um posicionamento profissional consciente da realidade sociorrelacional conhecida no estudo elaborado, uma vez avaliadas as implicações dentro de um contexto sociocultural específico (PINTO, 1991).

3.1.2- Instituições de abrigo

A cidade de Campinas conta com 14 instituições de abrigo. Destas, cinco desenvolvem programas para o atendimento de crianças e/ou adolescentes, enquanto que as outras prestam acolhimento somente a adolescentes.

O abrigo é considerado uma medida de proteção, provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para posterior colocação das crianças e adolescentes em família substituta (E.C.A. art. 101). Acolhe crianças e adolescentes que se encontram desprotegidos e em estado de abandono social, mediante encaminhamentos efetuados pelo Conselho Tutelar e pela Vara da Infância e da Juventude (CARVALHO M., 1993).

Os abrigos utilizados como fontes de pesquisas foram: Centro Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente – CMPCA, Convívio Aparecida, Lar Caminho da Verdade, Lar Criança Feliz, Unidade de Apoio Infantil.

Estas instituições facilitaram a realização da pesquisa, disponibilizando o acesso a seus prontuários. As equipes técnicas destes abrigos demonstraram grande interesse no tema da pesquisa, colaborando e incentivando o trabalho da pesquisadora.

3.1.3- Critérios de inclusão para o Grupo de Estudo

- Processos com sentenças judiciais de destituição de pátrio poder existentes na Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Campinas;
- Sentenças judiciais proferidas nos anos de 1999 e 2000;
- Mães que perderam na Justiça os filhos, na faixa etária de zero a 12 anos;
- Famílias residentes em Campinas e região;

3.1.4. Critérios de exclusão para o Grupo de Estudo

- Processos com sentenças judiciais de destituição de pátrio poder existentes na Vara da Infância e da Juventude de Campinas, mas com recurso em andamento;
- Casos em que a atuação da entrevistadora, enquanto funcionária da instituição que constitui a fonte de pesquisa, foi determinante no processo;
- Casos que ofereçam riscos à entrevistadora, decorrentes de ameaças realizadas pelos pais na ocasião da decisão judicial de perda de pátrio poder.

3.1.5- Critérios de inclusão para o Grupo Comparativo

- Mães das crianças que foram temporariamente afastadas de seus lares biológicos por decisão da justiça;
- Mães que recuperaram a guarda dos filhos na faixa etária de zero a 12 anos, cujo retorno ocorreu em um período de até um ano.

3.2- Constituição da amostra

Trata-se de um estudo quali-quantitativo, composto de dois grupos: estudo e comparativo. Constituiu o grupo de estudo de 27 mães que perderam o pátrio poder, por colocarem os filhos em situação de risco psicofísico. O grupo comparativo foi constituído de 17 mães, cujos filhos foram afastados por ordem judicial mas, depois das sentenças, retornaram às suas famílias de origem.

Essa pesquisa, mesmo privilegiando os dados qualitativos, utilizando-se das questões abertas e dos relatórios dos casos como ilustração, esses dados não se encerram neste momento.

Para a constituição da amostra do grupo de estudo, foram consultadas 98 sentenças proferidas nos anos de 1999 e 2000 pela autoridade judicial da Vara da Infância e da Juventude de Campinas, e subseqüentemente, 98 processos¹ nos quais tais sentenças estavam inseridas. Para chegar ao número de 27 mães estudadas, 71 processos foram excluídos pelas razões a serem apontadas.

No decorrer da pesquisa documental efetuada nos processos e, posteriormente, na fase de coleta de dados, deu-se a seleção dos casos e ocorreu perda amostral. O mesmo aconteceu no grupo comparativo durante a coleta de dados. No entanto, mostrou-se suficiente para a realização de sínteses quantitativas. Foram excluídos 71 casos para o grupo de estudo e 10 casos para o grupo comparativo, conforme explicações que se seguem em tabelas 1 e 2.

¹ “Conjunto de atos que devem ser executados, na ordem preestabelecida, para que se investigue e se solucione a pretensão submetida à tutela jurídica...” (DE PLACÍDIO E SILVA – Vocabulário Jurídico. Rio de Janeiro: Forense, 1992. 513p. v.3).

Tabela 1 – Seleção de casos e perda amostral do grupo de estudo

Grupo de Estudo	N
Processos – Motivos	
Adoção por padrasto ²	6
Entrega ³	8
Mudança de cidade	4
Atuação da pesquisadora	5
Riscos p/a pesquisadora	3
Endereços não localizados por funcionários da Justiça	7
Sem residência fixa	18
Coletas – Motivos	
Endereço não localizado pela pesquisadora	7
Mudança de cidade	3
Mudança de endereço	3
Não aceitou participar	3
Pais	4
Total	71

Tabela 2 - Distribuição da perda amostral do grupo comparativo

Grupo Comparativo	N
Coletas – Motivos	
Retorno abrigo ⁴	2
Recusa participação	2
Mudança de cidade	2
Endereço não localizado	1
Pais	3
Total	10

² Adoção por padrasto refere-se aos casos em que, de fato, a criança o reconhece por pai. Assim sendo, o pai biológico com o qual a criança mantém pouco ou nenhum contato é destituído do pátrio poder.

³ Diz respeito aos casos em que a mãe, por iniciativa própria, abre mão do pátrio poder.

⁴ Refere-se à situação em que ocorreu, por medida judicial, o retorno da criança para o abrigo após a realização do levantamento dos casos de retorno à mãe, segundo os critérios estabelecidos para este estudo.

3.3- Procedimentos

Para compor o grupo de estudo, fez-se necessário o seguimento de alguns procedimentos inerentes ao acesso aos processos para posterior aplicabilidade dos critérios de inclusão e exclusão.

A pesquisadora, inicialmente, oficiou ao Juiz da Vara da Infância e da Juventude de Campinas, solicitando autorização para consultar os processos de destituição do pátrio poder, sentenciados em 1999 e 2000.

A autorização se deu mediante ressalva da necessidade do segredo de justiça que naturalmente foi seguida, uma vez que nomes, endereços e conteúdo dos autos tinham por objetivos direcionar, situar o trabalho da pesquisadora, localizar os sujeitos a serem convidados a participar da pesquisa, não havendo, portanto, identificação destes.

Após a concordância do Juiz, foi por ele determinado o conhecimento dos funcionários do cartório da Vara da Infância e da Juventude para que a pesquisadora tivesse livre acesso aos documentos arquivados e em andamento, neste setor.

Todos os registros das sentenças proferidas pelo Juiz, competentes à Justiça da Infância e da Juventude, ficam lavrados em livros contendo em cada registro, data, número do processo, nome, tipo de ação. Consultaram-se os livros de sentenças proferidas durante o período de 1999 e 2000.

Durante a consulta, a pesquisadora identificou, selecionou e registrou os dados contidos nas sentenças de destituição do pátrio poder ou, quando necessário, de outras sentenças, como, por exemplo, de adoção para nortear o acesso ao material procurado, ou seja, os números concernentes aos processos de destituição do pátrio poder.

Levantou-se um total de 98 sentenças. A partir destas, iniciou-se a localização e o levantamento dos processos que estavam em cartório, arquivados em local acoplado às dependências da vara da Infância e da Juventude e no arquivo geral localizado em prédio específico e fora desta instituição.

De acordo com as exigências, para localizar e levantar os processos que se encontravam no arquivo geral, a pesquisadora elaborou requisições contendo números dos autos e das caixas de arquivos, onde cada um estava arquivado.

Para os processos arquivados no arquivo existente no prédio da Vara da Infância e da Juventude, a pesquisadora, em posse dos respectivos números, os retirou e, posteriormente, os recolocou nas caixas correspondentes.

Em relação aos processos que estavam em cartório, uma vez relacionados pela pesquisadora, os funcionários efetuaram o levantamento previamente solicitado. No total realizaram-se consulta e estudo em 98 processos. Estes permaneceram sob os cuidados e responsabilidade da pesquisadora, mediante assinatura de termo de responsabilidade⁵

Foi necessária a leitura minuciosa dos dados contidos nos processos, considerando-se que as informações se modificavam ao longo do conteúdo destes. O levantamento⁶ dos processos e a coleta dos dados necessários à aplicação dos instrumentos utilizados nesta pesquisa, aconteceram no período de abril - junho do ano de 2001.

Para esclarecer, o fato de a pesquisadora estar inserida no quadro de funcionários do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, contribuiu para a autorização judicial, bem como para o livre acesso aos documentos necessários à elaboração deste estudo.

Em geral, os pesquisadores que manifestam interesse em desenvolver estudos com temas ligados à Justiça da Infância e da Juventude, porém sem vínculo empregatício com esta, encontram dificuldades para fazê-los, principalmente pela necessidade de manter o segredo de justiça dos conteúdos existentes nos processos.

A pesquisadora, mediante o auxílio das assistentes sociais vinculadas às instituições de pesquisa, efetuou consulta, estudo e registro dos referidos prontuários. Obedeceu-se aos critérios de inclusão para este grupo, levantando-se um total de 27 famílias. Destas, foram entrevistadas 17 mães e três pais.

⁵ Diante da ocorrência de algum incidente com os autos, poderia ser instaurado processo administrativo contra a pesquisadora.

⁶ Neste ínterim, cabe informar ao leitor que todos os trâmites necessários para a pesquisa documental, foi feita pela pesquisadora para não interferir no trabalho dos funcionários e manualmente, considerando-se que a Justiça da Infância e da Juventude não dispõe de programas e mecanismos computacionais para este fim.

As consultas efetuadas nos prontuários das crianças que haviam retornado ao convívio da família natural ocorreram no mês de outubro de 2001. As entrevistas deste grupo foram realizadas no período de novembro de 2001 a fevereiro de 2002, obedecendo-se à seqüência da data do desabrigoamento.

Considerou-se de quatro a oito meses o tempo de retorno da criança à companhia da mãe, baseando-se na experiência profissional para a elaboração de acompanhamento da continuidade de adequação da situação familiar.

Por haver um número reduzido de pais (quatro – grupo estudo, três – grupo comparativo), evidenciando-se que as famílias estudadas mantêm a característica de chefias femininas, tomou-se, para os dois grupos, a amostra do total de mães.

3.4- Instrumentos e aplicações

3.4.1- Instrumentos

Utilizou-se uma anamnese-questionário, composta por questões abertas e fechadas, com a pretensão de levantar os dados demográficos e sociais e as histórias de vida das mães que foram destituídas do pátrio poder, por colocarem os filhos em risco sócio-psico-físico e das mães que tiveram seus filhos afastados por ordem judicial e que, depois das sentenças, recuperaram suas guardas.

Baseou-se a anamnese-questionário na divulgação do Hospital Maudsley de Londres, publicada no livro *Psiquiatria Clínica de Londres* (MAYER-GROSS et al. 1972), no instrumento de pesquisa do Estudo de Agressões Domésticas não Notificadas Judicialmente na População de Mulheres Atendidas no Ambulatório de Saúde Mental do Hospital Central da Unicamp (CABRAL e CARNEIRO, 1997), no modelo de entrevista dos assistentes sociais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Algumas questões ligadas à problemática estudada foram adaptadas, visando sistematizar as respostas às perguntas abertas, como também favorecer o discurso livre dos entrevistados sobre os temas fundamentais deste estudo.

O uso da entrevista, como instrumento da pesquisa, surgiu a partir da natureza do objeto estudado. Desta forma, este instrumento possibilitou o conhecimento de fatos, experiências e situações vividas pela população alvo. A escolha da entrevista se deu pelo fato de ser um instrumento que permite a penetração no conhecimento da realidade estudada (KISNERMAN, 1978).

Elaboram-se resumo e estudo das fontes documentais – processos, de cada um dos sujeitos da pesquisa, aplicando-se os critérios de inclusão e exclusão para os grupos de estudo e comparativo. Tomando por base a etapa inicial da tipologia diagnóstica utilizada pelos profissionais de serviço social, elaborou-se uma folha de rosto para cada participante da pesquisa.

Nesta folha de dados iniciais, configuraram-se os dados sócio-demográficos: número do caso, nome codificado, endereço, idade, etnia, religião, escolaridade, estado civil, ocupação profissional, renda familiar, tipo de família e condições habitacionais.

As questões fechadas (questionário I) tinham o objetivo de produzir uma maior uniformidade nas respostas para coletar os dados inseridos no contexto da problemática estudada e propiciar comparações com outros dados relacionados ao estudo.

Ordenaram-se as questões, das mais simples às mais complexas, contendo dados sobre as condições gestacionais, condições de nascimento da criança retirada pela Justiça, condições de saúde mental das mães, dados da infância, adolescência e vida adulta das mães, dando ênfase a eventos de vida, sentimentos, características de personalidade, existência de violência na infância e vida adulta, uso de drogas e álcool, dentre outros.

As questões abertas (questionário II) tinham o intuito de levar o sujeito a relatar sua história de vida, modo de agir com os cuidados e educação dos filhos, atitude, opinião, sentimento e expectativa diante da perda do filho na justiça, para o grupo de estudo, ou frente à eminência da perda do filho, para o grupo comparativo.

3.4.2- Aplicações

Realizaram-se as entrevistas nos domicílios das participantes dos grupos de estudo e comparativo, restringindo-se àqueles que possuíam a responsabilidade legal das crianças, inerente ao exercício do pátrio poder.

A pesquisadora se apresentava, informava quanto ao trabalho de pesquisa, e seus objetivos e finalidades. Havendo concordância verbal em participar, a pesquisadora lia, quando necessário, e explicava o conteúdo do termo de consentimento livre, antes da assinatura.

Vencida a primeira etapa, após o reconhecimento do ambiente, iniciava-se a aplicação do instrumento. Quando não havia disponibilidade dos participantes em se submeterem à entrevista no mesmo dia da apresentação, eram marcados dia e horário para o retorno da pesquisadora no local.

A aplicação realizou-se no período de junho de 2001 a fevereiro de 2003. Cada entrevista teve a duração de uma hora e meia a duas horas, excluindo-se, deste tempo, as etapas de apresentação, explicações sobre a pesquisa e aquecimento.

O questionário foi respondido individualmente em todas as situações de aplicação, colocando-se as perguntas de forma a não criar constrangimento nos participantes. Respeitou-se, sempre, a liberdade de falar ou não sobre o assunto abordado.

De forma geral, os participantes não apresentaram dificuldades na compreensão das perguntas, parecendo, assim, que os instrumentos estavam adequados à realidade sociocultural dos envolvidos nesta pesquisa.

3.5- Plano piloto

Estabeleceu-se, no plano inicial, que o primeiro contato se daria nas residências das famílias e as entrevistas seriam realizadas nas dependências físicas de Centros Sociais Municipais, existentes nas proximidades das residências da população ou em áreas centrais da cidade.

A pesquisadora efetuou contatos com profissionais vinculados a estes centros, recebendo respostas de não haver salas disponíveis para serem cedidas, mesmo diante de sugestões, dentre elas, a utilização de algum espaço em dias e horários previamente acordados ou fora do horário de funcionamento dos centros.

Diante destas dificuldades, modificou-se o plano de ação no que tange ao local da realização das entrevistas que ocorreram nas residências da população pesquisada. A realização das entrevistas, nos domicílios, possibilitou uma maior aproximação entre a entrevistadora e entrevistados.

Compôs-se o plano-piloto de uma amostra de cinco sujeitos destituídos do pátrio poder, por colocarem os filhos em risco biopsicossocial, e de quatro sujeitos cujos filhos foram afastados por ordem judicial mas que, depois das sentenças, retornaram às suas famílias de origem.

Teve ele o objetivo de testar se o método e os instrumento eram adequados para esta pesquisa e possibilitar um treinamento visando à melhor aplicabilidade e abrangência dos instrumentos. Os sujeitos participantes do plano piloto fizeram parte do total da amostra desta pesquisa, não sendo necessárias modificações dos instrumentos após testá-los.

3.6- Análise dos resultados

A análise estatística foi realizada com o apoio das profissionais Andréa Ferreira Semolini e Cleide Moreira Silva, integrantes da Câmara de Pesquisa Estatística – FCM com o objetivo de descrever os grupos de estudo e comparativo através das variáveis coletadas, e comparar as variáveis de interesse entre os dois grupos.

Para as questões fechadas (análise quantitativa), desenvolveu-se análise descritiva através de tabelas de frequência para as variáveis discretas e medidas de posição e dispersão das variáveis contínuas, por grupo.

Na comparação de proporções, utilizou-se o teste Qui-quadrado ou teste Exato de Fisher, quando necessário. Adotou-se o teste de Mann-Whitney na comparação de variáveis contínuas entre os grupos. O nível de significância fixado foi de 5%.

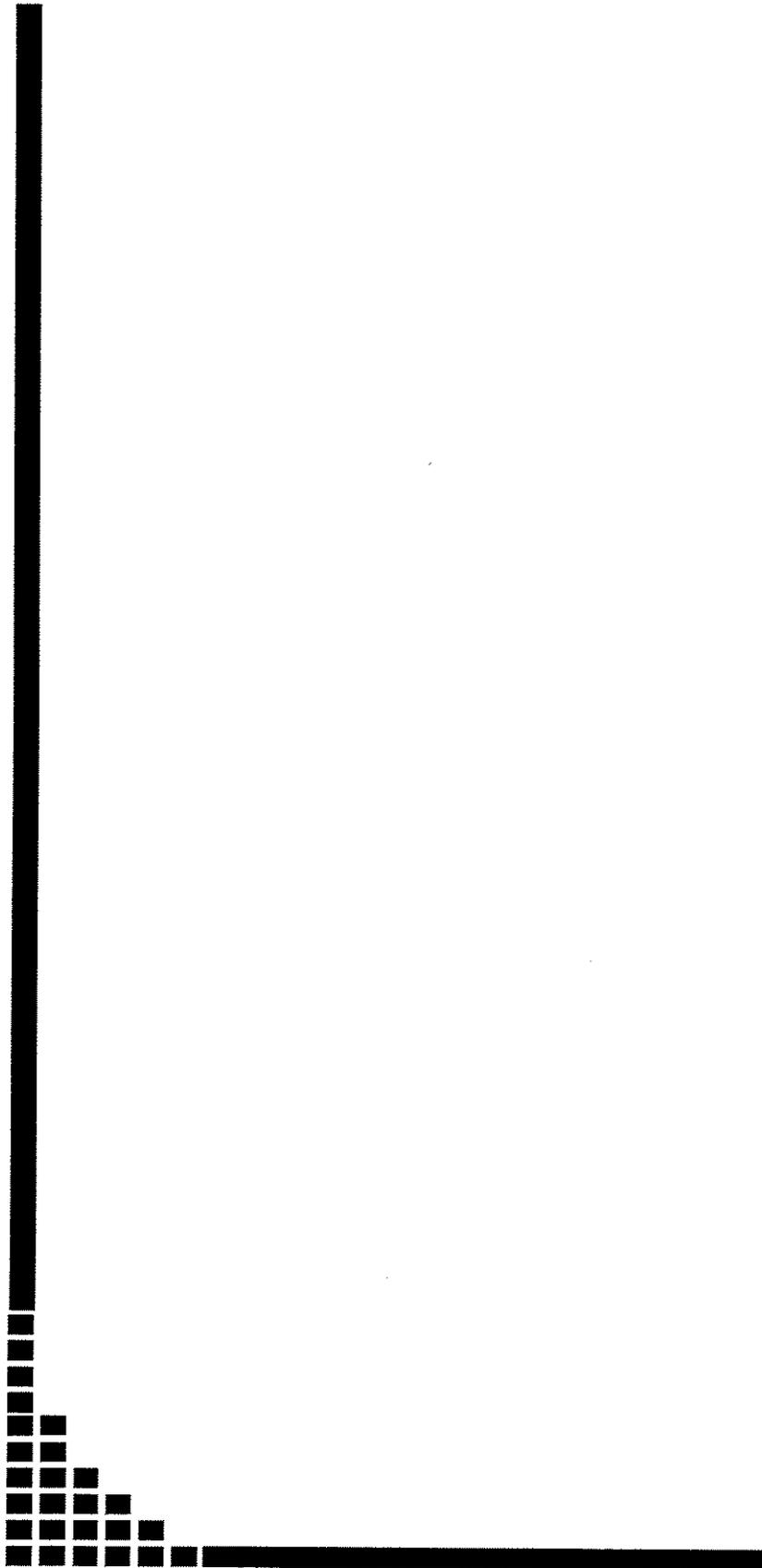
As questões abertas (análise qualitativa) foram pautadas na análise do conteúdo dos discursos através dos temas-eixo ou conjuntos de palavras afins presentes nas anamneses. Segundo BARDIN (1988), a técnica é designada como sendo:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Nesta técnica de pesquisa, BERELSON⁷ sustenta conter uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações, tendo por finalidade a compreensão, interpretação e explicação das formas de comunicação.

Os estudos de MINAYO (1999) congregam reflexões a respeito da análise do conteúdo dos discursos através de temas-eixo, que pode ser apresentada a partir de uma palavra, uma frase, um resumo. Este tipo de análise consiste na descoberta de núcleos de sentido que compõem uma comunicação, cuja presença ou frequência possuem significados que denotam os valores de referência e os modelos de comportamento presentes no discurso.

⁷ BERELSON *apud* BARDIN, L. – Análise de Conteúdo. Lisboa: Edição 70, 1988



4- RESULTADOS

Os resultados da análise estatística serão apresentados a seguir. Nas primeiras tabelas e gráficos encontra-se a análise quantitativa e depois seguem os resultados da análise qualitativa. A caracterização sociodemográfica, bem como os dados socioeconômicos e educacionais estão demonstrados nas tabelas de 1 a 6 e nos gráficos de 1 a 3.

4.1- Resultados da análise quantitativa dos dados

4.1.1- Dados demográficos, socioeconômicos e educacionais das mães entrevistadas

Tabela 3- Caracterização da amostra estudada, segundo a idade

Grupo	N	Média	Desvio padrão	Mediana	Mínima	Máxima
Estudo	27	30,6	8	29	19	48
Comparativo	17	31,7	7	30	18	46

Tabela 4- Caracterização da amostra estudada, segundo o estado de vínculo conjugal

Grupo	Vínculo conjugal	Sem vínculo conjugal	Total
Estudo	17 62,96%	10 37,04%	27
Comparativo	7 41,17%	10 58,82%	17
Total	24 54,55%	20 45,45%	44 100,00%

As variáveis socioeconômicas de religião seguida e sua prática encontram-se na tabela 5. Os anos de estudos concluídos com sucesso encontram-se na tabela 6. A ocupação desenvolvida e a renda familiar são apresentadas no gráfico 1 e 2.

Tabela 5- Caracterização da amostra estudada, segundo a religião seguida e sua prática

Grupo	Católico não praticante	Católico praticante	Evangélico praticante	Sem religião	Total
Estudo	16	5	5	1	27
	59,26%	18,52%	18,52%	3,70%	
Comparativo	3	7	5	2	17
	17,65%	41,18%	29,41%	11,76%	
Total	19	12	10	3	44
	43,18%	27,27%	22,73%	6,82%	100,00%

p= 0,0358

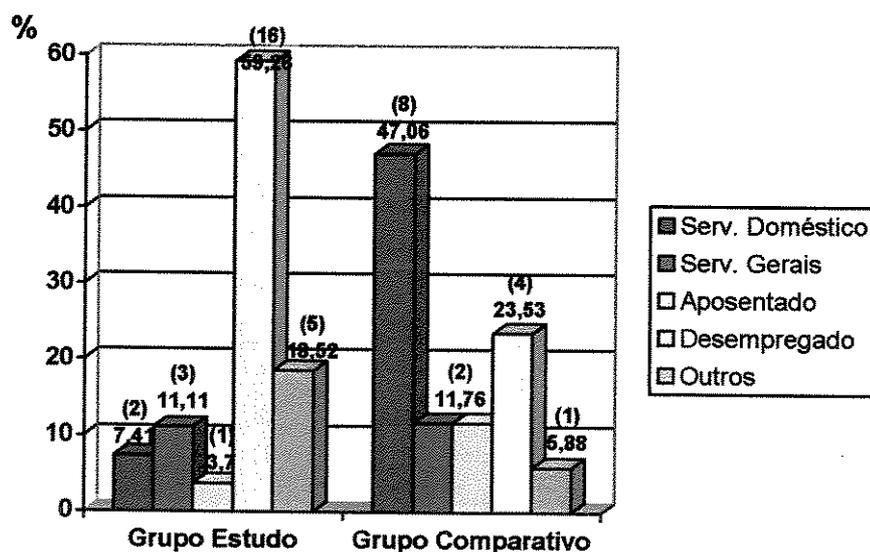
Tabela 6- Caracterização da amostra estudada, segundo o envolvimento religioso

Grupo	Com envolvimento	Sem envolvimento	Total
Estudo	10	17	27
	37,04%	62,96%	
Comparativo	12	5	17
	70,59%	29,41%	
Total	22	22	44
	50,00%	50,00%	100,00%

p= 0,0302

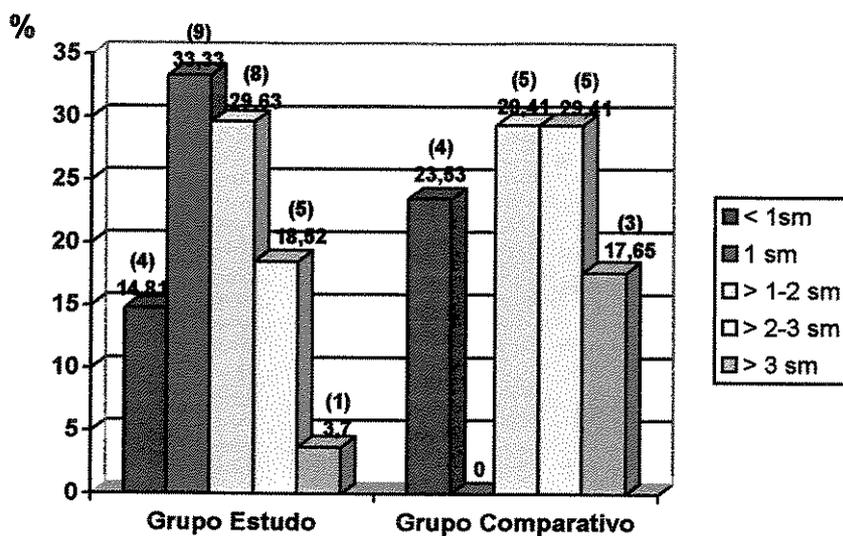
Tabela 7- Caracterização da amostra estudada, segundo anos de estudos concluídos com sucesso

Grupo	0	1 – 4 a.	4 – 8	8 – 11	Total
Estudo	2 7,41%	17 62,96%	5 18,52%	3 11,11%	27
Comparativo	1 5,88%	9 52,94%	3 17,65%	4 23,53%	17
Total	3 6,82%	26 59,09%	8 18,18%	7 15,91%	44 100,00%



p= 0.0090

Gráfico 1- Caracterização da amostra estudada, segundo a ocupação



p= 0.0412

Gráfico 2- Caracterização da amostra estudada, segundo a renda familiar

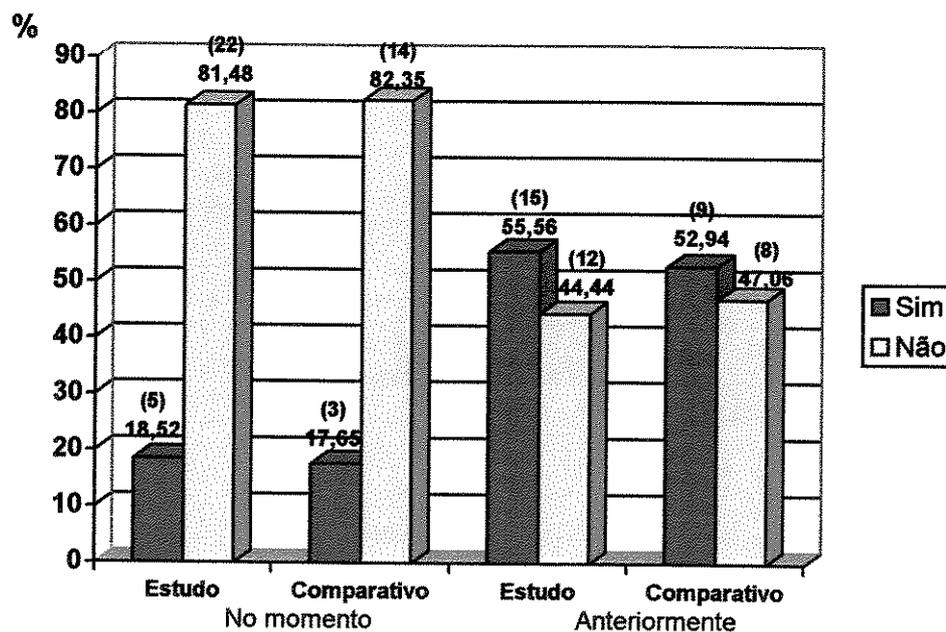


Gráfico 3- Caracterização da amostra estudada, segundo a inclusão em programas de auxílio na ocasião das entrevistas realizadas, e se houve inclusão em outros momentos

Os resultados sobre os aspectos familiares desta amostra estão demonstrados nas tabelas de 7 a 12 e nos gráficos de 4 a 9.

4.1.2- Aspectos familiares

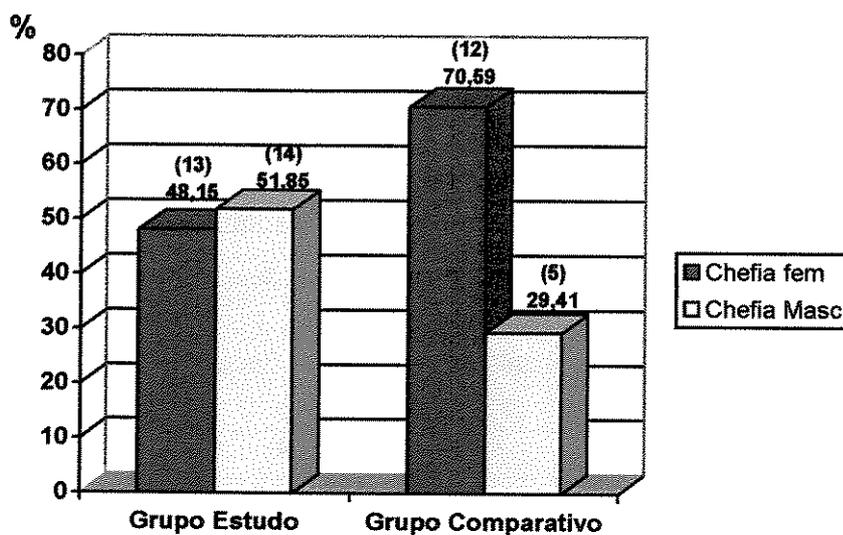


Gráfico 4- Caracterização da amostra estudada, segundo o tipo de família

Tabela 8- Caracterização da amostra estudada, segundo o número total de filhos

Grupo	N	Média	Desvio-padrão	Mediana	Mínima	Máxima
Estudo	27	4,1	1,7	4	1	9
Comparativo	17	4,6	3,1	4	1	11

Tabela 9- Caracterização da amostra estudada, segundo o número total de filhos sob a responsabilidade das participantes.

Grupo	N	Média	Desvio-padrão	Mediana	Mínima	Máxima
Estudo	27	0,8	1,1	0	0	4
Comparativo	17	3,2	2,4	3	1	11

O número de filhos destituídos, número total de filhos de um único pai e algum filho de relacionamento eventual, encontram-se respectivamente na tabela 9, gráficos 5 e 6.

Tabela 10- Caracterização da amostra estudada, segundo o número de filhos destituídos

Grupo	1	2	3	4	5	Total
Estudo	13 48,15%	3 11,11%	5 18,52%	4 14,81%	5 7,41%	27

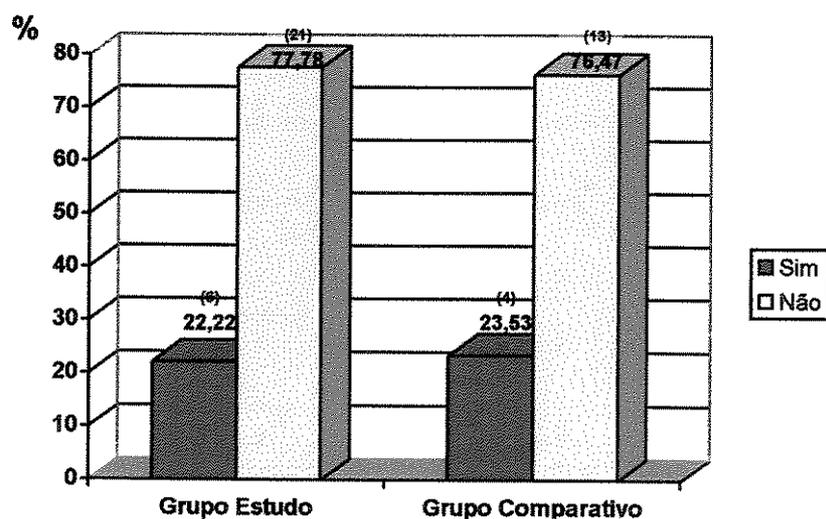


Gráfico 5- Caracterização da amostra estudada, segundo o fato de os filhos serem do mesmo pai ou não

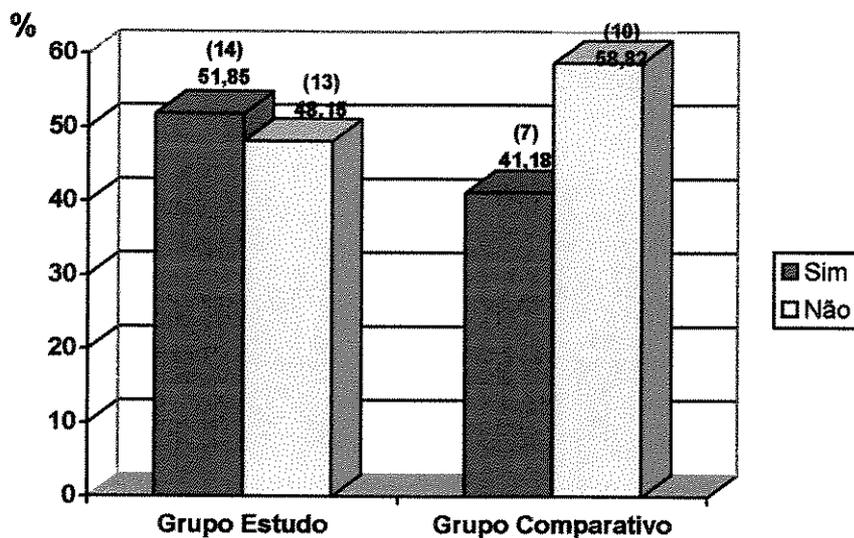


Gráfico 6- Caracterização da amostra estudada, segundo o fato de algum filho ser proveniente de relacionamento eventual

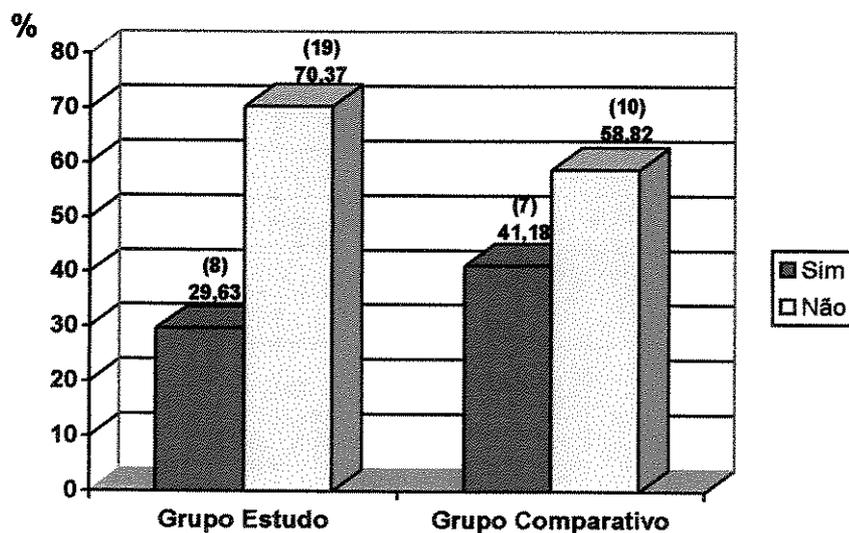


Gráfico 7- Caracterização da amostra estudada, segundo o fato de as participantes terem históricos de abortos

O histórico de abortos, tipo de aborto: natural ou provocado e o acompanhamento pré-natal nas gestações dos filhos afastados pela justiça são mostrados nos gráficos de 7 a 9.

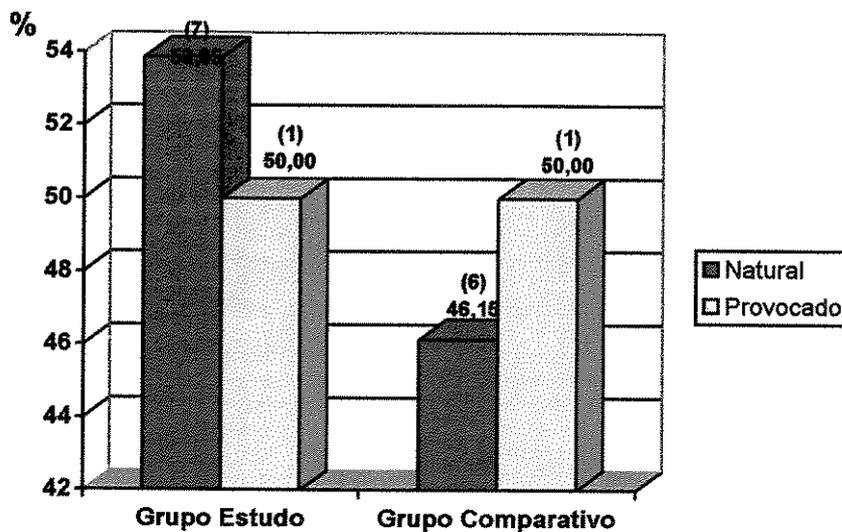
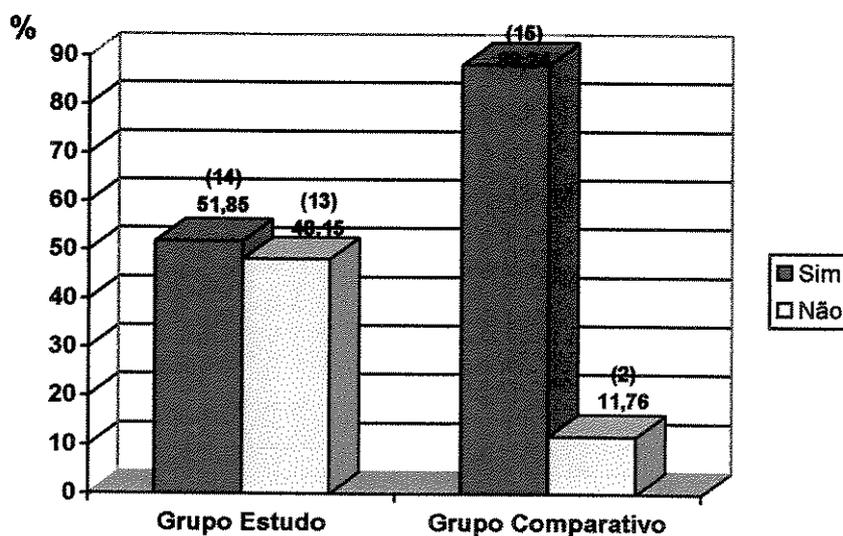


Gráfico 8- Caracterização da amostra estudada, segundo o tipo de aborto



p= 0.0132

Gráfico 9- Caracterização da amostra estudada, segundo o fato de as participantes terem realizado acompanhamento pré-natal durante as gestações dos filhos afastados

A Tabela 10 indica a idade da primeira relação sexual das participantes desta pesquisa. A idade, na ocasião do nascimento do primeiro filho, está demonstrada na tabela 11. Encontra-se na tabela 12 a diferença em anos entre a idade da primeira relação sexual e a idade do nascimento do primeiro filho.

Tabela 11- Caracterização da amostra estudada, segundo a idade da primeira relação sexual

Grupo	N	Média	Desvio-padrão	Mediana	Mínima	Máxima
Estudo	27	16	3,5	16	7	27
Comparativo	17	14,6	4,3	14	6	24

Tabela 12- Caracterização da amostra estudada, segundo a idade do nascimento do primeiro filho

Grupo	N	Média	Desvio-padrão	Mediana	Mínima	Máxima
Estudo	27	18,3	4,4	17	14	35
Comparativo	17	19,4	4,2	19	13	30

Tabela 13- Caracterização da amostra estudada, segundo a diferença em anos entre a idade da primeira relação sexual e a idade do nascimento do primeiro filho

Grupo	N	Média	dp	Mediana	Mínima	Máxima
	Estudo	27	2,7	3,6	1	0
Comparativo	17	4,8	4,6	4	0	17

p = 0,0416

A seguir, apresentar-se-ão os resultados sobre os antecedentes pessoais e familiares. Estes se encontram nos gráficos de 10 a 14.

4.1.3- Antecedentes pessoais e familiares

4.1.3.1- Quanto à violência

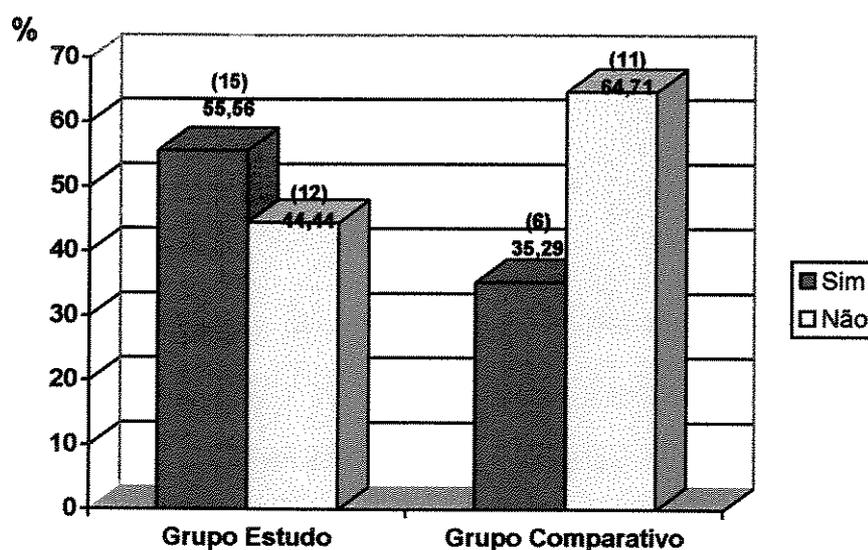


Gráfico 10- Caracterização da amostra estudada, quanto à ocorrência de mortes violentas envolvendo algum membro da família

O gráfico 11 apresenta a distribuição da amostra sobre a ocorrência de violência doméstica durante a infância. Em seguida, no gráfico 12, o tipo de violência doméstica sofrida na infância.

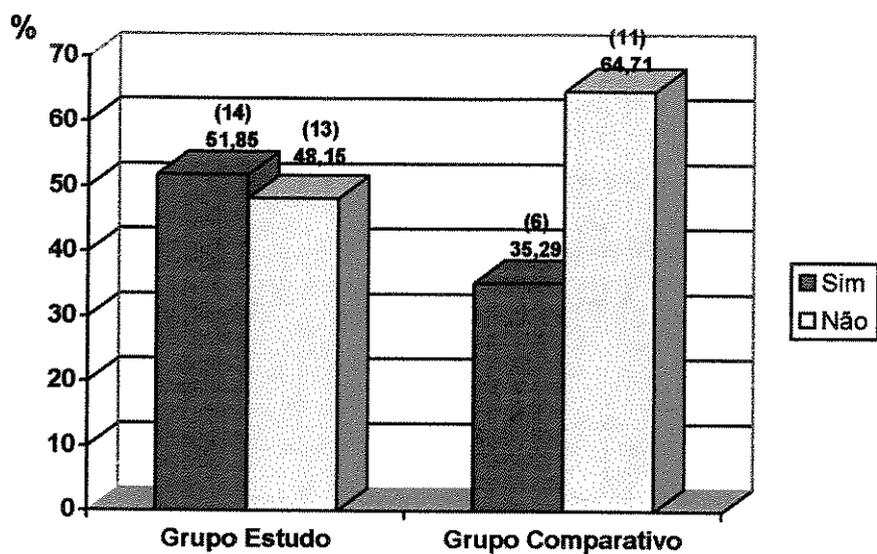


Gráfico 11- Caracterização da amostra estudada, quanto à ocorrência de violência doméstica na infância

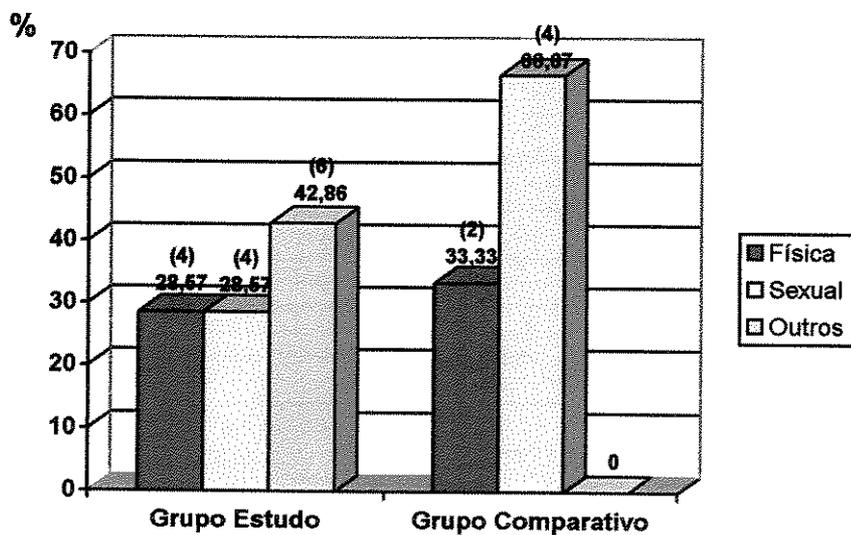


Gráfico 12- Caracterização da amostra estudada, segundo o tipo de violência doméstica sofrida na infância

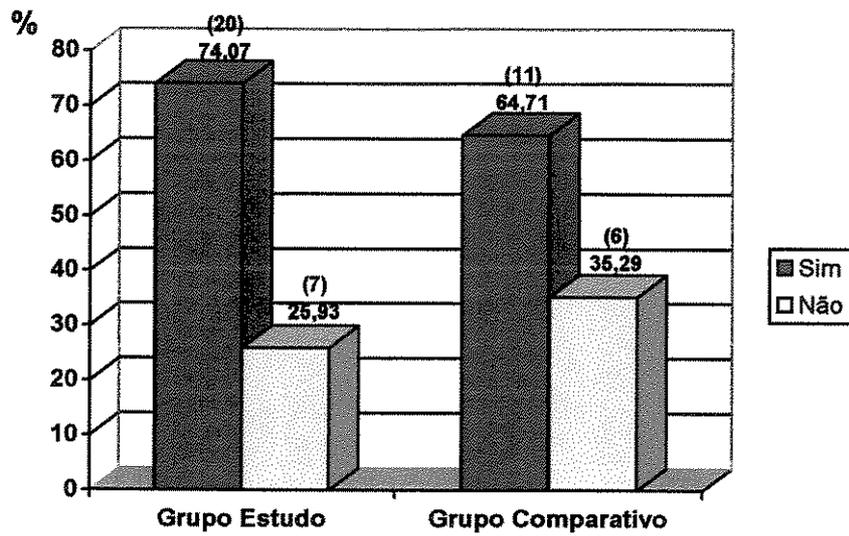


Gráfico 13- Caracterização da amostra estudada, segundo o fato de terem sofrido violência dos parceiros

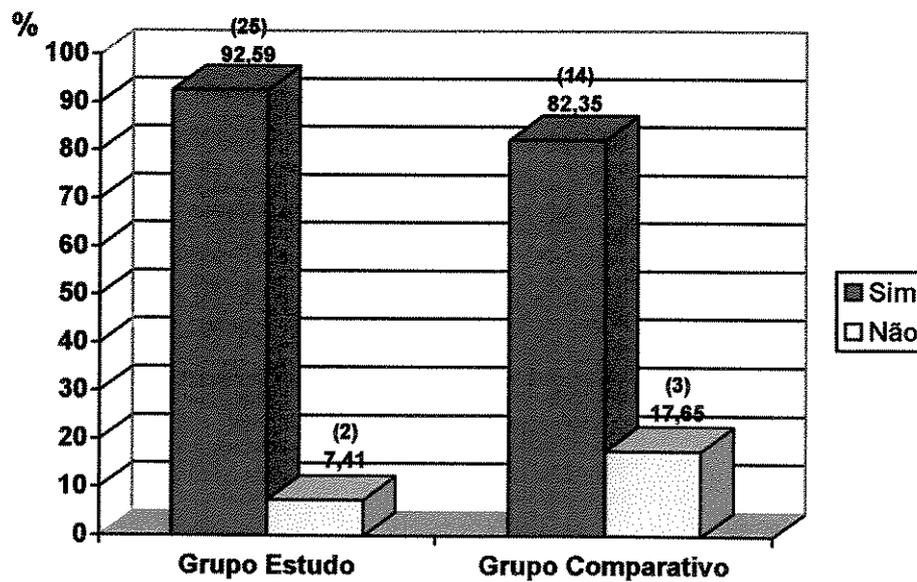
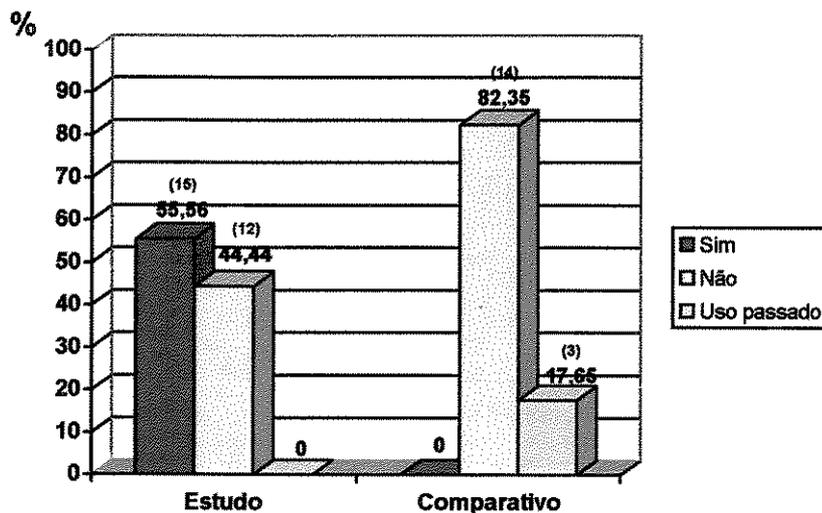


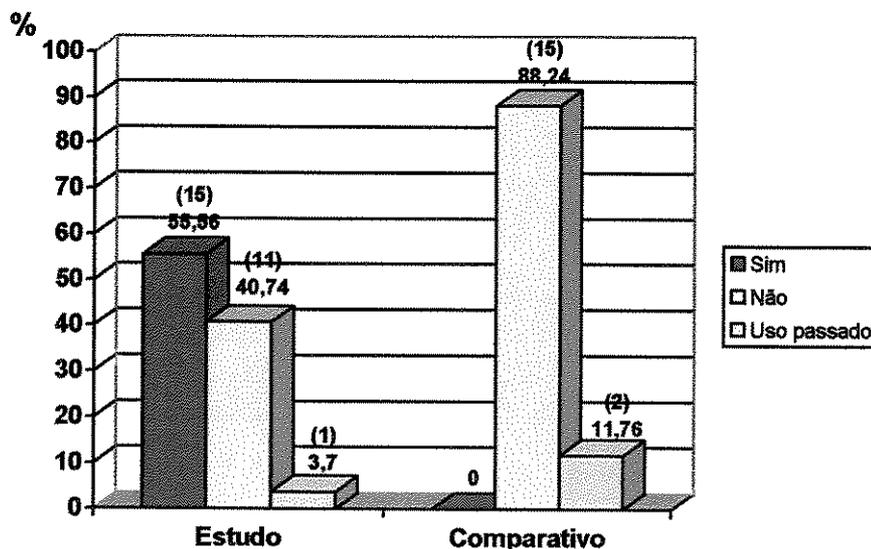
Gráfico 14- Caracterização da amostra estudada, segundo o histórico de violência na infância e do parceiro

4.1.3.2- Quanto ao uso problemático de álcool e drogas na vida das pessoas envolvidas



$p= 0.0001$

Gráfico 15- Caracterização da amostra estudada, segundo o uso problemático de bebidas alcoólicas na vida



$p=0.0001$

Gráfico 16- Caracterização da amostra estudada, segundo o uso problemático de drogas na vida.

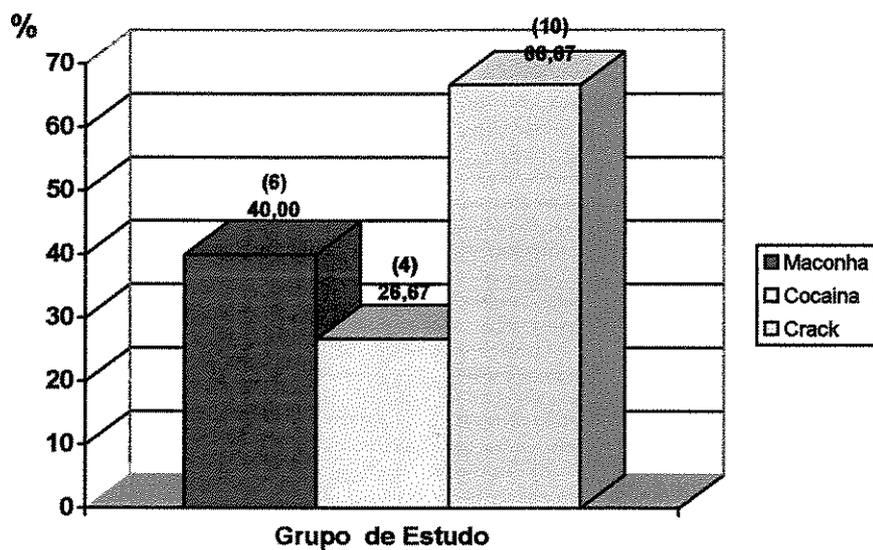
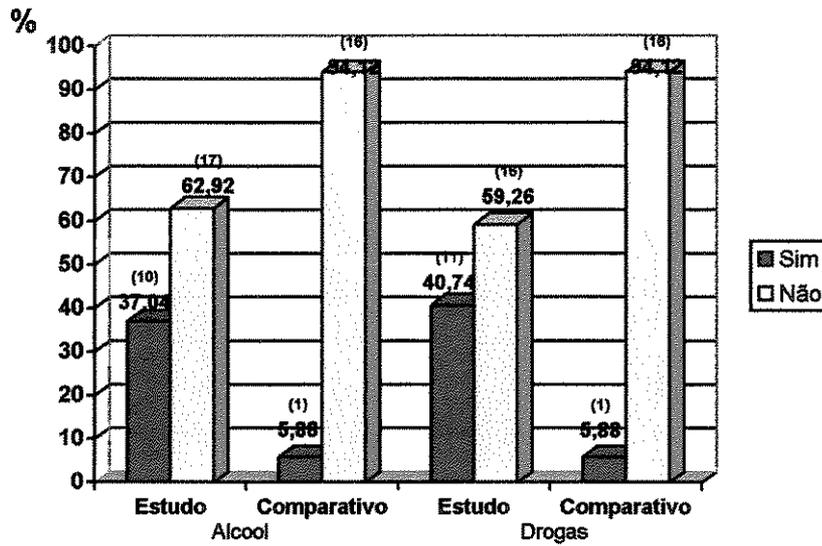


Gráfico 17- Caracterização da amostra estudada, segundo o tipo de drogas usadas pelas pessoas participantes do estudo

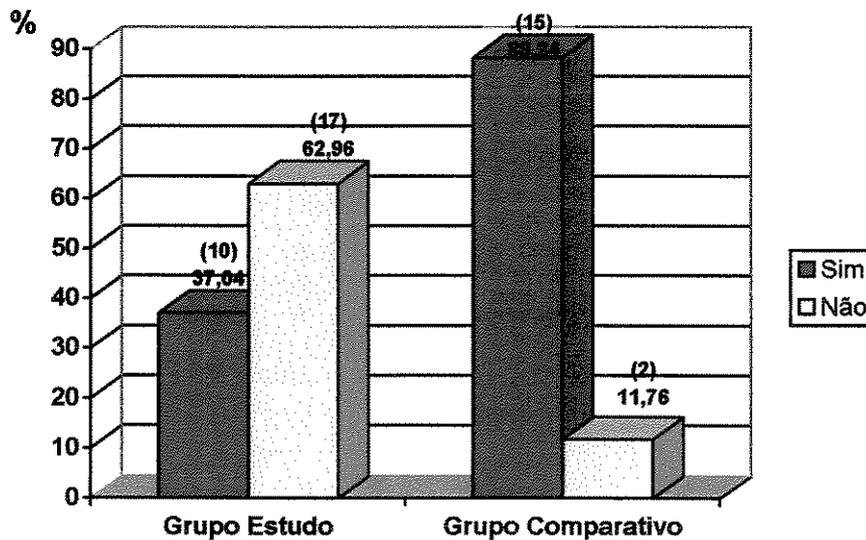
No gráfico 18, encontram-se as variáveis referentes à utilização de álcool ou drogas durante as gestações dos filhos afastados por determinação da justiça. O gráfico 19 mostra se as mães deste estudo seguiram os encaminhamentos propostos durante o processo judicial.



$p = 0.0309$

$p = 0.0150$

Gráfico 18- Caracterização da amostra estudada, segundo o fato de terem utilizado álcool ou drogas durante as gestações dos filhos afastados



$p = 0.0008$

Gráfico 19- Caracterização da amostra estudada, segundo o fato de seguirem encaminhamentos para tratamentos no contexto do processo judicial

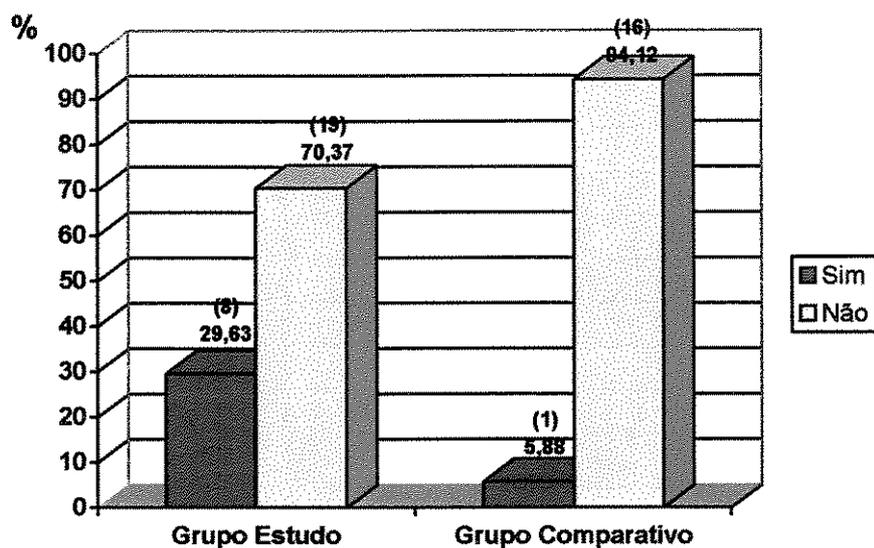


Gráfico 20- Caracterização da amostra estudada, segundo a prática de delitos

4.1.4- Sentimentos e reações relatadas pelas mães diante do afastamento dos filhos

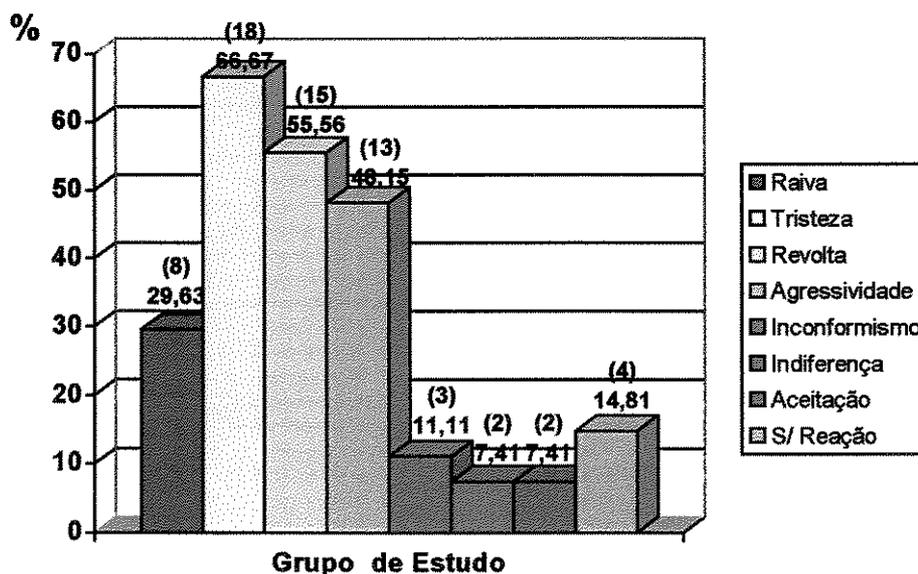


Gráfico 21- Caracterização da amostra estudada, segundo a reação frente a decisão da justiça de perda de pátrio poder

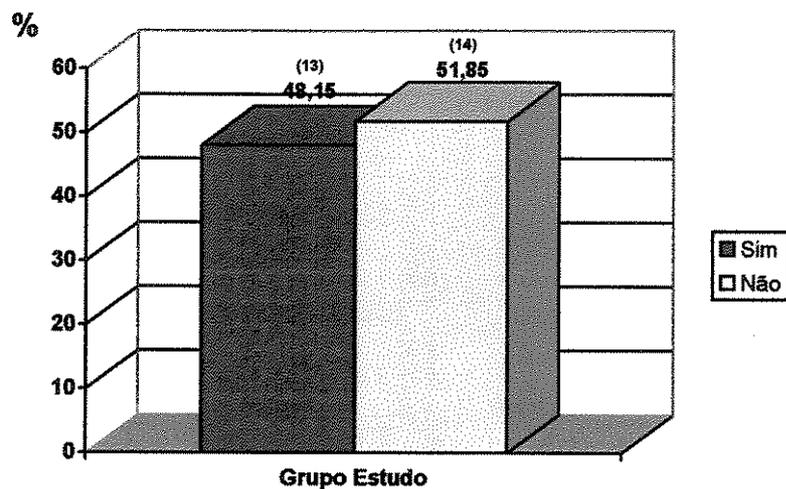


Gráfico 22- Caracterização da amostra estudada, segundo o fato de terem guardado objetos que pertenceram ao filho retirado

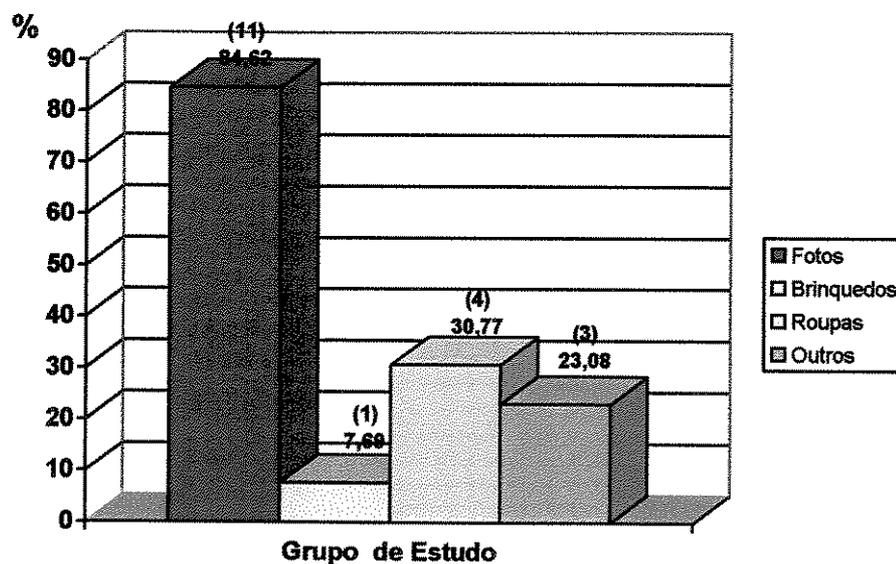


Gráfico 23- Caracterização da amostra estudada, segundo o tipo de objeto

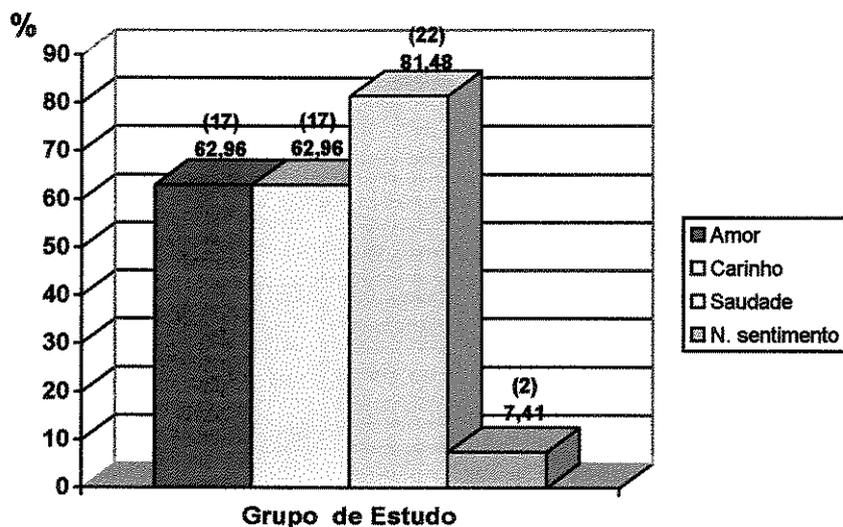


Gráfico 24- Caracterização da amostra estudada, segundo o tipo de sentimento para com o filho retirado

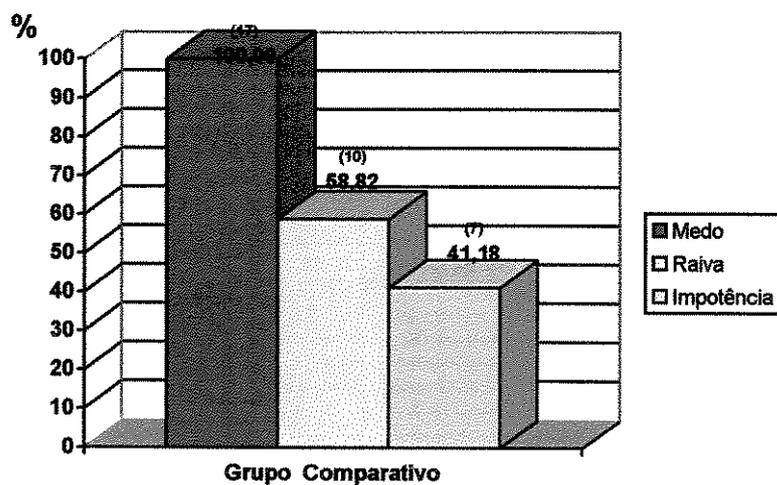


Gráfico 25- Caracterização da amostra estudada, segundo o tipo de sentimento diante da ameaça de perda dos filhos

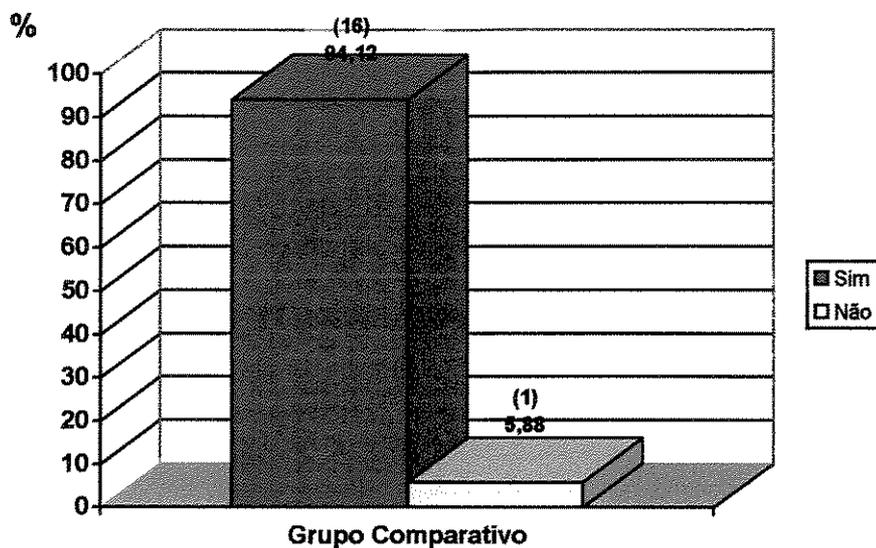


Gráfico 26- Caracterização da amostra estudada, segundo mudança do modo de agir e educar os filhos após o retorno para seus cuidados

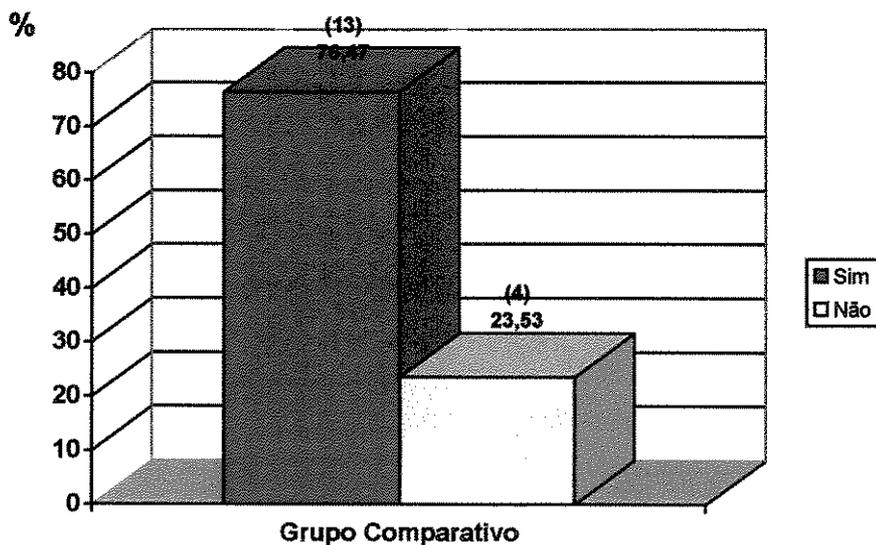


Gráfico 27- Caracterização da amostra estudada, segundo mudança do modo de vida para reaver a guarda dos filhos

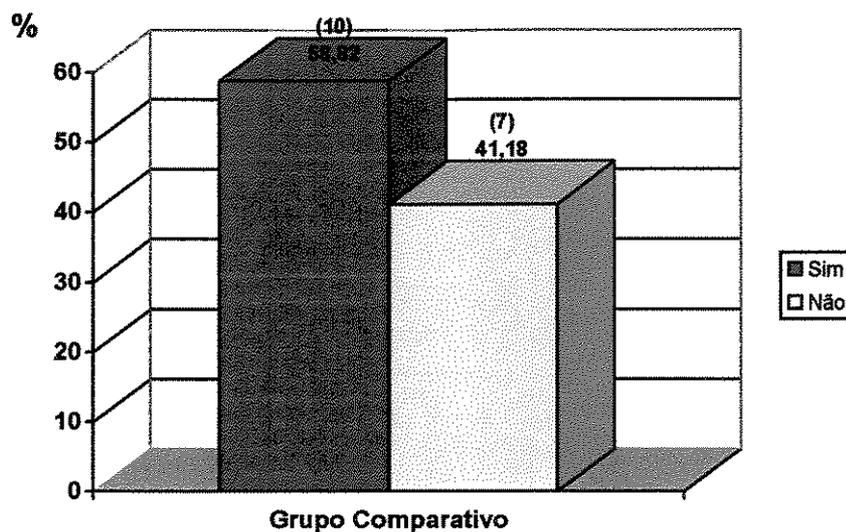


Gráfico 28- Caracterização da amostra estudada, segundo suporte recebido para manter as mudanças

4.2- Resultados da análise qualitativa dos dados

4.2.1- Infância

TEMAS-EIXO:

- Separação dos pais
 - Quando contava com sete anos de idade, o pai tentou matar a mãe com uma faca. A mãe, então, saiu de casa levando dois dos quatro filhos (Caso 1 – Grupo de Estudo).
 - Os pais eram separados, não possuindo lembranças do pai. (Caso 2 – Grupo de Estudo).
 - Os pais se separaram quando tinha seis anos de idade. A mãe foi embora de casa... (Caso 1 – Grupo Comparativo)
 - A mãe faleceu quando contava com cinco anos de idade (Caso 5 – Grupo Comparativo).

- Abandono

- “Minha mãe não quis me levar, escolheu os meus irmãos” (Caso 1 – Grupo de Estudo).
- “Ninguém me queria e um jogava para o outro...” (Caso 4 – Grupo de Estudo).
- O pai arrumou uma companheira e A. passou a ter conflito com ela, por isso foi morar com a avó... (Caso 5 – Grupo de Estudo).
- A mãe foi embora de casa quando ela tinha seis anos de idade (Caso 1 – Grupo Comparativo).
- Da mãe biológica, sabe apenas que era prostituta e nunca teve contato com ela. (Caso 3 - Grupo Comparativo).

- Uso de álcool pelo responsável

- O pai, que era alcoolista, tentou matar a mãe (Caso 1 – Grupo de Estudo).
- A mãe morreu em casa na presença dos filhos. “Ela morreu de tanto beber. Até hoje lembro dela morta na cama” (Caso 2 – Grupo de Estudo).
- Em função do alcoolismo da mãe, foi morar com uma tia materna (Caso 4 – Grupo de Estudo).
- O pai era agressivo e alcoolista (Caso 1 – Grupo Comparativo).
- “Minha mãe bebia muito, uma garrafa de pinga por dia. Bebia de desgosto, porque meu pai batia nela, tinha casos com outras mulheres e teve filhos com as irmãs dela” (Caso 3 – Grupo Comparativo).
- A mãe faleceu e o pai bebia. (Caso 5 – grupo Comparativo).

- Violência Doméstica

- “O pai nunca agrediu fisicamente, mas era muito nervoso e costumava gritar e me xingar freqüentemente” (Caso 1 – Grupo de Estudo).
- A avó, com quem morava, bebia e era agressiva, costumando gritar, xingar e jogar garrafas e outros objetos (Caso 2 – Grupo de Estudo).
- Os pais não registraram nenhum filho, nunca matricularam os filhos em escolas. Ficavam pelas ruas da favela onde moravam, às vezes sem alimentação e sem cuidados com a higiene pessoal (Caso 3 – Grupo de Estudo).
- A mãe adotiva a obrigava fazer todo serviço de casa e apanhava por não conseguir fazer o serviço direito. Foi abusada sexualmente pelo irmão adotivo. “Ele, por diversas vezes, me jogava na cama, me batia, fazia ameaças e depois fazia sexo forçado comigo” (Caso 4 – Grupo de Estudo).
- Aos quatro anos de idade foi estuprada por um vizinho (caso 5- Grupo de Estudo).
- “Quando meu pai estava nervoso, batia minha cabeça na parede” (caso 1 – Grupo Comparativo).
- O pai foi ausente e agressivo com a mãe e com todos os filhos. Costumava ser espancada pelo pai (Caso 2 – Grupo Comparativo).
- O pai e alguns dos irmãos a maltratavam com castigos físicos e a mandavam embora. Sofreu violência sexual por parte de um dos irmãos. Mais tarde, o pai tentou estuprá-la, assim como fez com as irmãs, à medida que iam crescendo (Caso 3 – Grupo Comparativo).
- As irmãs disseram, ao completar 12 anos: “A partir de agora você vai se virar para trazer dinheiro para casa. Vai fazer programa” (Caso 5 – Grupo Comparativo).

4.2.2- Filhos afastados

TEMAS-EIXO:

- Sofrimento

- Z. verbalizou não aceitar o fato de estar separada dos filhos e sofrer com a ausência deles, embora o tempo já tenha atenuado sua dor e revolta (caso 2- Grupo de Estudo).
- “O Juiz achou que eu estava maltratando minha filha, e não permitiu que eu ficasse com ela. Sofro muito com isso” (Caso 3 – Grupo de Estudo).
- “Perdi um filho por não ter condições de ficar com ele” (Caso 4 – Grupo de Estudo).

- Culpa - perdão

- “Eu não parei de pedir esmola com meu filho e por isso levaram a criança” (Caso 1 – Grupo de Estudo)
- “Gostaria de ter uma nova chance para cuidar dos meus filhos” (Caso 2 – Grupo de Estudo).
- Quando a filha foi retirada, aumentou o consumo de drogas e de bebidas alcoólicas (Caso 3 – Grupo de Estudo)
- Disse para a filha mais velha: “Você nunca vai esquecer a mãe, mesmo que te arranjem outra mãe, olhe bem para o meu rosto pra não esquecer. Um dia vai saber e entender porque aconteceu tudo isso. Conte essa conversa para seus irmãos quando crescerem um pouco. Peço perdão a vocês e, por favor, não tenham ódio de mim” (caso 5 – Grupo de Estudo).

- Expectativa de contato com os filhos

- Gostaria de um dia explicar que não os abandonou, que sente por eles amor de mãe (Caso 1 – Grupo de Estudo)
- “Às vezes fico pensando: Será que minha filha ainda se lembra de mim, de sua mãe? Gostaria de poder explicar que não a abandonei e que nunca tomaria essa atitude, por amá-la muito” (caso 3 – Grupo de Estudo).
- verbalizou manter a esperança de que um dia os filhos vão querer vê-la e aí terá oportunidade de dar-lhes explicações, dizer que sempre os amou... (Caso 5 – Grupo de Estudo).

- Medo

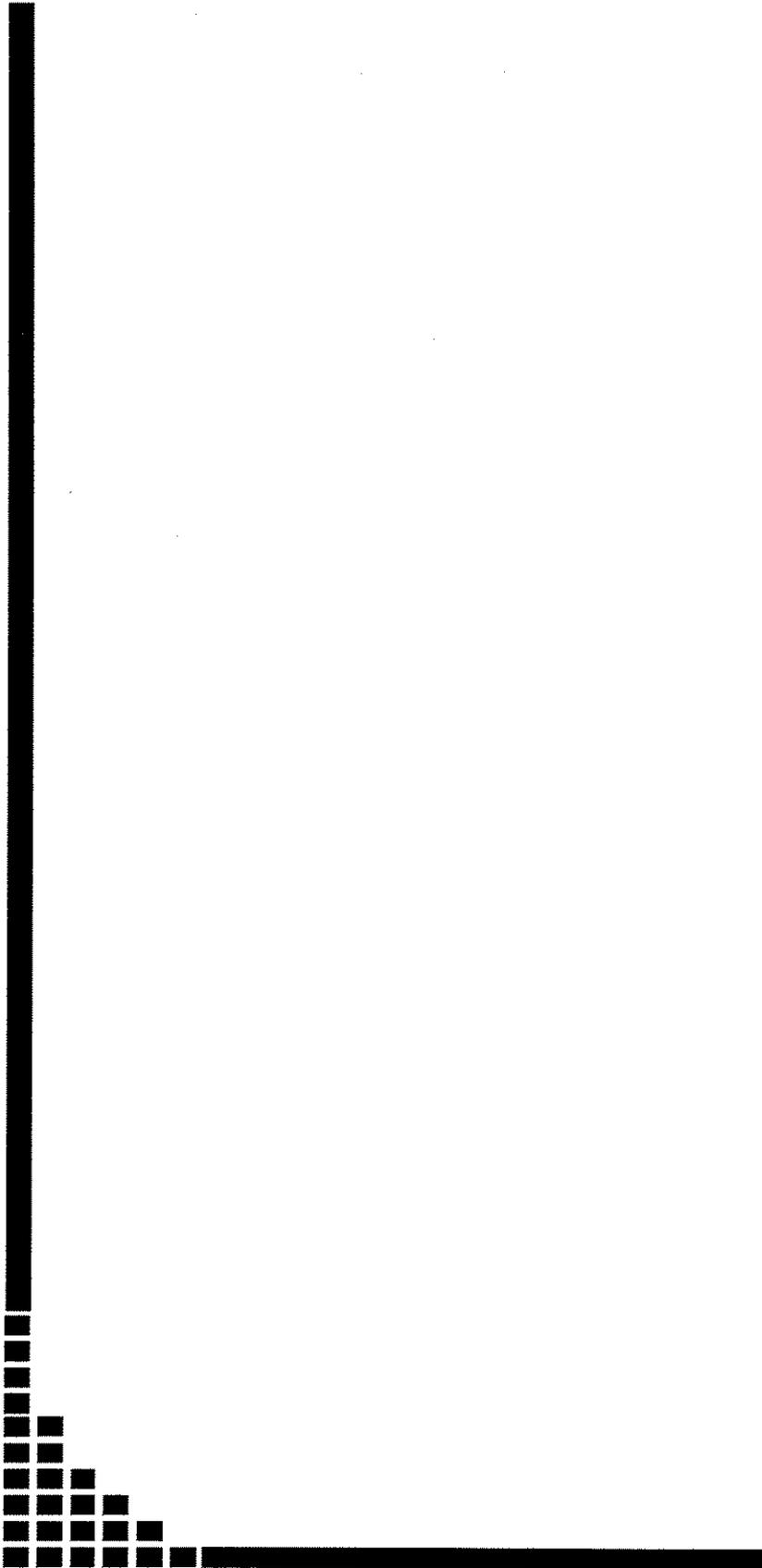
- “Senti muito medo de perder meu filho” (Caso 1 – Grupo Comparativo).
- “O medo de perder meus filhos fez com que eu repensasse minhas atitudes e não mais se descontrolando com eles...” (Caso 2 – Grupo Comparativo).
- “A dolorosa experiência vivida pelo afastamento das minhas filhas e o medo de perdê-las me fortaleceram...” (Caso 3 – Grupo Comparativo).
- Disse ter entrado em desespero quando a filha foi afastada, sentindo medo de perdê-la, tomando consciência neste momento do mal que a bebida estava causando a todos (Caso 5 – Grupo Comparativo).

- Amor

- “Eu o amo demais. Ele é tudo pra mim. Ficar sem ele é como que ficar sem respirar” (Caso 1 – grupo Comparativo).
- “Meus filhos são a razão de minha vida. É por eles que me esforço para esquecer tudo o que passei e dar o que eu nunca tive: amor e carinho” (Caso 3 – Grupo Comparativo).

- “O mais importante de tudo é que por minha filha estou mudando. Já mudei” (Caso 5 – Grupo Comparativo).

- “Não é fácil sozinha cuidar da casa e sustentar os filhos, mas parece que tirei um grande peso das minhas costas quando me liberei dele. Estou em paz, meus filhos também e agora demonstram estarem felizes” (Caso 4 – Grupo Comparativo).



5- DISCUSSÃO

As principais limitações para a composição da amostra desta pesquisa são inerentes a algumas características peculiares da população estudada. Por exemplo, casos que envolviam pessoas violentas, risco para a pesquisadora em virtude de ameaças recebidas; dificuldades na localização dos endereços pelas freqüentes mudanças e a própria violência existente nos bairros das moradias. Mesmo assim, conseguiu-se obter uma amostra que permitiu a comparação quantitativa entre os dois grupos.

Não se encontram, na literatura consultada, nenhum estudo com desenho similar, no que se refere a um estudo de campo comparativo entre mães que perderam a guarda dos filhos e aquelas que conseguiram recuperá-la na justiça.

A despeito das limitações do presente estudo, espera-se que o mesmo possibilite a realização de novas investigações que aprofundem o conhecimento desta problemática e que represente um estímulo para a reflexão dos profissionais da área da saúde e da justiça, envolvidos com as questões que permeiam as famílias em riscos de perda de pátrio poder.

5.1- Dados demográficos, socioeconômicos e educacionais das mães entrevistadas

Encontrou-se, neste estudo uma mediana de 29 anos dentre as mães destituídas do pátrio poder e de 30 anos junto às que recuperaram os filhos na Justiça. A faixa etária correspondente ao grupo de estudo também foi encontrada no estudo de FÁVARO (2001).

Em relação às características étnicas das mães estudadas, observou-se o mesmo percentual da raça branca e negra na amostra do GE (25,0%); seguida de 11,4 de pardas. Agrupando-se a cor da pele negra com parda, verificou-se maior elevação da raça negra. No GC encontramos a raça branca em maior número (18,2%), porém, agregando-se as mães com cor de pele negra (9,1) com parda (11,4), constatou-se uma pequena elevação da raça negra.

Quanto ao estado civil, observou-se o predomínio de solteiras com parceiros, 59,2%, dentre as mães do GE; seguido da condição de solteira sem parceiro, 58,82%, das mães do GC. Tal constatação é importante uma vez que, como salienta CARVALHO (1998), as políticas direcionadas às famílias, devem focar, dentre outros, as situações em que a mulher está exposta à vulnerabilidade pelo fato de ser mulher, solteira com filhos, separada e com histórico de múltiplos e temporários parceiros.

Encontra-se o predomínio de católicos não praticantes no GE e de católicos praticantes e evangélicos no GC ($p < 0,05$). Estimativas nacionais IBGE (2000) apontam que 73% da população são seguidoras da religião católica; 15% evangélicos e 7% declararam-se sem religião. A influência da religiosidade destacou-se neste estudo entre as mães que recuperaram a guarda dos filhos, já que, a partir do afastamento desses, se converteram ao seguimento evangélico ou iniciaram a prática do catolicismo. A maioria dessas mães, afirmou ter encontrado apoio na comunidade religiosa para reunir condições de permanecerem com os filhos, bem como para a manutenção destes filhos em suas companhias.

A maioria das mães, deste estudo, pertence a famílias de migrantes provenientes de variadas regiões do país e que acabaram por se estabelecer na cidade de Campinas, havendo uma parcela destas mães, nos dois grupos, com mudanças frequentes de endereços no interior da cidade, caracterizando-se a existência de migração interna.

A população estudada mora em bairros periféricos, em favelas, invasões e núcleos habitacionais, regiões caracterizadas por uma série de privações, tanto sociais como urbanas, locais onde o índice de violência e de homicídios costuma ser mais elevado.

Conforme pesquisa sobre o perfil dos municípios brasileiros, realizada pelo IBGE (2001), existem no Brasil, 16.433 favelas, distribuídas, em sua maioria, nas grandes capitais. Destas, 234 estão localizadas no município de Campinas. Segundo dados da Secretaria de Habitação - SEHAB e Companhia de Habitação de Campinas - COHAB (2003), as 234 ocupações compreendem 82 favelas; 131 ocupações e 20 núcleos. As condições habitacionais das mães que participaram deste estudo estão em conformidade com as estatísticas nacionais e municipais citadas tangentes às características de moradias das populações empobrecidas.

Em relação à escolaridade, os resultados de tabela 6 mostraram que 7,4% da amostra do GE nunca estudaram; 62,9% possuem de um a quatro anos de estudo; 18,5% estudaram entre quatro a oito anos; enquanto que 11,1% permaneceram na escolarização entre oito e onze anos. No GC, 5,8% de seus integrantes nunca estudaram; 52,9% possuem

de um a quatro anos; 17,6% estudaram entre quatro e oito anos de estudo; enquanto que 23,5% permaneceram na escolarização oito e onze anos.

Segundo pesquisa do IBGE (2002) referente a anos de estudos da população feminina no país, 11,7% não têm instrução, 47,3% possuem entre um a sete anos de estudo. Deve-se ressaltar, no entanto, que a escolaridade formal nem sempre é suficiente para o pleno desempenho de funções sociais pois, como ilustra o Mapa do Analfabetismo no Brasil, realizado pelo INEP (2000), o país possui cerca de 16 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais e 30 milhões de analfabetos funcionais, que são aquelas pessoas com menos de quatro anos de estudo. Entre as diversas regiões do país, o município de Campinas apresenta um índice de 5% de analfabetos totais e 14,5% de analfabetos funcionais. Assim sendo, as taxas de analfabetismo estão diretamente relacionadas à renda familiar.

Neste trabalho, enfatiza-se o fato de que as mães cujos filhos foram afastados por determinação judicial, tanto as que recuperaram suas guardas, como as que foram destituídas do pátrio poder, completaram com sucesso até quatro anos de estudo.

Esta população vulnerabilizada pela pobreza, não tem, em geral, qualificação profissional e, por isso, trabalha nas ocupações manuais e rotineiras, assim como em serviços domésticos, ou não está empregada. Esta situação está em concordância com os dados do IBGE (2002) em relação à taxa de desemprego entre as mulheres de 7,1% sobre o total das brasileiras e de 32,10% que desenvolvem ocupações relacionadas a serviços domésticos. No grupo das mães que perderam o pátrio poder, há grau de significância ao nível de 5% ($p= 0,0090$) entre os dois grupos, no que se refere à categoria desempregada 59,26%, e à categoria serviços domésticos, 47,06%. Da mesma forma, FÁVARO (2001), em sua pesquisa documental sobre a perda do pátrio poder, encontrou a concentração de mulheres desempregadas e a ocupação de serviços domésticos. O mesmo se deu com BAZON (2000), em estudo realizado junto a três famílias cujos filhos estavam abrigados.

Evidenciou-se, neste trabalho, a baixa inclusão de mães que recuperaram a guarda dos filhos na Justiça em programas de apoio familiar. Considera-se, também, entre o total das participantes desta pesquisa, um número relativamente pequeno de mães que já

havia sido beneficiadas, por algum tipo de programa de auxílio. De acordo com estudos de SPOSATTI (1996) e SAWAIA (1999a), as políticas sociais voltadas para as famílias excluídas são bastante evoluídas no Brasil. No entanto, percebe-se haver ainda, um caminho a ser percorrido para que sejam efetivadas. Enquanto isso, a situação de pobreza costuma desencadear formas de carências, rupturas de vínculos sociais e acúmulo de precariedades (WANDERLEY, 1999).

Entre as conseqüências da pobreza BAZON, (2000), ao analisar as trajetórias percorridas pelas famílias, em fase anterior e posterior ao abrigo dos filhos, verificou inúmeras dificuldades materiais, sociais, rupturas afetivas e estratégias de sobrevivência, dentre elas o abrigamento dos filhos. Do mesmo modo, encontra-se neste estudo, relação do afastamento dos filhos como sendo uma das conseqüências da pobreza. Não se considerou, porém, esta associação como a causa da perda do pátrio poder.

No que tange ao não cumprimento dos deveres das famílias estudadas quanto à criação, educação, desenvolvimento e formação das crianças, pode-se afirmar, assim como SZYMANSKI (1992) e CARVALHO (1994) que crianças abandonadas pela violência social, institucional e familiar, correspondem a famílias anteriormente abandonadas.

Este trabalho permitiu a confirmação da presença do fenômeno da exclusão social no contexto sociorrelacional das mães cujos filhos foram afastados temporária ou definitivamente por ordem judicial. Assim sendo, concorda-se com SAWAIA (1999b), ao afirmar que:

Estudar exclusão pelas emoções dos que a vivem é refletir sobre o “cuidado” que o Estado tem com seus cidadãos. Elas são indicadoras do (des)compromisso com o sofrimento do homem, tanto por parte do aparelho estatal quanto da sociedade civil e do próprio indivíduo.

5.2- Aspectos familiares

A literatura recente mostra a multiplicidade de formas de organizar a família como em FIGUEIRA (1987), CALDERÓN e GUIMARÃES (1995) e LOPES (1995), evidenciando-se a diminuição de famílias compostas por pais, mães e filhos, e o aumento significativo, em todas as camadas sociais, de mães morando sozinhas com seus filhos.

Análises realizadas pelo IBGE (2003) confirmam essas mudanças. Se bem que o modelo tradicional nuclear ainda seja a maioria, 47% dos domicílios estavam organizados de formas nas quais no mínimo um dos pais estava ausente, demonstrando, desta forma, a incidência de novos arranjos familiares.

Nesta pesquisa, verificou-se uma maior concentração de chefias femininas entre as mães que tiveram os filhos afastados pela Justiça, mas que depois recuperaram suas guardas, embora esta diferença não tenha sido estatisticamente significativa. Tais mulheres, na ausência de um vínculo estável com o marido ou companheiro, a quem cabe tradicionalmente o papel de provedor do núcleo doméstico, assumiram sozinhas a sobrevivência de seus núcleos familiares.

Conforme CARVALHO, (1998), a recente expansão de famílias chefiadas por mulheres vem ocorrendo tanto nos países desenvolvidos como em desenvolvimento, com especificidades de acordo com fatores históricos, econômicos e sociais de cada sociedade. Existem, no Brasil causas diferenciadas em conformidade com cada região. Este apontamento é feito em estudo de FONSECA (2002) em uma comunidade em Porto Alegre, onde mulheres extremamente pobres e em condições desfavoráveis de emprego e geração de renda mantinham-se nos relacionamentos maritais para garantir a sobrevivência. No presente estudo, encontram-se mulheres com situações semelhantes às descritas junto àquelas destituídas do pátrio poder.

Em relação ao número total de filhos, encontrou-se a mesma mediana nos dois grupos. Este resultado supõe não serem as proles numerosas um dos fatores desencadeantes da perda do pátrio poder, embora possa contribuir para o aumento das privações socioeconômicas e, conseqüentemente, a vulnerabilidade familiar. Os filhos, nos dois grupos, são, na maioria, de pais diferentes, oriundos de vínculos maritais e em alguns casos de relacionamentos eventuais.

Segundo alguns autores pesquisados neste trabalho, CARTER e MACGOLDRICK (1995) e GOLDANI (2002) o grau de vulnerabilidade das famílias depende da fase do ciclo familiar vivido. Normalmente, as maiores dificuldades estão concentradas nas famílias com filhos dependentes, principalmente naquelas desprovidas

financeiramente. Assim como KALOUSTIAN (1994) descreve, neste estudo, constatou-se que, com as mães que pertencessem a famílias mais pobres, os movimentos inerentes ao seu ciclo familiar ocorrem, muitas vezes, de forma traumática em decorrência da luta pela sobrevivência. Dentre as conseqüências da situação vivenciada, pode-se citar o abrigamento dos filhos.

Ao se observar a tabela 8, pode-se perceber uma mediana de três filhos sob a responsabilidade das mães do GC. Em relação à tabela 9 do GE, de quantos filhos foi destituída, encontra-se uma maior concentração de um filho, seguida a ordem de três, quatro, dois e cinco no total de filhos cujas sentenças judiciais acarretaram destituição do pátrio poder. Referenciando-se aos outros filhos, 51,85% deles permaneciam sob a responsabilidade de parentes e 57,14% estavam aos cuidados de pessoas conhecidas. Estas últimas, em sua maioria, haviam batizado as crianças em seguimento aos dogmas da Igreja Católica.

FONSECA (2002) traz, em seu estudo, a prática de circulação de crianças entre diferentes mães de criação existentes nas organizações familiares de baixa renda, estando esta prática inserida nos valores sociais e culturais da comunidade estudada. A prática de circulação de crianças, entre criadeiras, parentes, vizinhos e instituições, conforme se pode verificar junto aos trabalhos de historiadores, entre eles GOODE (1969), POSTER (1979) e DONZELOT (1980) é decorrente da herança cultural das etapas de evolução da família.

Neste trabalho, assim como descrevem estes autores, as mães destituídas do pátrio poder de um ou mais filhos, que possuem outros filhos sob cuidados de terceiros, demonstraram aceitação perante a situação, apesar de manterem pouco ou nenhum contato com esses filhos. O mesmo já não ocorria em relação aos filhos encaminhados pela Justiça a famílias substitutas em decorrência da destituição do pátrio poder.

Em se tratando de ocorrências de abortos naturais ou provocados em alguma das gestações das mulheres que tiveram os filhos afastados, temporária ou definitivamente, mesmo não havendo significância em nível de 5%, convém salientar um número considerável de mães dos dois grupos que tiveram abortos provocados. O relatório sobre a situação da população mundial do Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA

(2004), atesta haver cerca de 201 milhões de mulheres, principalmente nos países mais pobres, que não têm acesso adequado a meios de prevenção à gravidez. Este relatório aponta que a implantação de serviços preventivos de saúde reprodutiva evitaria 23 milhões de nascimentos não planejados e outros 22 milhões de abortos provocados.

É consenso que no Brasil, apesar dos avanços nas leis e melhoria das políticas de saúde reprodutiva, ainda há o grande desafio de reduzir desigualdades no atendimento de mulheres voltado ao planejamento familiar, atenção pré-natal, parto, pós-parto e obstetria de emergência. Neste estudo, dentre as mulheres que perderam o pátrio poder, quase 80% não haviam planejado o nascimento dos filhos retirados. No grupo comparativo, dois terços das mães, que recuperaram a guarda dos filhos, não os haviam planejado.

Dados do Instituto Alan Guttmacher – EUA (2000), que se dedica a estudos e pesquisas sobre saúde reprodutiva, apontam que, no Brasil, 23% das gravidezes de mulheres brasileiras terminam em abortos provocados e 31% das gestações foram indesejadas, ou não planejadas. Há, no entanto, uma grande distância entre esta realidade e o reconhecimento da saúde e das questões que a envolvem como um direito de cidadania contempladas na Lei Orgânica da Assistência Social (1993).

Neste trabalho, a despeito de as mães participantes serem de classes sociais mais desfavorecidas, constatou-se uma alta taxa global de acompanhamento pré-natal, mais acentuada ainda entre as mulheres que recuperaram a guarda dos filhos. Considerando-se que as mães deste estudo possuem baixa escolaridade, os dados desta pesquisa contrariam a pesquisa realizada por OSIS, et al. (1993) e o levantamento do Sistema de Informações Sobre Nascimentos – SINASC (2001), que mostram associação entre o nível de escolaridade e comparecimento ao pré-natal. Segundo essas fontes, quanto menor o número de anos de estudo, menor é o comparecimento das mães às consultas de pré-natal.

O fato de se encontrar, no presente estudo, um número considerável de mães que compareceram ao pré-natal, sugere-se que intervenções de promoção de saúde e programas de identificação de riscos possam ser desenvolvidos e apoiados pelas equipes de profissionais de saúde nos serviços de atenção às gestantes. A partir desses resultados, compactuou-se com CARVALHO (1994); RIBEIRO (2001) e FALEIROS (2001) sobre a

necessidade do profissional de saúde incluir em sua rotina de trabalho intervenções nos fatores de riscos aos quais a população atendida está exposta, executando ações interagidas com a rede de serviços comunitários de apoio psicossocial e com a rede de serviços públicos locais (Conselho Tutelar, Serviços de Atenção à Família e Infância, Associações de bairros, Escolas, etc).

Nesta pesquisa, em média, as mães que perderam o pátrio poder, iniciaram vida sexual aos 16 anos de idade e o primeiro filho nasceu aos 18 anos; enquanto que as mães que recuperaram a guarda dos filhos tiveram a primeira experiência sexual aos 14 anos de idade, nascendo o primeiro filho quando contavam com 19 anos. Por intermédio desses resultados, pode-se enfatizar a importância do acesso a meios de planejamento familiar e a serviços de apoio psicossociais.

5.3- Antecedentes pessoais e familiares

5.3.1- Violência

Estudos nacionais e internacionais apontados neste trabalho enfocam a magnitude do problema da violência em suas mais variadas modalidades, os fatores desencadeantes, bem como as conseqüências devastadoras para as sociedades e para os indivíduos.

De acordo com resolução adotada pela Organização Mundial de Saúde – OMS (1996), a violência é considerada um problema essencial de saúde pública global. O relatório da OMS (2002), mostra que 1,6 milhão de pessoas morre todos os anos vítimas da violência, a qual está associada a determinadas atitudes e comportamentos e é influenciada por fatores conhecidos na esfera da família, da comunidade, da economia e da cultura.

No Brasil, em torno das grandes metrópoles, em particular na periferia, são crescentes as taxas de homicídios. Dados da Síntese de Indicadores Sociais (2003) mostram que, em algumas regiões pobres, o índice chega a 150 mortes por 100.000 habitantes, número comparável aos lugares tidos como mais violentos do mundo. Assinala-se ainda, que os grupos de riscos possuem baixa escolaridade, poucas opções de lazer, famílias desestruturadas e acesso precário à saúde.

É neste contexto que se encontram, no histórico familiar das participantes deste estudo, casos de mortes violentas por homicídios, envolvendo algum familiar próximo, evidenciando-se um número maior de ocorrências entre as mães que perderam os filhos na Justiça.

Quanto à violência doméstica, as mães dos dois grupos estudados, embora com maior incidência no grupo em que se deu perda do pátrio poder, trazem em seus históricos de vida a vivência de algum tipo de violência. Encontrou-se a violência física em porcentagens aproximadas nos dois grupos. A violência emocional se deu apenas entre as mães que foram destituídas do pátrio poder. A violência sexual esteve mais concentrada entre aquelas cujos filhos foram afastados, mas que, depois das sentenças judiciais, retornaram para suas companhias.

Conforme estudos sobre a violência doméstica, focados nesta pesquisa, dentre eles, de CHAUI (1985), MICHAUD (1989), DESLANDES (1994), AZEVEDO e GUERRA (1995) e FALEIROS (2001), o autoritarismo, o machismo, os preconceitos, os conflitos se articulam com as condições de vida e socioeconômicas das famílias e se manifestam nas relações intrafamiliares. As variadas formas de violência estão presentes nas estruturas organizacionais, institucionais e familiares, onde os direitos de liberdade, de participação, de garantia da vida e da sobrevivência são violados.

É consenso que a família desempenha um papel decisivo na formação do indivíduo. Segundo consagrados estudiosos do desenvolvimento infantil como WINNICOTT (1987) e BOWLBY (1988) preconizam a qualidade dos cuidados recebidos na infância vital para a saúde mental adulta. De modo geral, o desenvolvimento infantil das mães estudadas foi marcado por instabilidades ocasionadas por separações dos pais, morte de um deles ou de ambos, alcoolismo dos pais ou responsável, abandono, desamparo, vivência de algum tipo de violência doméstica e pobreza.

GOMES et al (2002) analisaram os fatores propiciadores da prática de maus tratos encontrados na literatura nacional representativa da pediatria. A explicação mais recorrente diz respeito à reprodução das experiências de violência familiar vividas durante a infância como sendo um fator relevante de maior vulnerabilidade, não havendo diferenciação de fatores para a violência física e sexual.

Assim também, nas pesquisas internacionais consultadas para este trabalho, encontramos resultados respaldados nesta fundamentação em que os pais que sofreram um ou mais tipo de violência na infância, apresentam maior probabilidade de praticarem violência contra os filhos MALINOSKY-RUMMELL e HANSEN (1993); STRAUS e SMITH (1995); FLEMING (1999); CORCORAN (2000); JAFFE et al. (2004).

Salienta-se o cuidado que se deve ter na propensão a generalizações, pois não são todos os pais que reproduzem com os filhos o padrão de interação violento vivenciado na infância. Neste sentido, JUNQUEIRA e DESLANDES (2003) abordam a introdução de resiliência na área da violência contra crianças e adolescentes, ou seja, a capacidade de adaptação do ser humano diante de determinadas situações estressantes e/ou traumáticas.

Estas autoras exemplificam que acompanhamentos terapêuticos com crianças vítimas de violência doméstica vêm constatando passarem algumas delas por esta situação com sofrimento, mas não apresentam o quadro de conseqüências apontado pela literatura. Nestas circunstâncias, conseguem encontrar caminhos de construção de suas vidas.

A violência intrafamiliar promovida pelos companheiros das mães envolvidas neste estudo estava presente nos dois grupos em proporções aproximadas. Em relação à violência sofrida na vida, tanto na infância como dos companheiros, encontrou-se a ocorrência nos dois grupos, porém com pequena elevação porcentual entre aquelas que perderam a guarda dos filhos na Justiça.

Reportando-nos ao estado civil das participantes, onde a condição de solteira sem parceiro teve maior concentração entre as mães que recuperaram a guarda dos filhos, aliada ao fato de que neste grupo havia histórico de violência da parte dos companheiros, pode-se levantar a possibilidade de que estas mães, em determinados momentos de suas vidas, conseguiram ser resilientes, enfrentando esses eventos de riscos aos quais foram expostas.

BRAGHINI (2000), em seu estudo, levantou alguns fatores que contribuem para a manutenção do vínculo conjugal de mulheres com parceiros agressivos, dentre eles, a submissão, impotência, histórico de perdas afetivas, violência na infância, garantia de

sobrevivência e questões decorrentes do alcoolismo e drogadição. Neste estudo, dentre as mães destituídas do pátrio poder, os mesmos fatores estavam presentes na preservação dos relacionamentos com parceiros violentos.

Tomando por base os pressupostos de SZYMANSKI (1992), os componentes individuais relacionados a crenças, valores e expectativas estão presentes na construção da idéia de família pensada. Porém, o modo de agir concreto do cotidiano dos membros de uma família pode não estar de acordo com a família pensada. Sob este prisma, as mães que perderam os filhos na justiça mantinham em seus núcleos familiares uma grande distância entre o pensado e o vivido, dando-se a repetição de padrões aprendidos em suas famílias de origem. Gostariam que os companheiros não fossem agressivos, de permanecerem com os filhos, de poderem prestar-lhes assistência adequada e sem violência.

Os estudos de ROURE (1996) e DE ANTONI e KOLLER (2000) sobre a visão de família por adolescentes com histórico de violência doméstica, evidenciam o desejo expresso de construir uma família diferente da vivida, retratando alguns valores, tais como, casamento, estudo e trabalho. Entre as mães que recuperaram a guarda dos filhos, tais componentes diferenciados do modo de viver e de pensar família norteavam suas realidades. Conseguiram, no entanto, fazer escolhas diante da vivência de determinados momentos conflitivos.

5.3.2- Quanto ao uso de álcool e drogas com conseqüências na vida das pessoas envolvidas

Os autores pesquisados para este estudo, dentre eles MARQUES e CRUZ (2000), são unânimes ao afirmar que o uso de drogas e álcool representa um problema sério de saúde pública, acarretando conseqüências pessoais, familiares e sociais às pessoas envolvidas.

Nesta pesquisa, em relação ao uso problemático de álcool, as mães destituídas do pátrio poder apresentaram um alto percentual (55%), comparando-se àquelas cujos filhos retornaram para suas companhias, após decisão da Justiça (0%). Do total das mães do grupo comparativo que declararam não ingerir bebidas alcoólicas de forma problemática, três haviam se utilizado delas no passado.

Assim também, em relação ao uso problemático de drogas, foram encontrados os mesmos percentuais nos dois grupos. Do total das mães que declararam não usar drogas de forma problemática, uma pertencente ao grupo de estudo e duas ao grupo comparativo, haviam utilizado no passado. Dentre os tipos de drogas utilizadas (maconha, cocaína e crack) havia pessoas que as utilizavam simultaneamente, porém com maior concentração na utilização de crack.

A pesquisa realizada por KOVALESKY (2001), junto a mães americanas afastadas dos filhos por ordem da justiça, identificou o histórico de abuso de álcool e drogas como sendo um dos fatores da perda da custódia e proibição de visitas aos filhos. É provável que, neste estudo, o uso problemático de drogas e álcool tenha influenciado na perda dos filhos na Justiça.

Quanto à associação entre uso de álcool, droga e violência doméstica, ZIBERMAN e BLUME (2004), em seus trabalhos de revisão de estudos internacionais, encontraram a estimativa de que o uso de substâncias possa estar envolvido em até 92% dos casos de violência doméstica. TOMIO (2000), em sua pesquisa sobre o perfil da violência doméstica, a partir de denúncias feitas no Conselho Tutelar, identificou, dentre outros, o uso de drogas e álcool pelas mães denunciadas. CARIOLA¹ aponta o alcoolismo como sendo o terceiro fator desencadeante de maus tratos. MINAYO e DESLANDES (1998) discutem a complexidade das relações entre drogas, álcool e violência, porém ressaltam não ser ainda possível discernir se o uso de drogas e álcool, associado a outros fatores, desencadeia comportamentos violentos, ou se é, por si, um fator causador.

Encontrou-se um número elevado de mães que foram destituídas do pátrio poder que não interromperam o uso de álcool ou drogas durante as gestações dos filhos que foram afastados. Esse número corresponde, respectivamente, a 10 e 11 mães, enquanto que uma das mães que recuperaram a guarda dos filhos continuou a usar alcoólicos e uma a usar drogas durante este período. Em seus artigos, ZIBERMAN e BLUME (2004) salientam ser a identificação de uso de álcool e drogas durante o pré-natal mais um desafio para os profissionais da saúde, ou seja, a melhoria da qualidade da assistência à saúde reprodutiva

¹ CARIOLA *apud* GOMES, R. et al. – Por que as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura. **Cad. Saúde Pública** 18(3): 707-14, 2002.

da mulher, principalmente daquelas que se encontram em risco pessoal e social decorrentes da exclusão social

As mães destituídas do pátrio poder com eventos de violência doméstica e uso problemático de álcool e droga em suas histórias de vida, deixaram de seguir os encaminhamentos para tratamentos terapêuticos e clínicos recebidos no contexto do processo de destituição do pátrio poder. Já as mães que tiveram os filhos afastados mas que, depois das sentenças judiciais recuperaram suas guardas, seguiram os encaminhamentos recebidos. Tal fato pode ser relevante na explicação dos fatores causais da perda ou recuperação dos filhos na Justiça.

Em relação a delitos praticados pela população estudada, referentes a furtos, roubos e tráfico de drogas, verificou-se a prática de oito mães do grupo de estudo e três prisões em decorrência destes. No grupo comparativo, encontrou-se uma mãe declarante desta prática e duas prisões. Em uma dessas prisões, a mãe afirmou ter sido presa sem ter praticado nenhum delito, sendo posteriormente esse erro reconhecido pela Justiça. Diante disso, pode-se afirmar que a prática de delitos, enquanto fator isolado, não foi responsável pela perda dos filhos na justiça.

5.4- Situações vivenciadas em decorrência do afastamento dos filhos

5.4.1- Mães destituídas do pátrio poder

Diante da decisão da Justiça na decretação de destituição do pátrio poder, as mães manifestaram reações envolvendo um ou mais sentimentos. O tipo de reações evidenciadas foi o dos sentimentos de tristeza, de revolta e agressividade. Apenas duas das mães envolvidas manifestaram indiferença pela perda dos filhos e outras duas aceitaram a decisão da Justiça.

Quase metade das mães entrevistadas mantém com elas um ou mais objetos que pertenceram ao filho retirado. Numa parcela das que não possuem objetos desses filhos, existiu a manutenção desses durante um período e depois a perda em mudanças de casas, enchentes e outras situações inusitadas. Dentre os guardados, fotos foram o destaque.

Ao se referirem ao tipo de sentimento que nutrem para com aqueles filhos, de quem não mais detêm o pátrio poder, manifestaram sentimentos de amor, carinho e saudade.

O contexto em que as crianças são afastadas de suas famílias naturais é afetado pelas representações sociais, isto é, símbolos, idéias e imagens compartilhadas pelo coletivo (MINAYO, 1999). A família, normalmente a mãe, passa a ser vista como uma mãe que não ama e incapaz de estabelecer vínculos com seus filhos.

Este estudo apontou que tais mães amam os filhos e se sentem culpadas por não terem dado conta de lhes garantir condições básicas necessárias à vida, expondo-os a situações de riscos. É por elas mantida a esperança de que um dia esses filhos vão procurá-las e, desta forma, terão oportunidade de dizer-lhes que o amam, pedir-lhes perdão e explicar-lhes que não os abandonaram, mas sim que a justiça os arrancou de suas companhias.

Apesar das mudanças de costumes impostas pelas sociedades, a cultura tradicional continua transmitindo a glorificação da maternidade. Segundo BADINTER (1985) e SERRURIER (1993), o amor materno não é inato e inerente à natureza humana, mas sim criado e imposto como padrão obrigatório para satisfazer às necessidades econômicas e sociais de determinadas épocas da história da humanidade.

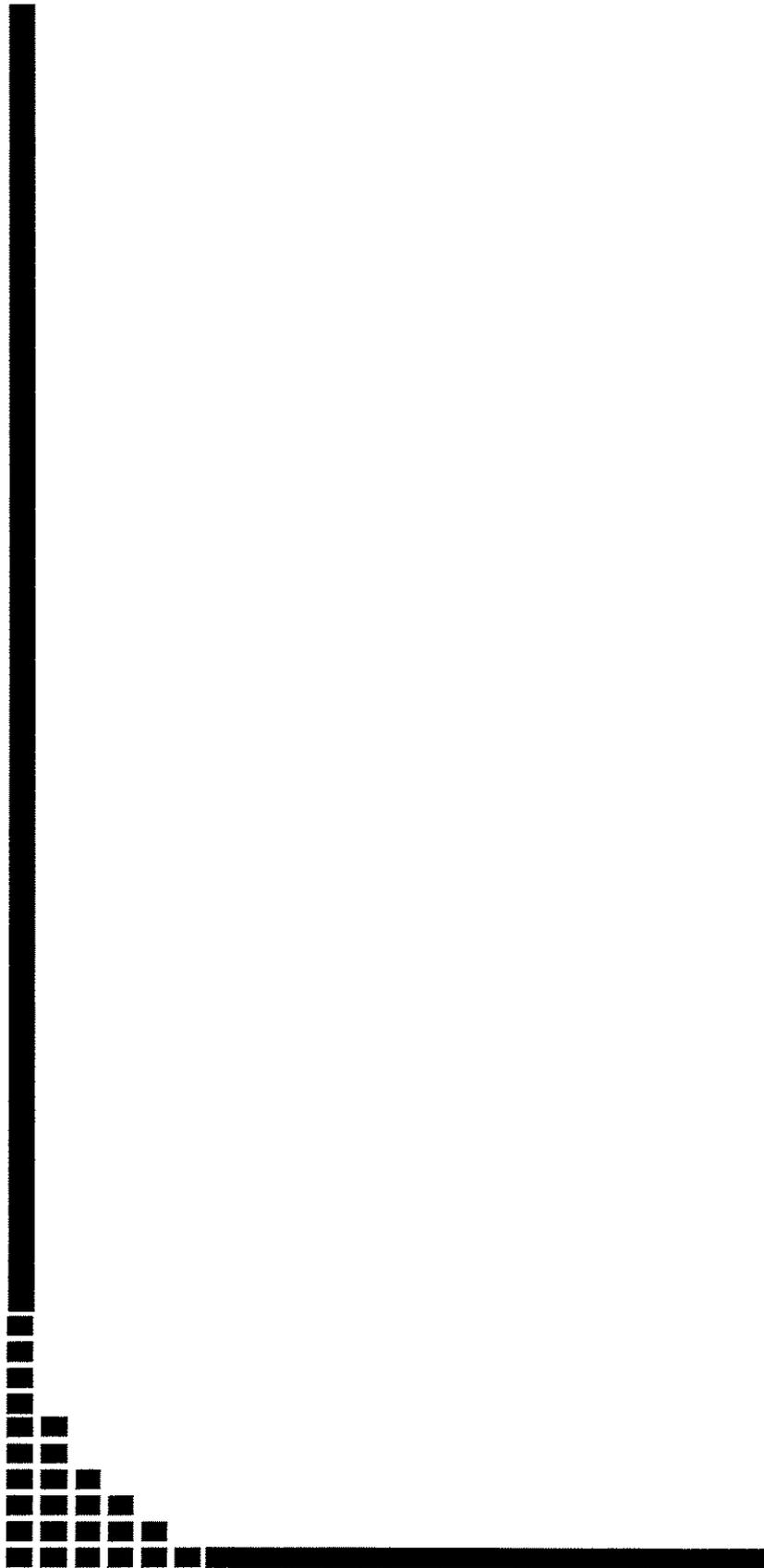
Propaga-se na sociedade, em decorrência dos conceitos de glorificação do amor materno, que a mãe que não dedica cuidado adequado e proteção ao filho é aquela que o rejeita e por ele sente indiferença. Os resultados desta pesquisa descartam a visão de que a indiferença e a falta de amor permeiam a falta de cuidado com o filho.

5.4.2- Mães que recuperaram a guarda dos filhos

Diante da iminência da perda dos filhos na Justiça, durante o período de afastamento as mães manifestaram reações envolvendo um ou mais sentimentos de medo, raiva e impotência.

Para reaver a guarda dos filhos, foi preciso modificar o modo de vida e, para isso, um pouco mais da metade das mães participantes contava com algum tipo de suporte, dentre eles, familiar, social e financeiro. Após o retorno dos filhos, mudaram a forma de educá-los e tratá-los.

Convém lembrar que a promoção e o apoio eficazes às famílias em situação de vulnerabilidade são elucidados nos estudos de CARVALHO (1994); KALOUSTIAN (1994) e GOLDANI (2002) como imprescindíveis ao preenchimento de suas necessidades e demandas, propiciando-lhes, desta forma, suporte básico para que consigam exercer seus papéis de socializadoras de seus membros, principalmente de suas crianças.



6- CONCLUSÕES

De acordo com os resultados deste estudo, pode-se concluir que:

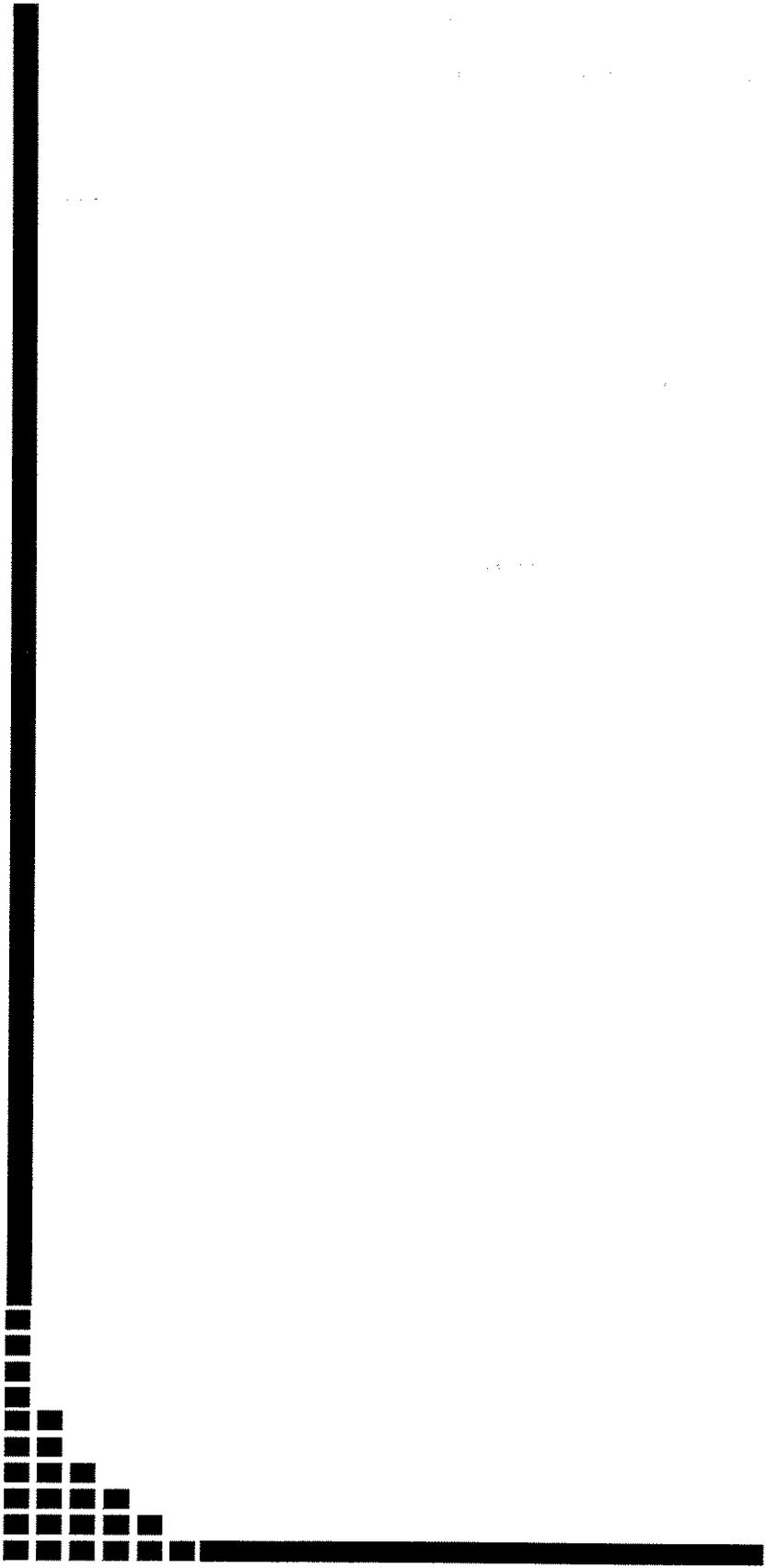
1. A comparação entre os dois grupos mostrou que nenhuma das variáveis estudada leva, por si só, à perda do pátrio poder. Este desfecho depende antes de uma complexa interação de fatores abrangendo aspectos de pobreza, abandono social, institucional e familiar, envolvimento religioso, violência doméstica, uso de álcool e droga e não adesão a tratamentos clínicos e psicossociais.
2. Os dados sociodemográficos das mães deste estudo, tanto das que foram destituídas do pátrio poder, como das que recuperaram a guarda dos filhos na justiça, revelam que estas se encontram em situação de exclusão social, com privações sociais, econômicas, educacionais e saúde e, conseqüentemente, expostas a diversos riscos psicossociais.
3. Em consonância com a literatura, a destituição de pátrio poder ocorre em famílias em que as mães estiveram envolvidas em situações de abandono, negligência, violência física e/ou sexual.
4. A violência doméstica, um reconhecido fator de desagregação familiar e ruptura de vínculos afetivos foi prevalente nesta amostra, em ambos os grupos estudados. Estas mulheres trazem, em suas histórias de vida, algum tipo de violência doméstica, abandono, desamparo e alcoolismo dos pais ou responsável.
5. Constatou-se, neste estudo, que as mães não se tornam incapazes de propiciar proteção integral aos filhos pela existência de violência doméstica em suas histórias de vida. As mães que recuperaram o vínculo do pátrio poder também sofreram algum tipo de violência doméstica na infância e/ou na vida adulta, porém desenvolveram a capacidade de resiliência. Encontraram soluções viabilizando escolhas, segundo as possibilidades e necessidades impostas por situações de sofrimentos acarretados pela vivência de maus-tratos.

6. Em ambos os grupos estudados, as mães envolveram-se em relações afetivas com homens agressivos, usuários de drogas ou álcool, revivendo a violência de gênero sofrida na infância, reproduzindo um modelo de relações familiares calcados no poder, na violência e na hierarquia. No entanto, dentre as mães com rompimento dos vínculos de pátrio poder deu-se a opção pela manutenção dos vínculos com os companheiros agressivos em decorrência de suas condições de desamparo e subalternidade, enquanto que as mães cujo vínculo de pátrio poder foi mantido, romperam com os companheiros agressivos, diante do risco de perderem os filhos na justiça.
7. As mães deste estudo, com uso problemático de álcool e drogas, existente no conjunto de fatores determinantes da destituição do pátrio poder, foram mais propensas a praticar algum tipo de violência doméstica para com os filhos, sendo esta a distinção entre os dois grupos, evidenciando-se, desta forma, a complexidade existente entre drogas, álcool e violência enquanto componente da desagregação familiar.
8. Um dos fatores que contribuíram para a reconquista da guarda dos filhos diz respeito à aceitação de tratamentos especializados propostos para lidar com situações de violência doméstica e do uso problemático de drogas ou álcool. Foi possível retornar a criança à sua família natural, naqueles casos em que houve boa adesão ao tratamento.
9. A perda de pátrio poder foi decretada pela Justiça da Infância e da Juventude de Campinas em conformidade com o E.C.A. nos casos de confirmação de que a manutenção da criança junto à mãe representava sério risco ao seu desenvolvimento, à sua saúde, bem como à sua vida. Da mesma forma, a justiça conseguiu identificar e avaliar as mães que promoveram mudanças significativas em suas vidas, rompendo com os fatores de riscos que as impediam de permanecer com os filhos.

10. Nos serviços de saúde, especificamente nos serviços de pré-natais, saúde da mulher e da criança, é de suma importância a manutenção de programas de prevenção, momento este considerado privilegiado para identificações e intervenções dos profissionais de saúde nos fatores de riscos aos quais a população atendida está exposta. Estas ações devem ser interagidas com a rede de serviços existentes na comunidade.

Para finalizar:

Embora sem a pretensão de ter esgotado as questões relevantes, espera-se que este trabalho represente uma contribuição efetiva ao debate, nas áreas de saúde, educação e ciências sociais e que o mesmo estimule o desenvolvimento de novos estudos e futuros programas de apoio às famílias em risco.



ACSELRAD, G. A Comunidade e a Prevenção. In: INEM, L.C.; ACSELRAD, G. (Org.) **Drogas: Uma Visão Contemporânea**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993. 274p.

ALANIZ, A.G. - **Ingênuos e libertos: estratégias de sobrevivência familiar em época de transição**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. 146p.

ALMEIDA, A.M. - Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, A.M. - **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. 136p.

ALMEIDA FILHO, N; COELHO, M.T. A; PERES, M.F.T. O conceito de saúde mental. **Rev USP**, 43: 100 - 25, 1999.

ANDRADE, R.O. - Comentários do Art.23 do Estatuto da Criança e do Adolescente. In: Cury, Munir (Org.). **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: Comentários Jurídicos e Sociais**. São Paulo: Malheiros, 1992, p.95-96.

ARIÈS, P. - **História social da criança e da família**. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. 279p.

AZEVEDO, M.A; GUERRA, V.A. - **A violência doméstica na infância e na adolescência**. São Paulo: Robe, 1995. 126p.

AZEVEDO, M.A; GUERRA, V.A. - **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1993, 334p.

BADINTER, E. **Um Amor Conquistado: O mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 370p.

BALLONI, G.J. - Abuso Sexual Infantil. In: PsiquWeb, Internet. Disponível em <http://www.virtualpsy.org/infantil/abuso.html>, revisto em 2003. Acesso em: 08/04/2004

BARDIN, L. - **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edição 70, 1988. 225p.

BARNETT, O.W.; PERRIN, C.L.M.; PERRIN, R.D. - **Family violence across lifespan: An introduction**. London: Sage Pub, 1997. 392p.

BARROS, M.L. **Autoridade e Afeto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987, 152p.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. - Estudo: A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil. **IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - 2001.

BAZON, M.R. - Dinâmica e sociabilidade em famílias de classes populares: história de vida. **Paidéia**; 10 (18):40 - 50, 2000.

BECKER, M.J. - Comentários dos artigos 150 e 151 do Estatuto da Criança e do Adolescente. In: CURY, MUNIR (Org.)- **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: comentários jurídicos e sociais**. São Paulo: Malheiros, 1992, p.451-453.

BECKER, M. J. - A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. In: Kaloustian, S.M. (Org.) - **Família Brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 60-76.

BILAC, E.D. - Família: algumas inquietações. In: Carvalho, M.C.B. (Org.) - **A Família Contemporânea Em Debate**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1997, p.29-38.

BOTT, E. **Família e rede social**. Tradução de Mário Guerreiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., 1976. 319p. Título original: Family and social network.

BOWLBY, J. - **Cuidados Maternos e Saúde Mental**. 2.ed., São Paulo: Martins Fontes, 1988. 225p.

BOWLBY, J. - **Formação e Rompimento de Laços Afetivos**. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1990. 165p.

BRAGHINI, L. **Cenas Repetitivas De Violência Doméstica: um impasse entre Eros e Tanatos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000. 253p.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE OUTUBRO DE 1988.

BRASIL. LEI N.º 8.742, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1993 - **Lei Orgânica da Assistência Social**.

BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 - **Estatuto da Criança e do Adolescente.**

BRUN, G. Pais , filhos & Cia. ilimitada. Rio de Janeiro: Record, 1999. 158p.

BRYANT, S. L. and RANGE, L.M. Type and severity of child abuse and college students' lifetime suicidality. **Child Abuse & Neglect. 21 (12):** 1169 - 76, 1997.

BUCHER, R. – Drogas: O que é preciso saber para prevenir. **Governo de São Paulo**, 1993.

BURGUIÈRE, A., (Org.) - **História da família.** Lisboa: Terramar, 1986. 243p.

CABRAL, M.A.A. e CARNEIRO, S.L.M.A. **Estudo de agressões domésticas não notificadas judicialmente na população de mulheres atendidas no Ambulatório de Saúde Mental do Hospital Central da UNICAMP em 1997.** Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, 1997. Trabalho de Pesquisa.

CALDERÓN, A.I.; GUIMARÃES, R.F. - Família: a crise de um modelo hegemônico. In: **Rev SS Societ.**, 46:21-33, 1995.

CAMPINAS. Secretaria de Habitação Municipal de Campinas - SEHAB. Disponível em: <http://www.cohabcp.com.br/inf34.html>. Acesso em: 14/10/2004

CARTER, B; McGOLDRICK, (Org.) - **As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar: Uma estrutura para a terapia familiar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CARVALHO, L. - Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida. . In: **Rev SS Societ.**, 57: 74- 98, 1998.

CARVALHO, M.C.B. - A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, S.M. (Org.) - **Família brasileira: a base de tudo.** São Paulo: Cortez, 1994, p.93-108.

CARVALHO, M.C.B. (Coord.) - Trabalhando Abrigos. **Cadernos de Ação**, 3: 12-17. 1993.

CASEY, J. - **A história da família**. São Paulo: Ática, 1992. 240p.

CASSORLA, R.M.S. - Gravidez, prostituição infanto-juvenil, doenças sexualmente transmissíveis e auto-agressão: ações comunitárias. In: LEVISKY, D.W. (Org.) - **Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. 334p.

CENTRO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE VIOLÊNCIA E SAÚDE – CLAVES. Disponível em: www.claves.fiocruz.br/ Acesso em: 24/11/2003.

CHAUÍ, M. - **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1985.

CORCORAN, J. - Family Interventions With Child Physical Abuse and Neglect: A Critical Review. **Children and Youth Services Review**. 22(7): 563-91, 2000.

CORRÊA, M. - Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, A.A. (Org.) - **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. 3.ed. Campinas: UNICAMP, 1994, p.15-42.

COSTA, A.C.G. - A família como questão social no Brasil. In: KALOUSTIAN, S.M. org. - **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994, p.19-25.

CENTRO REGIONAL DE ATENÇÃO AOS MAUS-TRATOS NA INFÂNCIA – CRAMI. Disponível em: www.crami.org.br/violencia.asp Acesso em 24/11/2003.

CURY, M.; SILVA, A.F.A.; MENDEZ, E.G., org. - **Estatuto da criança e do adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais**. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 1992. 783p.

D'INCÃO, M.A. - O Amor Romântico e a Família Burguesa. In: D'Incão, M.A. **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989. 169p.

D'INCÃO, M. A. - **Doença Mental e Sociedade**. Rio de Janeiro: Graal, 1992, 308p.

D'INCÃO, M. A. Mulher e família burguesa. In: Del Priore Mary, **História das Mulheres no Brasil**. 5. ed., São Paulo: Contexto, 2001, p.223-40.

DE ANTONI, C.; KOLLER, S.H. - Vulnerabilidade e resiliência: um estudo com adolescentes que sofrem maus tratos intrafamiliares. **Psico** 31(1): 39-60, 2000.

DEL PRIORI, M. **Ao Sul do Corpo**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1995, 358p.

DEL PRIORI, M.B. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto; 5 ed., 2001. 678p.

DESLANDES, S.F. - **Prevenir a Violência: um desafio para profissionais de saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ / ENSP / CLAVES, 1994. 40p. (Série: Superando a violência, v 2)

DITOMMASO, L.C. - Estrutura organizacional da Vara da Infância e da Juventude e da Família e Sucessões. In: Curso de Iniciação Funcional para Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Convênio Tribunal/FCBIA, 1991, 275p.

DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias**. Tradução de M.T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1980. 209p. Título original: La police des familles.

DREZETT, J. - Aspectos Médicos do Abuso Sexual Contra Crianças e Adolescentes. In: Vasconcelos, M. G.O.M.; Mallak, L.S.; Leonardi, F.R. (Org.) - **Compreendendo a Violência Sexual Infanto-Juvenil Numa Perspectiva Multidisciplinar**. São Paulo: Bia Ltda ME, 2000, p. 17-32

ENGEL, F. **A Origem da Família, Da Propriedade Privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.S.A. 1981 215p

ENOUT, R.L.J. - A Convenção da ONU e a Legislação Brasileira Protetiva da Infância e da Juventude. In: **Rev ABRAMINJ**, 2:116 - 28, São Paulo: Revistas Oficiais, 2002.

ERICKSON, M.F.; EGELAND, B.; PIANTA, R. - The effects of maltreatment on the development of young children. In: CICHETTI, D. e CARLSON, V. (Ed.) - **Child Maltreatment: Theory and Research on the Causes and Consequences of Child Abuse and Neglect**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. p.647-84

FALCI, M.K. Mulheres do sertão nordestino. In: Del Priore. (Org.) - **História das Mulheres no Brasil**. 5. ed., São Paulo: Contexto, 2001. p.241-77.

FALEIROS, V.P.; FALEIROS, E.T.S. (Coord.) - **Circuito e curtos-circuitos: atendimento, defesa e responsabilidade do abuso sexual contra crianças e adolescentes do Distrito Federal**. São Paulo: Veras, 2001. (Núcleo de pesquisa, 7).

FÁVARO, E.T. **Rompimento dos vínculos do pátrio poder: condicionantes socioeconômicos e familiares**. São Paulo: Veras, 2001. 208p.

FERREIRA, M.R.P; CARVALHO, S.R. - **1º Guia de Adoção de crianças e Adolescentes do Brasil: Novos Caminhos, Dificuldades E Possíveis Soluções**. São Paulo: Winners Editorial, 2000.

FIGUEIRA, S.A. - O “moderno” e o “arcaico” na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: Figueira, Sérvulo, Augusto (Org.) - **Uma Nova Família?** Rio de Janeiro: Zahar, 1987. 112p.

FLANDRIN, J.L. **Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga**. Tradução de M.F.Gonçalves de Azevedo Lisboa: Editorial Estampa, 1995, 291p. (Coleção nova história v 12)

FLEMING, J. et al The long-term impact of childhood sexual abuse in australian women. **Child Abuse & Neglect**. 23 (2): 145 - 59, 1999.

FONSECA, C. - **Caminhos da adoção**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 152p.

FREITAS, C.O. - As drogas na adolescência: risco e proteção. In: SEIDL, E.M.F. (Org.) - **Prevenção ao uso indevido de drogas: Diga sim à vida**. Brasília: CEAD/UnB, 1999. p. 48-56, v.2.

FREITAS, F.F.P. - Subsídios para mudanças do modelo de assistência psiquiátrica. **Cad. Saúde Públ.**, 14(1): 93-106, 1998.

FREITAS, M.C. - **História Social da Infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FREITAS, R.C.S. - Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade: algumas reflexões a partir do caso Acari. **Rev SS Sociol.**, 71: 80-101, 2002.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. UNFPA.- Relatório sobre a situação da população mundial. Disponível em www.unfpa.org.br. Acesso em: 30/10/2004.

GENOFRE, R. M. - Família: uma leitura jurídica. In: Carvalho, M.C.B. (Org.) - **A Família Contemporânea Em Debate**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1997, p.97-104.

GOLDANI, A.M. - Família, Gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Rev Bras de Estudos de População**, 19 (1): 29-47, 2002.

GOMES, R.; DESLANDES, S.F.; VEIGA, M.M.; BHERING, C.; SANTOS, J.F.C.- Por que as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura. **Cad Saúde Pública**, 18(3): 707-14, 2002.

GONÇALVES, H.S.; FERREIRA, A. L.; MARQUES, M.J.V. - Avaliação de serviço de atenção a crianças vítimas de violência doméstica. **Rev Saúde Pública**, 33(6): 553-57, 1999.

GONÇALVES, R.A.; MAIA, I.; SANTOS, M.A.C.; SCHLEUMER, F. - **Luzes e Sombras Sobre a Colônia**. São Paulo: Humanitas Publicações/ Departamento de História/ FELCH/ USP, 1998. 146p. (Série Iniciação, 3)

GOODE, W. Transformações dos padrões de família no mundo. In **Revolução Mundial e Padrões de Família**. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1969. 564p. 1-37.

HAVEREN, T.K. The History of the Family as an Interdisciplinary Field. In: RABB, T.K. e ROTBERG, R.I. (Org.) - **The Family in History**. New York: Harper & Row, 1973. 240p. 211- 35.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE - Pessoas responsáveis pelos domicílios. 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfildamulher/tabela022000.shtml>. Acesso em: 12/10/2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE - Religião no Brasil. Disponível em: [http:// www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/religião/brasil.html](http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/religião/brasil.html). Acesso em: 11/10/2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS - INEP - Mapa do Analfabetismo no Brasil. Disponível em: www.inep.gov.br. Acesso em: 20/10/2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA – **Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC**. 2004, p.1-18. (no prelo)

JAFFE, P.G.; BAKER, L.L.; CUNNINGHAM, A. **Protecting Children From Domestic Violence: Strategies for Community intervention**. New York: Guilford Press, 2004.

JODELET, D. - Os Processos Psicossociais da Exclusão. In: Sawaia, Bader - **As Artimanhas da Exclusão - Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 53-66.

JUNQUEIRA, M.F.P.S; DESLANDES, S.F. Resilience and Child Abuse. **Cad Saúde pública**. , 19(1): 227-35, 2003.

KALOUSTIAN, S.M. - A importância da família In: KALOUSTIAN, S.M. (Org.) - **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994, p.11-15.

KISNERMAN, N. **Sete Estudos Sobre Serviço Social**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978. 123p.

KOVALESKY, A. Factors affecting mother-child visiting identified by women with histories of substance abuse and child custody loss. In: **Child-Welfare**, 80(6), 749-68, 2001.

LAHALLE, A. - Comentários do Art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente. In: Cury, Munir (Org.) - **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: Comentários Jurídicos e Sociais**. São Paulo: Malheiros, 1992, p. 29-30.

LEITE, M.L.M. - A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: Freitas, Marcos Cezar (Org.) - **História Social da infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 17-50.

LEITE, M.L.M. - O Óbvio e o Contraditório da Roda. In: Del Priore, Mary (Org.) - **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 98-111.

LIBERATI, W.D. - **O Estatuto da Criança e do Adolescente – Comentários**. Rio de Janeiro: Marques Saraiva Gráficos e Editores, 1991. 194p.

LINS, P.H., Projeto Prevenção CEE. In: INEM, L.C.; ACSELRAD, G. (Org.) - **Drogas: Uma Visão Contemporânea**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993. 274p.

LOPES, J.R. - Das famílias “desestruturadas” às famílias “recombinadas”: transição, intimidade e feminilidade. In: **Rev S S Sociod**, 46: 5- 20, 1995.

MAFFESOLI, M. - **Dinâmica da Violência**. Tradução de Cristina M. V. França. São Paulo: Vértice, 1987. 159p. Título original: *Essais sur la violence banale et fondatrice*.

MALINOSKY-RUMMELL, R.; HANSEN, D.J. - Long-term consequences of childhood physical abuse. In: *Physical abuse, Psychological Bulletin*, 68-79, 1993, 114p.

MANZINI-COVRE, M.L. - A família, o “feminino”, a cidadania e a subjetividade. In: Carvalho, M.C.B. (Org.) - **A Família Contemporânea Em Debate**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997, p.105-22.

MARCÍLIO, M.L. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. In: Freitas, Marcos César de. (Org.) - **História Social da Infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999, p.51-76.

MARICONDI, M.A. - **Falando de Abrigo: cinco anos de experiência do Projeto Casas de Convivência**. São Paulo: FEBEM, 1997.

MARQUES, A.C.P.R.; CRUZ, M.S. - O adolescente e o uso de drogas. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, 22(2): 32-6, 2000.

MATOS, E.T.B. - Família - Uma Rede Em Contrução. In: - **Direito à Convivência Familiar e Comunitária**. São Paulo: Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social: Ai.Bi. - Associazione Amici dei Bambini, 1999. 118p.

MATTOSO, K.Q. O Filho da Escrava. In: Del Priore (org). - **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

MATTOSO, K.Q. **Ser Escravo no Brasil**. 2. ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. 267p. 122-143

MAYER-GROSS, W.; SLATER, E.; ROTH, M. **Psiquiatria Clínica**. São Paulo: Mestre Jou, 1972, v.1. p. 401-432.

MICHAUD, Y. - **A Violência**. Tradução de L. Garcia. São Paulo: Editora Ática S.A., 1989. 116p. Título original: La Violence.

MINAYO, M.C.S. - O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GURESCH, P. A., JOVCHELOVITCH, S. (Org.) **Textos em Representações Sociais**. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 89- 111p. 1999.

MINAYO, M.C.S. - **O desafio do conhecimento, pesquisa qualitativa em saúde**. 6.ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999. 269p.

MINAYO, M.C.S; DESLANDES, S.F. - A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Cad Saúde Publ**, 14(1): 35-42, 1998.

NEDER, G. - Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização da família no Brasil. In: KALOUSTIAN, S.M. (Org.) - **Família brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994, p.26-46.

NEUMANN, M. M. – O que é violência contra a criança e o adolescente. **CLAVES**. 2000. Disponível em www.claves.fiocruz.br. Acesso em: 14/04/2004.

NEW HOPE FOR PREVENTING CHILD ABUSE AND NEGLECT - FIGHT CRIME: INVEST IN KIDS, Washington, DC. Disponível em: www.fightcrime.org. Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA www.unfpa.org.br. Acesso em: 14/06/2004

NIIMI, R. - Pobreza não é o único fator de exclusão no Brasil. UNICEF - 2003. Disponível em www.unicef.org/brazil/indicadoresnoticias.htm Acesso em 21/06/2003

OLIVEIRA, A. B. Saúde e vitimização. In: Azevedo, M.A. e Guerra, V.N.A. **Crianças Vitimizadas: A Síndrome do Pequeno Poder**. São Paulo: Iglu, 1989, p.99-103

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Informações para a imprensa, PEREIRA, C. & FIGLIE, N.B. Álcool. - ABAD - Associação Brasileira de Estudos do Álcool e Outras Drogas. Disponível em http://www.abead.com.br/asp/home_drogas.asp?nd=Álcool. Acesso em: 20/03/2004

OSIS, M.J.D.; HARDY, E.; FAÚNDES, A.; ALVES, G. Fatores associados à assistência pré-natal entre mulheres de baixa renda no Estado de São Paulo, Brasil. **Rev Saúde Pública**, 27(1): 49-53, São Paulo, 1993

PASSETTI, E. - **Violentados: crianças, adolescentes e justiça**. São Paulo: Imaginário, 1999, 170p.

PAUGAM, S. - O Enfraquecimento e a Ruptura dos Vínculos Sociais: Uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. Tradução de Camila Giorgetti. In: Sawaia, Bader - **As Artimanhas da Exclusão - Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. 156p

PINTO, A.C.R.G. - O Serviço Social nas Varas da Família e Sucessões. In: **Curso de Iniciação Funcional para Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. Convênio Tribunal/FCBIA, 1991, 275p.

POSTER, M - **Teoria crítica da família**. Tradução de Avaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 251p.

PRADO, D. **O que é Família**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. 92p.

RIBEIRO, M.O. A Situação da família em Situação de Exclusão Social. Manual de Enfermagem , 2001. Disponível em: www.ids-saude.org.br/enfermagem. Acesso em: 09/04/2004.

ROMANELLI, G. - Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. C.B. (Org.) - **A família contemporânea em debate**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1997, p.73-88.

ROSA, E.M; TASSARA, E.T.O. Em busca de um sentido para a violência contra crianças. **Psicol argum**; 21(34): 35-40, 2003.

ROURE, G.Q. - **Vidas silenciadas: a violência com crianças e adolescentes na sociedade brasileira**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. 164p.

SAFFIOTI, H.I.B. - A síndrome do pequeno poder. In: Azevedo, M.A. e Guerra, V.N.A. **Crianças Vitimizadas: A Síndrome do Pequeno Poder**. São Paulo: Iglu, 1989, p.13-21.

SAMARA, E.M. – What Has Changed in Brazilian Families? (From Colony to the Present). **Psicologia USP**. 13(2), 27-48, 2002.

SANTOS, H.O. - **Crianças Espancadas**. Campinas: Papirus, 1987. 132p.

SANTOS, H. O. - **Crianças Violadas**. Campinas: CBIA - CRAMI, 1991. 114p.

SARRACENO, B. **Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível**. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro: Te Corá, 1999.

SARTI, C.A. - **A família como espelho : um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas: Autores Associados, 1996, p.39-49.

SARTI, C.A. - Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, M.C.B. (Org.) **A família contemporânea em debate**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1997, p.39-49.

A SAÚDE MENTAL NA COMUNIDADE: O projeto de reabilitação psicossocial. Programa Saúde da Família. Disponível em http://idssaude.uol.com.br/psf/enfermagem/tema5/texto29_3.asp. Acesso em: 16/03/2004

SAWAIA, B. - Exclusão ou Inclusão Perversa? In: Sawaia, Bader - **As Artimanhas da Exclusão - Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999a. 7-13p.

SAWAIA, B. - O Sofrimento Ético-Político Como Categoria de Análise da Dialética Exclusão/Inclusão. In: Sawaia, Bader - **As Artimanhas Da Exclusão - Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999b. 97-116p.

SÊDA, E. - **A criança e o direito alternativo**. Campinas: Adês, 1995. 155p.

SEIDL, E; COSTA, L., - As drogas na atualidade. In: SEIDL, E.M.F. (Org.) - **Prevenção ao uso indevido de drogas: Diga sim à vida**. Brasília: CEAD/UnB, 1999. 16-22p., v.1.

SEMOLINI, A.F. e SILVA, M.C - Relatório Estatístico. Comissão de Pesquisa Estatística-FCM- Unicamp, 2002.

SERRA, M.M.P. – **O Brasil de muitas mães: aspectos demográficos de crianças**. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2003. Trabalho de Pesquisa.

SERRURIER, C. – **Elogio às mães más**. Tradução de Sonia Goldfeder. São Paulo: Summus, 1993. 140p.

SILVA, M.B.N. Relações Familiares . In **História da família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998. 291p. 207- 246

SIMÃO, M.O.; LOUREIRO, S.R.; SMATRA, S.I.; KERR-CORRÊA, F. - Alcoolismo feminino: revisão de aspectos relacionados à violência. **Revista ABP-APAL**. 19 (4): 139-48. 1997.

SÍNTESE INDICADORES SOCIAIS. 2003. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/13042004sintese2003html.shtm>. Acesso em: 27/08/2004

SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE NASCIMENTOS - SINASC. Disponível em: <http://www.tabenet.datasus.gov.br/catalogo/sinasc.html>. Acesso em: 21/11/2003

SLUZKI, C.E. - **A Rede Social Na Prática Sistêmica**. Tradução de Claudia Berliner, São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. 147p.

SPOSATTI, A. - **Mapa da Exclusão/Inclusão na Cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996

STRAUS, M. A.; SMITH, C.; Family patterns and child abuse. In: Straus, M.A. e Gelles, R.J. - **Physical Violence in American Families - Risk Factors and Adaptations to Violence in 8.145 Families**. New Jersey: Transaction Publishers, 245-61, 1995.

STREPARAVA, P.D.; ROCHA, V.G.M. O que são drogas e para que servem: uso, mau uso e abuso. Disponível em: www.saudetotal.com/phoenix/drogas.htm. Acesso em: 23/08/2004.

SUDBRACK, M.F.O., - O trabalho comunitário e a construção de redes sociais: Uma nova forma de pensar e de prevenir o uso indevido de drogas. In: SEIDL, E.M.F. (Org.) - **Prevenção ao uso indevido de drogas: Diga sim à vida**. 2:24-32, 2000.

SZYMANSKI, H. - Teorias e “teorias” de famílias. In: Carvalho, M.C.B. (Org.) - **A Família Contemporânea em Debate**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1997, p.23-27.

SZYMANSKI, H. - Trabalhando com família. **Caderno de Ação**, 1:5-39, 1992.

TETELBOM, M. - A violência e a aprendizagem ou o aprendizado da violência. **Boletim Científico da Sociedade de Pediatria do RS**. 1: 3-7, 1999. Ano 18

THE ALAN GUTTMACHER INSTITUTE – Sharing responsibility: Women, society and abortion worldwide. New York: AGI, 2000. Disponível em: <http://www.agi.usa.org/>. Acesso em: 08/04/2004

TIBA, I.- O uso da maconha e as alterações nos relacionamentos humanos. In: LEVISKY, D.W. (Org.) - **Adolescência e violência: ações comunitárias na prevenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. 334p.

TOMIO, A.G.S. - **A violência doméstica contra crianças e adolescentes atendidos no conselho tutelar do município de Itajaí-SC**. São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, 2000. Trabalho de Pesquisa.

TRIGO, M.L.B. Amor e Casamento no Século XX. In: (Org.) D'Incão, Maria Ângela, **Amor e Família no Brasil**, São Paulo: Contexto, 1989.

VELHO, G., Dimensão Cultural e Política Do Mundo Das Drogas. In: INEM, L.C.; ACSELRAD, G. (org) - **Drogas: Uma Visão Contemporânea**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993. 274p.

VENÂNCIO, R.P. - Maternidade Negada. In: Del Priore, Mary (Org.) **História das Mulheres no Brasil**. 5. ed., São Paulo: Contexto, 2001, p.189-222.

VERCELONE, P. - Comentários do Art.3º do Estatuto da Criança e do Adolescente. In: Cury, Munir (Org.) **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado: Comentários Jurídicos e Sociais**, São Paulo: Malheiros, 1992, p.17-20.

WANDERLEY, M. B. - Refletindo sobre a noção de exclusão. In: Sawaia, Bader - **As Artimanhas da Exclusão - Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999, p. 16-26.

WINNICOTT, D. - **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 1987. 290p.

World Health Organization. WHO global consultation on violence and health. **Violence: a public health priority**. Geneva: WHO; 1996. (WHO 49.25)

World Health Organization. **World report on violence and health**. Edited by Krug EG, Dahlberg L, Mercy JA, Zwi AB, Lozano R.. Geneva: WHO: 2002.

ZALUAR, A. - Drogas, Contexto e Cidadania. In: INEM, L.C.; ACSELRAD, G. (Org.) - **Drogas: Uma Visão Contemporânea**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993. 274p.

ZAVASCHI, M.L.S.; SATLER, F.; POESTER, D.; VARGAS, F.C.; PIAZENSKI, R.; ROHDE, L.A.; et al - Associação entre trauma por perda na infância e depressão na vida adulta. In: **Rev Bras Psiquiatria** 24(4): 189-95, 2002.

ZIBERMAN, M. L; BLUME, S. B. - Violência Doméstica e Abuso de Álcool e outras Drogas, In: **Programa Álcool e Drogas - PAD**, São Paulo: Instituto de Psiquiatria, USP. 2004.

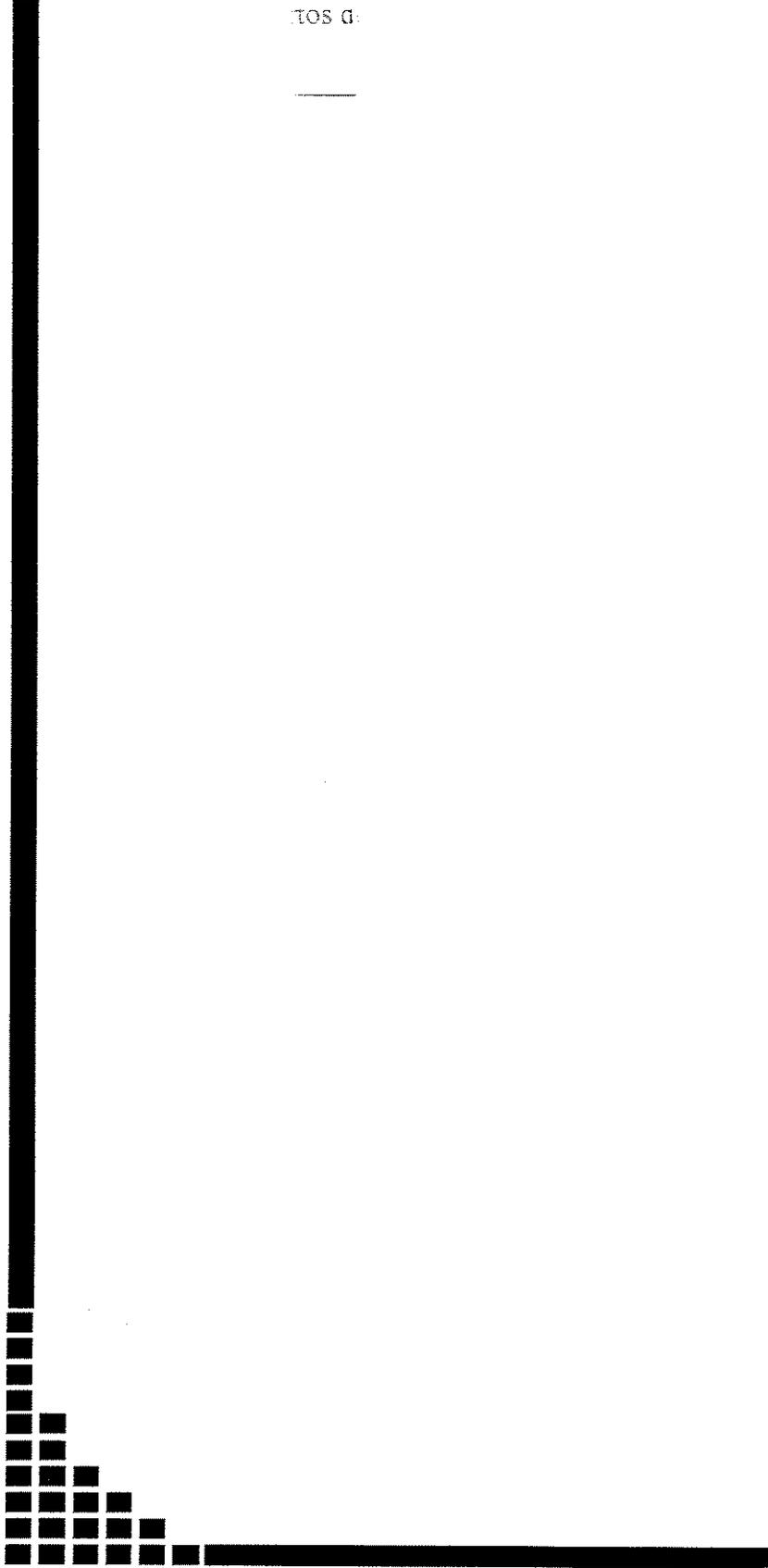


***8- BIBLIOGRAFIA DE
NORMATIZAÇÕES***

1. HERANI, M.L.G. - Normas para apresentação de dissertações e teses. BIREME, São Paulo, 1991. 45p.

2. Normas e procedimentos para publicação de dissertações e teses. Faculdade de Ciências Médicas, Unicamp. Ed. SAD - OF. CIR/ PRPG/06/95 - Normas ABNT. 1995. 8p. (alterado 2002)

LOS G.



9- ANEXOS

Questionário sócio demográfico

Nome: _____

Data Nascimento: _____ Idade: _____

Local Nascimento: _____

Cor: _____ Religião: _____

Endereço: _____

Bairro _____ Fone: _____

Ponto de Referência: _____

Procedência: _____

Tempo de Residência em Campinas: _____

Escolaridade: _____

Estado Civil:

Solteiro: _____ Casado: _____ Amasiado: _____

Viúvo: _____ Divorciado: _____ Separado: _____

Profissão: _____ Ocupação: _____

Desempregado: _____ Tempo no último emprego ou desemprego: _____

Salário: _____ Renda Familiar: _____

Tipo de família: _____

Condições Habitacionais:

Casa cedida: _____ alugada: _____ Própria: _____

Financiada: _____ Outros: _____ Madeira: _____

Alvenaria: _____ Outros _____ Favela: _____

Área de Invasão: _____ Nº de Cômodos: _____

Nº de Quartos: _____ Nº pessoas que moram na casa _____

Questionário I

1- Quantos filhos você teve? 1 2 3 4 5 6 mais de 6

2- Quais as idades e sexos de seus filhos?

3- São todos filhos do mesmo pai? sim não

Explique:

4- O primeiro filho foi desejado? sim não

Por quê?

Obs: repetir a pergunta para cada filho.

5- O primeiro filho nasceu quanto tempo após o início do relacionamento?

Obs: repetir a pergunta para cada filho.

6- Algum filho foi fruto de um relacionamento eventual? sim não

Explique: _____

7- Como foi cada gestação?

tranqüila agitada com problemas de saúde

com problemas emocionais outros

8- Fez tratamento pré- natal em cada gestação? sim não

Por quê? _____

9- Sofreu algum trauma em alguma das gestações? sim não

Quais traumas? (citá-los). Fale como eles ocorreram e suas reações face a estas ocorrências.

10- Teve algum aborto? sim não

De que tipo: natural provocado

11- Pensou em aborto em alguma gestação e não fez? sim não

Por quê? _____

12- Como foram os partos de cada filho? natural cesariana fórceps outros

Por quê? _____

13- Quais foram as condições das crianças ao nascerem?

normal com problemas

14- Quais foram os problemas?

15- Você tem algum problema de doença? sim não

Qual? _____

16- Alguém de sua família tem algum problema de doença? sim não

Quem? _____

Qual? _____

17- Alguém de sua família tem ou teve “problema dos nervos”?

sim não

De que tipo? _____

Quem? _____

Precisou ser internado (a)? sim não toma medicação? sim não

Alguma outra doença séria na família sim não

Qual? _____

18- Você tem ou teve “problema dos nervos”? sim não

De que tipo? _____

Precisou ser internada? sim não

Toma medicação? sim não

Faz psicoterapia? sim não

Tem alguma outra doença séria? sim não

Qual? _____

19- Você já foi orientada por alguém a procurar um “médico de nervos” e não procurou?

sim não Quem orientou? _____

Quando? _____ Por quê? _____

20- Alguém na sua família já praticou crime de morte? sim não

Quem matou? _____

Quando? _____ Como? _____

Por quê? _____

21- Alguém na sua família já esteve preso? sim não

Quem? _____

Por quanto tempo? _____

Por quê? _____

22- Você já matou alguém? sim não

Quem? _____

Quando? _____ Como? _____

Por quê? _____

23- Você já praticou furtos, roubos ou outros?

sim não

uma vez algumas vezes várias vezes

24- Você já esteve presa? sim não Por quanto tempo? _____

Por quê? _____

Há quanto tempo saiu da prisão? _____

25- Algum familiar tem história de mortes violentas? sim não

Quem? _____

Como ocorreram? _____

26- Alguém de sua família bebe? sim não

Que tipo de bebida? _____

Com que frequência? uma vez por dia várias vezes ao dia

nos finais de semanas raramente outros

27- Você bebe? sim não Há quanto tempo? _____

Que tipo de bebida? _____ Com que frequência?

uma vez por dia várias vezes ao dia nos finais de semanas

raramente outros

28- Já foi internada por causa da bebida? sim não

E alguém de sua família? sim não

29- Alguém na sua família é dependente de drogas? sim não

Que tipo de droga? maconha cocaína crack LSD barbitúricos outros

Com que frequência? as vezes várias vezes ao dia uma vez por dia
 esporadicamente outros

30- Você é dependente de drogas? sim não

Que tipo de droga? maconha cocaína crack LSD barbitúricos outros

Com que frequência? as vezes várias vezes ao dia uma vez por dia
 esporadicamente outros

31- Você usou drogas ou bebidas alcóolicas durante alguma gravidez?

drogas sim não álcool sim não

32- Com quem viveu na infância? pais outros

33- Quantos irmãos você tem? _____

Viveu com eles na infância? sim não

Onde eles estavam? com parentes conhecidos não sabe

34- Você morou em instituição de abrigo em algum período de sua infância ou adolescência? sim não

Por quê? _____

Por quanto tempo? _____

35- Acha que recebeu cuidados adequados da parte dos seus pais ou responsáveis?

sim não

Por quê? _____

36- Considera ter sido sua infância feliz? sim não

Por quê? _____

37- Você alguma vez passou por alguma situação de violência quando era criança?

sim não

Descreva essa situação, inclusive como você reagia

38- Até que idade morou com seus pais?

Porquê? _____

Com quem foi morar? _____

39- Com que idade teve sua primeira relação sexual? _____

40- Com que idade teve seu primeiro filho? _____ e sua idade quando nasceram os outros filhos? _____

41- Quantos companheiros você já teve? _____

42- Durante quanto tempo viveu com cada um?

43- Você já se casou legalmente? sim não

44- Já sofreu algum tipo de violência dos companheiros que teve?

sim não

Que tipo de violência? _____

Em que situação isso ocorria? _____

45- Há quanto tempo vive com o atual companheiro? _____

46- Ele é o pai de algum de seus filhos? sim não

Quais? _____

47- Como é o relacionamento? bom razoável ruim

48- Como são resolvidas as discussões e desentendimentos?

conversando com agressões físicas com agressões morais

não são resolvidas outros

49- Já houve separação? sim não

Porquê? _____

Quando? _____

Quanto tempo durou? _____

Por quê reataram o relacionamento?

50- Como é o relacionamento entre as pessoas que moram em sua casa?

bom regular ruim sem agressões físicas ou verbais ruim com agressões físicas ou verbais outros

Por quê? _____

51- Você mantém contatos com seus parentes mais próximos?

sim não

Por quê? _____

Visitam-se com frequência? sim não

A frequência é: diária semanal anual raramente

52- Quantas vezes você mudou de casa? nunca 1 vez 2 vezes 3 vezes
 4 vezes mais de 4 vezes outros

Porquê? _____

53- Quantas vezes você mudou de cidade? nunca 1 vez 2 vezes 3 vezes
 4 vezes mais de 4 vezes outros

Porquê? _____

54- Com que idade começou a trabalhar? _____

Que tipo de trabalho? _____

55- Você já trabalhou ou trabalha na prostituição? sim não

Há quanto tempo? _____

Por quê? _____

56- Você está trabalhando no momento? sim não

Em que? _____

Tem registro em carteira? sim não

57- Quantas pessoas trabalham na família? 1 2 3 4 mais de 4

58- Quantas horas por semana cada membro da família trabalha?

8 horas menos de 8 horas 20 horas menos de 20 horas 40 horas

menos de 40 horas 48 horas mais de 48 horas outros

59- Você está incluída em algum programa de auxílio municipal ou da Comunidade?

sim não

Qual? _____

Por quê? _____

60- Quais benefícios recebe? cesta básica renda mínima leite outros

61- Você já participou de algum programa municipal ou da comunidade?

sim não

Qual? _____

Por quê? _____

62- Freqüenta as obrigações da comunidade religiosa que pertence?

sim não

Há quanto tempo? _____

Com que freqüência? diária semanal mensal outros

Questionário II

1. Quantos filhos estão na sua companhia?

2. Onde se encontram os filhos que não estão com você?

Por quê?

3. Há quanto tempo não mantém contato com os filhos afastados de sua companhia por decisão judicial?

Por quê?

4- Há quanto tempo não mantém contato com os filhos que estão sob os cuidados de parentes ou conhecidos?

Por quê?

5- Em sua opinião, o que aconteceu para “o Juiz” pegar seus filhos e encaminhá-los para uma instituição de abrigo?

6- De acordo com seu entendimento, quais foram os motivos que levaram você perder seus filhos na Justiça?

7- Qual foi sua reação frente a decisão da Justiça?

8- Tem algum objeto que pertenceu aos seus filhos retirados de você? O quê?

Por quê?

9- Que tipo de sentimentos tem por eles?

10- O que tem a falar sobre eles?

11- O que você sente por eles no momento?

12- O que sentia por eles quando estavam em sua companhia?

13- Como eram os cuidados para com eles?

14- Eles receberam algum tipo de maus tratos de sua parte? Ou de alguém de sua família?

15- O que você deseja a esses filhos?

16- Você tem esperança de vê-los no futuro?

17- Você pensa que um dia eles vão procurá-la?

18- O que gostaria de dizer a eles se tivesse oportunidade?

19- Quais são os seus desejos e planos para o seu futuro?

20- Você gostaria de falar algo mais que por acaso, não tenha sido perguntado, ou que você tenha vontade de falar?

Questionário sócio demográfico

Nome: _____

Data Nascimento: _____ Idade: _____

Local Nascimento: _____

Cor: _____ Religião: _____

Endereço: _____

Bairro _____ Fone: _____

Ponto de Referência: _____

Procedência: _____

Tempo de Residência em Campinas: _____

Escolaridade: _____

Estado Civil:

Solteiro: _____ Casado: _____ Amasiado: _____

Viúvo: _____ Divorciado: _____ Separado: _____

Profissão: _____ Ocupação: _____

Desempregado: _____ Tempo no último emprego ou desemprego: _____

Salário: _____ Renda Familiar: _____

Tipo de família: _____

Condições Habitacionais:

Casa cedida: _____ alugada: _____ Própria: _____

Financiada: _____ Outros: _____ Madeira: _____

Alvenaria: _____ Outros _____ Favela: _____

Área de Invasão: _____ N° de Cômodos: _____

N° de Quartos: _____ N° pessoas que moram na casa _____

Questionário I

1- Quantos filhos você teve? 1 2 3 4 5 6 mais de 6

2- Quais as idades e sexos de seus filhos?

3- São todos filhos do mesmo pai? sim não

Explique:

4- O primeiro filho foi desejado? sim não

Por quê?

Obs: repetir a pergunta para cada filho.

5- O primeiro filho nasceu quanto tempo após o início do relacionamento?

Obs: repetir a pergunta para cada filho.

6- Algum filho foi fruto de um relacionamento eventual? sim não

Explique:

7- Como foi cada gestação?

tranqüila agitada com problemas de saúde com problemas emocionais outros

8- Fez tratamento pré- natal em cada gestação? sim não

Porquê? _____

9- Sofreu algum trauma em alguma das gestações? sim não

Quais traumas? (citá-los). Fale como eles ocorreram e suas reações face a estas ocorrências.

10- Teve algum aborto? sim não

de que tipo: natural provocado

11- Pensou em aborto em alguma gestação e não fez? sim não

Por quê? _____

12- Como foram os partos de cada filho? natural cesariana fórceps outros

Por quê? _____

13- Quais foram as condições das crianças ao nascerem?

normal com problemas

14- Quais foram os problemas?

15- Você tem algum problema de doença? sim não

Qual? _____

16- Alguém de sua família tem algum problema de doença? sim não

Quem? _____

Qual? _____

17- Alguém de sua família tem ou teve “problema dos nervos”? sim não

De que tipo? _____

Quem? _____

Precisou ser internado(a)? sim não

Toma medicação? sim não

Alguma outra doença séria na família sim não

Qual? _____

18- Você tem ou teve “problema dos nervos”? sim não

De que tipo? _____

Precisou ser internada? sim não

Toma medicação? sim não

Faz psicoterapia? sim não

Tem alguma outra doença séria? sim não

Qual? _____

19- Você já foi orientada por alguém a procurar um “médico de nervos” e não procurou?

sim não Quem orientou? _____

Quando? _____ Por quê? _____

20- Alguém na sua família já praticou crime de morte? sim não

Quem matou? _____

Quando? _____ Como? _____

Por quê? _____

21- Alguém na sua família já esteve preso? sim não

Quem? _____

Por quanto tempo? _____

Por quê? _____

22- Você já matou alguém? sim não

Quem? _____

Quando? _____ Como? _____

Por quê? _____

23- Você já praticou furtos, roubos ou outros?

sim não uma vez algumas vezes várias vezes

24- Você já esteve presa? sim não Por quanto tempo? _____

Por quê? _____

Há quanto tempo saiu da prisão? _____

25- Algum familiar tem história de mortes violentas? sim não

Quem? _____

Como ocorreram? _____

26- Alguém de sua família bebe? sim não

Que tipo de bebida? _____

Com que frequência? uma vez por dia várias vezes ao dia nos finais de semanas
 raramente outros

27- Você bebe? sim não Há quanto tempo? _____

Que tipo de bebida? _____

Com que frequência? uma vez por dia várias vezes ao dia nos finais de
semanas raramente outros

28- Já foi internada por causa da bebida? sim não

E alguém de sua família? sim não

29- Alguém na sua família é dependente de drogas? sim não

Que tipo de droga? maconha cocaína crack LSD barbitúricos outros

Com que frequência? as vezes várias vezes ao dia uma vez por dia
 esporadicamente outros

30- Você é dependente de drogas? sim não

Que tipo de droga? maconha cocaína crack LSD barbitúricos outros

Com que frequência? as vezes várias vezes ao dia uma vez por dia
 esporadicamente outros

31- Você usou drogas ou bebidas alcóolicas durante alguma gravidez?

drogas sim não álcool sim não

32- Com quem viveu na infância? pais outros

33- Quantos irmãos você tem? _____

Viveu com eles na infância? sim não

Onde eles estavam? com parentes conhecidos não sabe

34- Você morou em instituição de abrigo em algum período de sua infância ou

adolescência? sim não

Por quê? _____

Por quanto tempo? _____

35- Acha que recebeu cuidados adequados da parte dos seus pais ou responsáveis?

sim não

Por quê? _____

36- Considera ter sido sua infância feliz? sim não

Por quê?

37- Você alguma vez passou por alguma situação de violência quando era criança?

sim não

Descreva essa situação, inclusive como você reagia

38- Até que idade morou com seus pais?

Porquê? _____

Com quem foi morar? _____

39- Com que idade teve sua primeira relação sexual? _____

40- Com que idade teve seu primeiro filho? _____ e sua idade quando nasceram os outros filhos? _____

41- Quantos companheiros você já teve? _____

42- Durante quanto tempo viveu com cada um?

43- Você já se casou legalmente? sim não

44- Já sofreu algum tipo de violência dos companheiros que teve? sim não

Que tipo de violência? _____

Em que situação isso ocorria? _____

45- Há quanto tempo vive com o atual companheiro? _____

46- Ele é o pai de algum de seus filhos? sim não

Quais? _____

47- Como é o relacionamento? bom razoável ruim

48- Como são resolvidas as discussões e desentendimentos?

- conversando com agressões físicas com agressões morais não são resolvidas
 outros

49- Já houve separação? sim não

Porquê? _____

Quando? _____

Quanto tempo durou? _____

Por quê reataram o relacionamento?

50- Como é o relacionamento entre as pessoas que moram em sua casa?

- bom regular ruim sem agressões físicas ou verbais ruim com agressões
físicas ou verbais outros

Por quê? _____

51- Você mantém contatos com seus parentes mais próximos? sim não

Por quê? _____

Visitam-se com frequência? sim não

A frequência é: diária semanal anual raramente

52- Quantas vezes você mudou de casa? nunca 1 vez 2 vezes 3 vezes
 4 vezes mais de 4 vezes outros

Por quê? _____

53- Quantas vezes você mudou de cidade? nunca 1 vez 2 vezes 3 vezes
 4 vezes mais de 4 vezes outros

Por quê? _____

54- Com que idade começou a trabalhar? _____

Que tipo de trabalho? _____

55- Você já trabalhou ou trabalha na prostituição? sim não

Há quanto tempo? _____

Por quê? _____

56- Você está trabalhando no momento? sim não

Em quê? _____

Tem registro em carteira? sim não

57- Quantas pessoas trabalham na família? 1 2 3 4 mais de 4

58- Quantas horas por semana cada membro da família trabalha?

8 horas menos de 8 horas 20 horas menos de 20 horas
 40 horas menos de 40 horas 48 horas mais de 48 horas
 outros

59- Você está incluída em algum programa de auxílio municipal ou da Comunidade?

sim não

Qual? _____

Por quê? _____

60- Quais benefícios recebe? cesta básica renda mínima leite outros

61- Você já participou de algum programa municipal ou da comunidade?

sim não

Qual? _____

Por quê? _____

62- Frequenta as obrigações da comunidade religiosa que pertence?

sim não

Há quanto tempo? _____

Com que frequência? diária semanal mensal outros

Questionário II

1- Quantos filhos estão na sua companhia?

2- Onde se encontram os filhos que não estão com você?

Por quê? _____

3- Costuma manter contatos com os filhos que não estão em sua companhia?

Com qual frequência? _____

Por quê? _____

4- O que levou estes filhos a não ficarem com você?

5- Em sua opinião, o que aconteceu para o “Juiz” suspender temporariamente o pátrio poder exercido sob seus filhos?

6- De acordo com seu entendimento, quais foram os motivos que levaram o “Juiz” a devolver-lhe os filhos?

7- Há quanto tempo seus filhos retornaram para a sua companhia?

8- Estiveram abrigados durante quanto tempo?

9- Costumava visitá-los no período que permaneceram em instituição de abrigo?
Com qual frequência?

10- Que tipo de sentimento (s) você teve face à ameaça de perder seus filhos na Justiça?
(sentiu medo? sentiu raiva? sentiu impotência?)

11- Como eram os cuidados com seus filhos antes de serem retirados de você?

Explique:

12- Mudou seu modo de agir, educar e tratar os filhos depois do ocorrido?

Explique:

13- Foi preciso modificar seu modo de vida para reaver a guarda dos filhos?

Explique:

14- Está conseguindo manter as mudanças feitas na época? Para isso, conta com algum tipo de suporte?

15- Eles receberam algum tipo de maus tratos de sua parte? Ou de alguém de sua família?

16- Quais são seus sentimentos para com eles? O que representam para você?

17- O que você deseja a esses filhos?

18- Quais são seus desejos e planos para o seu futuro?

19- Você gostaria de falar algo mais que, por acaso, não tenha sido perguntado, ou que você tenha vontade de falar?

RELATOS DAS ENTREVISTAS – GRUPO DE ESTUDO

Entrevista 01:

E.A L., 22 anos, sexo feminino, amasiada, 1ª série do 1º grau, sem trabalho, natural e procedente de Rio Claro-SP, religião: católica não praticante.

Quando contava com sete anos de idade, o pai, que era alcoolista, tentou matar a mãe com uma faca. A mãe, então, saiu de casa levando dois dos quatro filhos.

Ela e o irmão mais velho permaneceram com o pai, recebendo suporte de uma irmã para cuidar deles.

E. disse ter sentido muito a falta da mãe, acrescentando: “Ela não quis me levar, escolheu os meus irmãos...” (sic)

O pai nunca a agrediu fisicamente, mas era uma pessoa muito nervosa e, por esta razão, costumava gritar e xingá-la freqüentemente. Não agüentando esta situação, saía de casa, indo para a residência dos vizinhos e amigos, só retornando diante da certeza de que o pai havia se acalmado.

Já residindo em Campinas, aos 11 anos de idade, passou a perambular pelas ruas centrais da cidade praticando mendicância e, às vezes, não retornava para casa. Pernoitava na companhia dos colegas de rua, em praças e casas abandonadas.

Nestas condições, foi por diversas vezes abordada pela polícia e por ela encaminhada ao abrigo municipal Centro Municipal de Proteção à Criança e ao Adolescente – CMPCA.

Algumas vezes evadiu-se do abrigo e, em outras, o pai, quando comunicado de sua presença no local, ia buscá-la e assim o círculo casa – rua – abrigo, recomeçava. Estava envolvida com o uso de substâncias tóxicas.

Aos 16 anos de idade engravidou e passou a viver maritalmente com o pai da criança que esperava.

Ele era proprietário de uma perua Kombi onde comercializava doces industrializados. O casal dormia neste veículo e, quando não era possível, dormiam ao relento, mesmo após o nascimento da criança.

Ele usava bebidas alcoólicas e a agredia fisicamente durante as discussões que eram freqüentes. Chegou a ser seriamente agredida também quando estava grávida.

Neste contexto, a criança foi retirada dos pais e, posteriormente, encaminhada para um familiar que solicitou sua guarda. Desde então, não mantém contato com o filho. “Minha tia não deixa eu ver a criança...” (sic)

Depois, o casal se separou e ela foi viver maritalmente, por um curto período, com outra pessoa, vindo a ter desta união outro filho.

Começou a utilizar a criança na prática de mendicância. O filho foi retirado de sua companhia, existindo proibição de visita da parte da Justiça.

Antes de lhe retirarem o filho, E. disse ter recebido orientações e encaminhamentos de órgãos públicos. “Mas como eu não parei, levaram a criança. Eles tinham avisado que isso poderia acontecer se eu não parasse...” (sic)

O irmão, que residia com ela e o pai, estava envolvido com drogas e com a criminalidade. Pegava drogas dos traficantes, acumulou dívidas com eles e, por não ter como pagá-los, foi assassinado.

E. verbalizou não mais estar utilizando drogas e praticando mendicância. Na casa do pai vive com o atual companheiro, que também não é usuário de drogas e a trata bem.

Gostaria de um dia poder dizer aos filhos que é a mãe deles e explicar que não os abandonou, que sente por eles amor de mãe. Estaria cuidando deles se não tivesse ocorrido a intervenção da Justiça.

Entrevista 02:

Z.A.D., 30 anos, sexo feminino, amasiada, 1ª série do 1º grau, desempregada, natural de Campinas-SP, religião: católica praticante.

Os pais eram separados, não possuindo lembranças do pai. Ela e os 5 irmãos viveram parte da infância na companhia da mãe, que morreu em casa, na presença dos filhos. “Ela morreu de tanto beber. Até hoje lembro dela morta na cama...” (sic)

Foi morar com os avós juntamente com os irmãos. A avó também era alcoolista e desenvolvia comportamentos agressivos. Quando alcoolizada, gritava palavras de baixo calão e atirava garrafas e outros objetos em quem estivesse por perto.

O alvo preferido dela era o avô. Ele não bebia e sofria muito com a agressividade dela desencadeada pelo uso de álcool.

Era comum ter que sair correndo de casa, refugiando-se nas residências dos vizinhos para fugir dos ataques da avó. Nos momentos em que estava sóbria, que eram raros, era uma pessoa boa e atenciosa com os netos.

Quando os irmãos mais velhos começaram a trabalhar, cansados da situação familiar vivenciada, alugaram um cômodo de madeira, onde os 5 irmãos foram residir.

Um ano após ter saído da casa dos avós foi viver maritalmente com o namorado. Com ele viveu 8 anos e teve 4 filhos.

O companheiro entregou 2 dos filhos à familiares distantes e conhecidos, pois as crianças eram doentes, precisavam de medicamentos, cuidados especiais e eles não tinham condições de suprir as necessidades destas crianças.

Z. informou que todos os filhos nasceram com desnutrição e receberam acompanhamento médico, leite e medicamentos no posto de saúde do bairro que reside.

Após alguns anos de convivência com o companheiro, ele passou a beber mais, utilizando seu salário integral em bares e com mulheres.

Com isso, a família foi acometida por graves privações econômicas, chegando a faltar alimentação aos filhos, apesar de Z. contar na época com poucos recursos financeiros provenientes de seu trabalho esporádico.

Em função das dificuldades encontradas, as crianças viviam sujas, passavam fome, não eram cuidadas adequadamente. “Eu queria cuidar bem dos meus filhos, mas sem poder contar com a ajuda do meu marido eu não conseguia...” (sic)

Verbalizou ser uma pessoa nervosa desde a infância, e com as dificuldades vividas seu nervosismo aumentou. Costumava xingar e ameaçar as pessoas, sentindo o desejo de agredi-las fisicamente.

Não aceitava submeter-se a tratamento psiquiátrico. Recentemente, seguiu um encaminhamento recebido, está recebendo, uma vez ao mês, acompanhamento terapêutico e medicamentos, sentindo ter diminuído um pouco seu nervosismo. “ Tomei só um pouco o remédio e parei porque fiquei com medo de viciar...” (sic)

Cansada do descaso do companheiro, começou a sair de casa, deixando os filhos sozinhos, ou com o pai. Desejava, com sua atitude, chamá-lo para a responsabilidade junto aos filhos.

Algumas vezes o companheiro a colocava para fora de casa, mediante gritos, palavrões e acusações de o estar traindo com outro homem.

Em uma ocasião, o companheiro estava em casa com as crianças. Alcoolizado, dormiu, esquecendo uma vela acesa. A casa incendiou-se e os filhos foram socorridos pelos vizinhos que fizeram uma denúncia de maus tratos ao CRAMI - Centro Regional de Atenção e Registro aos Maus Tratos na Infância. Durante um período, os técnicos desta instituição realizaram um acompanhamento familiar. “Não consegui descobrir quem fez a denúncia, ameacei várias pessoas e, se descobrisse era capaz de matar a pessoa, pois estava muito nervosa e revoltada...” (sic)

O que contribuiu significativamente para a manifestação desses seus sentimentos, foi que, após as visitas do CRAMI, as crianças foram retiradas pela Vara da Infância e da Juventude.

Depois disso, separou-se do companheiro e foi viver maritalmente com uma pessoa que havia conhecido, estando com ele no momento. Tem uma filha ainda bebê desta união.

Disse manter um bom relacionamento com o atual companheiro, que não usa alcoólicos, é atencioso e supre as necessidades econômicas da família.

Z. verbalizou não aceitar o fato de estar separada dos filhos e sofrer com a ausência deles, embora o tempo já tenha atenuado sua dor e revolta. Com a ajuda do atual companheiro, sente-se agora em condições de cuidar adequadamente dos filhos.

Gostaria de ter uma nova chance de permanecer com os filhos, mensurando que para isso iria trabalhar para sustentá-los. “Quereria provar para o Juiz que sou capaz e as assistentes sociais poderiam vir sempre na minha casa para me controlar. Meus filhos não vão ser felizes longe de mim e vão crescer revoltados...” (sic)

Entrevista 03:

M.F.M., 33 anos, sexo feminino, amasiada, 4ª série do 1º grau, desempregada, natural e procedente de Cafelândia-SP, religião: católica não praticante.

Os pais eram alcoolistas e se embriagavam diariamente. O pai mantinha o hábito de molhar a chupeta dos filhos na pinga antes de colocá-las em suas bocas. Depois, ainda na primeira infância, oferecia a todos pequenas doses de pinga.

A família sobrevivia da prática da mendicância. Ela e os 4 irmãos eram obrigados a acompanhar os pais e ajudá-los na arrecadação de esmolas.

M. colocou não serem os pais agressivos, mas negligentes. Nunca se importaram de registrar os filhos, colocá-los e mantê-los em escolas, bem como se ficassem pelas ruas da favela onde moravam, às vezes sem alimentação e sem cuidados com a higiene pessoal.

Disse ter sido registrada aos 16 anos de idade, graças ao auxílio recebido da proprietária da residência onde trabalhou como empregada doméstica. Esta pessoa também a incentivou a matricular-se em uma escola para ser alfabetizada.

Aos 12 anos de idade começou a usar bebidas alcoólicas esporadicamente e, aos 14 anos, drogas na mesma proporção do álcool, vindo com o tempo a utilizar ambos com mais frequência.

Os 4 irmãos também bebiam, sendo que um deles morreu das conseqüências de complicações orgânicas ocasionadas pelo uso excessivo de álcool e drogas.

Durante a adolescência e parte da vida adulta, M. praticou pequenos furtos, não chegando, no entanto, a ser pega em flagrante e, conseqüentemente, presa. Isso aconteceu em um período de sua vida no qual estava voltada para o uso de drogas.

Teve 5 filhos, alguns relacionamentos de namoro e 3 companheiros. Em sua companhia se encontram os 2 filhos mais novos.

O pai de seu primeiro filho foi assassinado antes de seu nascimento. Este filho está sob os cuidados de uma irmã da entrevistada, a qual justificou desta forma: “A gente morava com minha irmã. Quando eu fui morar com o meu ex-companheiro, o menino ficou, porque estava acostumado com ela...” (sic)

Com esta pessoa viveu maritalmente durante 4 anos e foi por ela agredida fisicamente durante o período que durou a união. Mostrando uma cicatriz em seu rosto, disse: “Uma vez, ele deu uma mordida forte aqui no meu rosto que arrancou pedaço...” (sic)

Teve com ele uma filha que passou a ser cuidada pela avó paterna quando o casal se separou. Posteriormente, ele foi preso por prática de assalto à mão armada.

De outro relacionamento teve mais uma filha que permaneceu na sua companhia durante 3 anos. Contou que costumava, às vezes, praticar mendicância com esta filha e que não estava conseguindo cuidar dela adequadamente.

Em continuidade, disse ter a filha adoecido, necessitado de internação hospitalar e de lá foi encaminhada para um abrigo. “O Juiz achou que eu estava maltratando minha filha e não permitiu que eu ficasse com ela. Sofro muito com isso...” (sic)

Quando a filha foi retirada, aumentou o consumo de drogas e de bebidas alcoólicas, estando se utilizando no momento de uso moderado de ambos.

M. manifestou o desejo e a esperança de reaver a guarda da filha. “As vezes fico pensando: Será que minha filha ainda se lembra de mim, de sua mãe?” (sic)

Gostaria de poder explicar à filha que não a abandonou e que nunca tomaria essa atitude, por amá-la muito

Com o atual companheiro vive há quatro anos e com ele tem dois filhos. Verbalizou ser ele responsável, trabalhador e carinhoso com ela e os filhos. É também usuário moderado de drogas, mas isso não o torna irresponsável, de acordo com a informação da entrevistada.

Conhece o atual companheiro desde a adolescência por residirem na mesma favela. “Nunca pensei que um dia ia viver com ele...” (sic)

Ele tem dois filhos de outra união, que foram retirados pela Justiça após decorrido um tempo que a então companheira, na época, e mãe de seus filhos havia morrido.

Entrevista 04:

G.A.B., 21 anos, sexo feminino, amasiada, 8ª série do 1º grau, desempregada, natural de Guaianase – MG e procedente de Casa Branca – SP, religião: católica praticante.

Viveu com a mãe que era alcoolista até os três anos de idade, sendo ela sua única filha. Em função do alcoolismo da mãe, foi morar com uma tia materna e, após alguns anos, a mãe faleceu.

A mãe teve uma curta convivência com seu pai, vindo a conhecê-lo aos 15 anos de idade e posteriormente perdido contato com ele.

O marido desta tia, com quem foi morar, segundo seu relato, era muito nervoso e ambos brigavam muito, sendo a tia por ele agredida fisicamente. Por causa disso, foi morar com a avó materna.

Disse ter vivido um bom período na companhia da avó, de quem recebia carinho. A avó a entregou a um casal com filhos pertencentes a uma religião evangélica. “Ninguém me queria e um jogava para o outro. Acho que era por eu ter sido uma criança levada...” (sic)

Aos cinco anos de idade, vivendo com esta família, era obrigada a fazer todo o serviço de casa e, segundo sua afirmação, apanhava por não conseguir executar as tarefas caseiras com perfeição.

Contou ter sido abusada sexualmente pelo filho mais velho deste casal, exemplificando a forma como foi abusada: “Ele, por diversas vezes me jogava na cama, me batia e fazia ameaças e depois fazia sexo forçado comigo...” (sic)

Quando os membros da família tomaram conhecimento do abuso, a devolveram para a tia e esta, por sua vez, a colocou em uma instituição existente na cidade em que residia.

Após alguns anos, foi transferida para um dos abrigos existentes em Campinas, onde permaneceu até completar 17 anos de idade.

Afirmou preservar algumas lembranças boas do período de institucionalização, correspondente às idades entre os 5 e 17 anos.

Considera ser muito nervosa desde a infância e, por isso, costumava criar conflitos com as colegas do abrigo, afirmando ter contado em relação a isso com orientações e aconselhamento das pessoas vinculadas à instituição.

Desvinculou-se do abrigo aos 17 anos de idade para tentar novamente conviver com as tias maternas. Durante um ano permaneceu em trânsito entre as casas das tias e trabalhou em casa de família.

Disse não ter dado certo, resolvendo retornar para Campinas. “Minhas tias não gostam de mim mesmo, ninguém da minha família me quer por perto. Elas continuaram me jogando uma para outra, da mesma forma que fizeram quando eu era criança...” (sic)

Foi morar em um hotel e, quando seu dinheiro acabou, resolveu trabalhar na prostituição para se sustentar, mantendo esta atividade por um período de seis meses.

Ainda residindo em um hotel, iniciou um relacionamento de namoro com um hóspede, deixou a prostituição e foi viver maritalmente com ele.

Estava no terceiro mês de gestação quando o relacionamento terminou. Foi morar em uma instituição que acolhe gestantes, permanecendo com a criança durante os seus seis primeiros meses de vida.

Disse ter a Justiça retirado seu filho em função de não ter moradia, meios de sustento e alguém para auxiliá-la nos cuidados com a criança por não possuir na época maturidade para exercer a maternidade.

Depois, sozinha, permaneceu por alguns meses entre o albergue e a rua. Costumava pernoitar em casas abandonadas e sob pontes, afirmando nunca ter se envolvido com drogas, bebidas alcoólicas e furtos.

Na rua, conheceu o atual companheiro que cuida de carros na região central da cidade e estão vivendo juntos há quase um ano em casa de propriedade dele.

Disse ser o companheiro uma pessoa nervosa que já a agrediu fisicamente três vezes durante as discussões. “Eu não vivo bem com ele, mas pelo menos tenho casa e alguém que me sustenta...” (sic)

Na ocasião da entrevista realizada G., disse manter a desconfiança de que está grávida, pois teve de interromper o uso de anticoncepcional por causa de efeitos colaterais.

Comentou ainda ter o companheiro se manifestado contrário ao desejo de ter um filho neste momento e por isso está apreensiva de ele a abandonar frente a uma confirmação de gravidez.

Manifestou-se desejosa de ter outro filho mediante a justificativa: “Perdi um filho por não ter condições de ficar com ele. Quero ter outro porque agora acho que estou em condições de amar e de cuidar de uma criança...” (sic)

G. verbalizou ter enviado uma carta a um programa de televisão para participar de um dos quadros denominado “Um Dia de Princesa” e sonha ser sorteada para ter alguns momentos de felicidade e ganhar uma casa mobiliada.

Entrevista 05:

A.P.O., 22 anos, sexo feminino, solteira, analfabeta, desempregada, natural e procedente de Bragança Paulista, religião: evangélica praticante.

A mãe foi abandonada pelo namorado ao tomar conhecimento de que estava grávida. Um homem que amava sua mãe a assumiu grávida.

Quando ela ainda era bebê, a mãe se suicidou e o padrasto assumiu seus cuidados, enfatizando ter sido ele um pai carinhoso e cuidadoso.

Aos quatro anos de idade foi estuprada por um vizinho. O pai acionou a polícia e o agressor foi preso.

O pai arrumou uma companheira e A. passou a ter conflitos no relacionamento com ela. Por esta razão, aos seis anos foi morar com a avó materna, intercalando períodos de convivência com a avó e o pai, até este vir a óbito.

Aos 14 anos de idade engravidou e foi viver maritalmente com o pai do filho que esperava. Com esta idade, começou a usar drogas e bebidas alcoólicas.

Depois de um tempo de relacionamento, o companheiro passou a agredi-la fisicamente. Tomou conhecimento de que ele usava drogas em excesso e que havia cumprido pena de detenção de quatro anos por prática de assaltos à mão.

Com ele viveu oito anos e teve três filhos. Durante o tempo de convivência, afirmou ser espancada por ele com frequência, possuindo cicatrizes das agressões recebidas.

As agressões não foram interrompidas, mesmo nos períodos das gestações dos filhos. “Ele dava chutes em minha barriga, doía muito e eu sangrava. As crianças nasceram prematuras por causa disso...” (sic)

Afirmou nunca ter o companheiro agredido os filhos, mas eles assistiam às sessões de agressões e ficavam muito assustados.

Contou o tê-lo denunciado à polícia pelas graves agressões recebidas. Ele chegou a ser preso por um dia e, ao retornar para casa, a espancou violentamente, provocando sérios ferimentos.

Disse não conseguir romper o relacionamento em função de ele ameaçá-la de morte e de sumir com os filhos. “Eu acredito que ele seria capaz de me matar mesmo...” (sic)

O companheiro destinava toda a sua renda proveniente de seu trabalho, na aquisição de drogas e ela compartilhava a substância por ele adquirida.

Disse que esta situação a forçou a praticar a mendicância, utilizando para isto os filhos. Para sobreviver, contava ainda com o auxílio material dos vizinhos.

Neste contexto, a Justiça retirou os filhos de sua companhia, sendo acusada pelo companheiro pelo acontecido que teve a seguinte reação descrita pela entrevistada: “Ele pegou uma faca e começou a me furar para me matar. De repente, parou, me amarrou e falou que ia até o bar beber e já voltava para terminar o serviço. Consegui fugir e fui na polícia e para minha alegria ele sumiu...” (sic)

Desde então, está residindo com a avó, afirmando ter parado com o uso de drogas há quase dois anos e estar em abstinência de álcool há três meses.

Comentou ter uma tia que reside nos fundos da casa da avó que a acusa pela perda dos filhos, humilhando-a com frequência por esta razão, dizendo aos gritos: “Você não presta, só sabe correr atrás de homem, como pôde perder seus filhos?” Acho que ela me odeia e está difícil conviver lá, mas eu não tenho para onde ir...” (sic)

Quando tinha permissão de visitar os filhos no abrigo, dizia para a filha mais velha: “Você nunca vai esquecer a mãe, mesmo que te arranjem outra mãe, olha bem para o meu rosto prá não esquecer. Um dia você vai saber e entender porque aconteceu tudo isso. Conte sobre essas nossas conversas para seus irmãos quando crescerem um pouco. Peço perdão a todos vocês e por favor não tenham ódio de mim...” (sic)

A. verbalizou manter a esperança de que um dia os filhos vão querer vê-la e aí terá oportunidade de dar-lhes explicações, dizer que sempre os amou e reiterar o seu pedido de perdão.

RELATO DAS ENTREVISTAS – GRUPO COMPARATIVO

Entrevista 01:

K.R.P., 29 anos, sexo feminino, solteira, 8ª série do 1º grau, serviços gerais, natural de Campinas - SP, religião: católica não praticante.

Os pais se separaram quando ela tinha seis anos de idade. A mãe foi embora de casa e ela e o único irmão foram cuidados pela avó paterna.

Contou ser o pai, na época, agressivo e alcoolista, costumando agredir a mãe fisicamente, bem como bater nos filhos. “Quando ele estava nervoso, descontava na gente e batia minha cabeça na parede...” (sic)

O pai residia em cômodos existentes nos fundos da casa da avó, mantendo convivência assídua com ele. Esclareceu que a avó a defendia das agressões do pai.

Continuou mantendo contatos com a mãe, visitando-a em sua residência. Disse não ter a mãe suportado as agressões do pai, bem como não ter na ocasião condições de permanecer com ela e o irmão.

Comentou ser muito nervosa e ter iniciado tratamentos psiquiátricos na infância, definindo a causa: “Nasci com a moleira fechada...” (sic) A avó a inseriu em seu convênio médico e, através deste, pode usufruir de terapias e tratamentos durante alguns anos.

A avó veio a óbito quando ela contava com 16 anos de idade, beneficiando-a com o recebimento de uma pensão. Nesta ocasião, o pai havia contraído nova união, mas continuou residindo no mesmo local.

Contou ter sido a avó uma pessoa cuidadosa e afetiva para com ela e o irmão. Com sua morte, se sentiu sozinha e desprotegida, interrompendo o tratamento psiquiátrico e indo morar por um tempo com a mãe.

Teve sua primeira experiência sexual aos 16 anos e engravidou de uma única transa. Quando a criança contava com três anos de idade, seus familiares decidiram entregá-la ao pai e avó paterna pois era imatura e naquela época estava sentindo seus problemas de natureza psiquiátrica com maior intensidade.

Este filho possui 13 anos, mantendo pouco contato com ele por impedimento do pai que tem sua guarda judicial.

A partir daí, teve vários relacionamentos, vivendo maritalmente com três deles. Tempos depois, engravidou do terceiro companheiro com o qual conviveu por dois anos.

Disse ter recebido violência física e sexual da parte do segundo companheiro. Isso ocorria em situações em que ela não desejava manter relações sexuais com ele. Então ele a agredia e fazia sexo forçado.

Contou suspeitar que o pai e a madrasta com os quais mantém relacionamento conflitivo, fizeram uma denúncia de maus tratos ao filho de cinco anos no Centro Regional de Registro e Atenção aos Maus Tratos na Infância e Adolescência – CRAMI

Explicou não estar bem de saúde naquela época, desenvolvendo apatia e nervosismo. Isso contribuía para que não conseguisse dar os devidos cuidados e atenção ao filho, bem como manter sua casa e pertences do filho com adequação de higiene.

Salientou que isso não significa que tenha maltratado o filho. Reconhece que estava sem paciência com ele, costumando gritar frente suas solicitações, enfatizando nunca ter batido no filho.

Posteriormente, a Vara da Infância e da Juventude retirou a criança de sua companhia e a encaminhou para um abrigo.

Retomou o tratamento psiquiátrico, sendo os sintomas sentidos amenizados, conseguindo melhor organizar as atividades da vida diária. Enfatizou ter sentido muito medo de perder a guarda do filho, acrescentando: “Eu o amo demais. Ele é tudo pra mim. Ficar sem ele é como que ficar sem respirar...” (sic)

O filho está freqüentado creche desde que retornou à sua companhia e ela arrumou pequenos trabalhos remunerados para completar sua renda e, conforme suas palavras, para ocupar o tempo com atividades gratificantes e rentáveis, de forma a desviar possíveis pensamentos perturbatórios.

Entrevista 02:

R.S.C., 30 anos, sexo feminino, amasiada, 2ª série do 1º grau, desempregada, natural de Campinas – SP, religião: católica não praticante.

Durante a infância, conviveu com os pais e os cinco irmãos. A mãe faleceu quando ela contava com 12 anos de idade. Na ocasião do falecimento da mãe, estava grávida de sua primeira filha, que foi fruto de um relacionamento eventual.

Do grupo de irmãos é a mais nova, sendo a única a continuar residindo com o pai após o falecimento da mãe, pois os irmãos já haviam constituído suas famílias.

Contou ter recebido muito carinho da mãe, já o pai foi ausente e agressivo com a mãe e com todos os filhos. Durante a infância, recebeu espancamentos da parte do pai e, por essa razão, considera ter sido infeliz.

Verbalizou ter sido estuprada pelo pai aos 13 anos de idade, um mês após o nascimento da primeira filha, relatando como se deu a violência sexual sofrida:

“Eu estava dormindo e acordei com ele em cima de mim, apontando uma arma para minha cabeça. Desmaiei e não vi mais nada...” (sic)

Depois do ocorrido, saiu de casa para residir com uma das irmãs, porém, antes ouviu do pai a seguinte proposta: “Se quer continuar morando aqui, só na condição de viver como minha mulher...” (sic)

Alguns meses depois, seu pai entregou a filha para a pessoa que a batizou na igreja católica, não vindo mais a ter contatos com essa filha.

Teve vários relacionamentos, dentre eles eventuais e duradouros, tendo destes seis filhos que permaneceram com seus respectivos pais quando as relações foram rompidas.

Justificou a permanência destes filhos com seus pais por não ter moradia e emprego.

Em função de seus limites pessoais e econômicos, não mantém contatos com esses filhos. Nos períodos em que ficou sozinha, retornou para a casa do pai por falta de opção, enfatizando que ele não mais tentou manter relação sexual com ela.

Disse não se relacionar com os familiares, dentre eles os irmãos, acrescentando: “Ninguém nunca ligou para mim. Na minha família é cada um por si e Deus por todos...” (sic)

Posteriormente, conheceu o atual companheiro com qual vive há oito anos, tendo com ele três filhos. Submeteu-se a uma cirurgia de laqueadura de trompas na ocasião do parto do 9º filho.

O companheiro possui antecedentes criminais e já cumpriu pena referente à prática de furtos, além de já ter sido preso por algumas vezes, recebendo liberação em pouco tempo, desconhecendo, no entanto, os motivos dessas curtas privações de liberdade.

Ele é usuário de drogas – maconha, porém, segundo a entrevistada, seu vício não interfere na dinâmica familiar.

Relatou ter vivido um período de muitas dificuldades e por esta razão desenvolvia descontrole emocional e muito nervosismo. Disse ser uma pessoa muito nervosa, desde que foi estuprada pelo pai.

Dentre outras dificuldades, o companheiro estava preso, estava residindo em um pequeno cômodo cedido pela sogra e vivia de donativos dos vizinhos e dos familiares do companheiro.

Esta situação fez com que não cuidasse direito dos filhos, vindo a perder a paciência no trato cotidiano com eles, estando sempre muito nervosa. Neste contexto, os filhos foram retirados e encaminhados a um abrigo.

Na ocasião da entrevista realizada, o companheiro estava preso pelo motivo exposto: “Ele foi pego roubando um par de tênis para comprar gás de cozinha que tinha acabado, foi levado para a delegacia e, por ter antecedentes criminais, ficou detido...”(sic)

Disse estar mais atenta aos cuidados com os filhos desde que retornaram para sua companhia. O medo de perdê-los fez com que repensasse suas atitudes, não mais se descontrolando com eles, esforçando-se em corresponder com adequação às suas necessidades básicas.

Suas condições habitacionais foram melhoradas, agora tem uma casa de madeira com mobílias essenciais e conta com subsídios do programa municipal de renda mínima para sua subsistência, enquanto aguarda o companheiro sair da prisão.

Entrevista 03:

P.A.B., 27 anos, sexo feminino, amasiada, analfabeta, desempregada, natural e procedente de Ribeirão Preto, religião: sem religião.

Com apenas alguns dias de vida, foi adotada por uma tia materna. Da mãe biológica sabe apenas que era prostituta e nunca teve contato com ela.

Sua família adotiva era constituída pelos pais e 17 irmãos e todos viviam e trabalhavam em área rural.

Disse ter sido rejeitada pela maioria dos componentes da família. O pai e alguns dos irmãos a maltratavam com castigos físicos e a mandavam embora de casa, ouvindo por diversas vezes na infância não pertencer à família por não ser filha legítima.

Contou ser a mãe adotiva alcoolista, acrescentando: “ Minha mãe não era carinhosa, mas não me tratava mal. Ela bebia muito, uma garrafa de pinga por dia. Bebia de desgosto, porque meu pai batia nela, tinha casos com outras mulheres e teve filhos com as irmãs dela...” (sic)

Quando contava com cinco anos de idade, sofreu violência sexual por parte de um dos irmãos, sendo obrigada a manter relações sexuais com ele durante um período de tempo, não sabendo precisar quanto durou.

A mãe faleceu quando ela tinha 16 anos de idade. Em seguida à morte da mãe, o pai tentou estuprá-la assim como fez com as irmãs, à medida que iam se tornando moças.

Depois deste fato, fugiu de casa e da cidade, indo morar na pensão de uma prima. Nesta época, já usava bebidas alcoólicas, incorporando o uso de drogas, posteriormente. Conseguiu, tempo depois, deixar de usar essas substâncias, afirmando ter tido êxito por não se considerar viciada, pois as usava esporadicamente.

Poucos dias depois que chegou na pensão, conheceu uma pessoa que lhe ofereceu ajuda, depois de narrar sua história de vida.

Ele ocupava dois quartos da pensão, um deles com a mulher e os filhos e o outro dividia com ela. Com o tempo, separou-se da mulher e transferiram residência para Campinas.

Com ele vive maritalmente há 10 anos, sendo até então, o único companheiro que teve, possuindo três filhos desta união.

Disse sofrer do parceiro agressões físicas e morais, costumando falar a ela: “Você é uma rejeitada, não tem ninguém que te aceite, então vai ter que me agüentar...” (sic)

Comentou ter realizado algumas tentativas de separação mas, por esbarrar em dificuldades referentes a não ter uma pessoa para apoiá-la, não conseguiu romper o relacionamento.

Considera-se uma pessoa muito nervosa e já se submeteu a tratamento psiquiátrico medicamentoso, não se recordando do diagnóstico clínico, interrompendo-o por conta própria.

Contou que o companheiro rejeita a segunda filha, desde a gestação. “Ele não gosta dela porque ela é moreninha igual ele...” (sic)

Com o tempo, o companheiro parou de agredi-la fisicamente, continuando no entanto, com as agressões verbais, desviando as agressões físicas à filha que rejeita. “Ele não tem interesse nenhum por ela. Trata bem os outros filhos...” (sic)

Disse tentar proteger a filha das agressões, colocando-se fisicamente na frente do companheiro e, nestas condições, recebia no lugar dela socos e pontapés.

Quando estava no final da terceira gestação, em uma das tentativas de proteção à filha da ira do pai, recebeu chutes na barriga, sentiu-se mal e precisou ser hospitalizada. A situação de violência doméstica veio à tona e as filhas foram abrigadas.

Durante o período de afastamento das filhas, pôde refletir sobre a situação vivida, afirmando ter recebido orientações e encaminhamentos dos profissionais do abrigo que muito a auxiliaram a repensar sua vida.

As filhas sofreram muito com o afastamento e ela sentiu muito medo de perdê-las, dizendo: “Meus filhos são a razão de minha vida. É por eles que me esforço para esquecer tudo o que passei e dar o que eu nunca tive: amor e carinho. E isso eles sempre receberam de minha parte...” (sic)

Afirmou que através da dolorosa experiência trazida pelo afastamento temporário das filhas, bem como o medo de perdê-las, fez com que se fortalecesse perante o companheiro, exemplificando:

“Ainda não consegui me desligar dele, mas adquiri coragem para enfrentá-lo. Se ele grita, eu grito mais alto, se faz ameaças, eu ameaço também, se começa a falar que não tenho ninguém na vida, não deixo ele perceber que isso me magoa muito. Avisei que não vou mais permitir que ele encoste um dedo na minha filha. E ele, desde que as meninas voltaram não tentou mais bater na filha de que não gosta. Descobri que eu sou forte e capaz de me proteger e proteger meus filhos. Eu sei que preciso me fortalecer mais ainda, mas já consegui muito com a ajuda das assistentes sociais e com meus próprios esforços. Eu sei que um dia chego lá, ou seja, largo dele...” (sic)

Entrevista 04:

I.P., 33 anos, sexo feminino, solteira, 3ª série do 1º grau, faxineira, natural e procedente de Campo Limpo Paulista –SP, religião: evangélica praticante.

Considera ter tido uma infância feliz ao lado dos pais e dos quatro irmãos. Apesar da pobreza vivida pelos familiares, disse que os pais ofereceram cuidados adequados e carinho aos filhos.

O pai não permitia que as filhas mantivessem namoros longos. Por esta razão, após um curto namoro foi viver maritalmente com o primeiro namorado.

Com a convivência, ele passou a beber demasiadamente, a ponto de não se manter em empregos. Ela, com seu trabalho, sustentava a casa e os três filhos que teve desta união.

Quando o companheiro estava alcoolizado, a agredia fisicamente, desenvolvendo comportamentos calmos quando não alcoolizado.

Conheceu uma pessoa que lhe assegurou que poderia proporcionar-lhe uma vida melhor, sem violências e sofrimentos.

Disse ter aceitado a proposta, pois há oito anos sofria ao lado do companheiro, estando cansada da vida que levava, cultivando esperanças de que a pessoa recém-entrada em sua vida pudesse realmente oferecer-lhe segurança, tranquilidade e felicidade.

A referida pessoa estava sendo acusada de ter estuprado a enteada e procurada pela Justiça. Diante desta acusação, a entrevistada falou: “Ele negou ter feito isso e eu acreditei...” (sic)

Por conta disso o ex-companheiro e sua mãe não permitiram que ela levasse os três filhos. Ao longo do tempo, afirmou ter feito tentativas de trazer os filhos para sua companhia, porém não a autorizaram.

Mantém contatos com esses filhos, costumando permanecer em sua residência durante as férias escolares.

Esclareceu ter o ex-companheiro, após alguns anos que ocorreu a separação, ingressado em uma religião evangélica e rompido com o álcool.

Os problemas apareceram logo no início do novo relacionamento. Ele era agressivo, ciumento e usava drogas. “Percebi que tinha sido enganada, mas não podia voltar nem para o meu ex-marido nem para minha família, porque eles não aceitaram o que fiz...” (sic)

Com esse companheiro viveu 10 anos e teve quatro filhos. “Ele xingava e batia nas crianças quando estava nervoso...” (sic)

Contou ser por ele obrigada a acompanhá-lo no trabalho e nas horas vagas, ir com ele em pescarias, seu lazer preferido. Isso porque não permitia que ficasse longe dele, alegando que, se tivesse oportunidade, o trairia com outros homens.

Os filhos permaneciam sozinhos em casa e aguardavam ela chegar para alimentá-los e os menores às vezes brigavam e se machucavam.

Os vizinhos realizaram denúncia de cárcere privado e as crianças, mediante determinação judicial, foram encaminhadas a abrigo.

Paralelamente, em decorrência do abrigamento das crianças, verificou-se que o companheiro da entrevistada estava em débito com a Justiça, pelo crime de estupro praticado há cerca de 12 anos e foi preso.

Sem o companheiro, a entrevistada reorganizou sua vida, recebeu ajuda da comunidade religiosa, melhorando suas condições habitacionais e conseguiu trabalho como faxineira.

Durante a entrevista realizada, disse que é possível o ex-companheiro estar em liberdade, baseando-se no fato de ter recebido o seguinte recado dele via telefone: “Fala para I., se ela arrumar outro homem eu mato ela...” (sic)

Em relação a sua nova condição de vida, disse: “Não é fácil sozinha cuidar e sustentar a casa e os filhos, mas parece que tirei um grande peso das minhas costas quando me livrei dele. Estou em paz. Meus filhos também transmitem paz e agora demonstram estar felizes...” (sic)

Entrevista 05:

D.P.S., 36 anos, sexo feminino, amasiada, 2ª série do 1º grau, desempregada, natural e procedente de Itambé – PR, religião: católica praticante.

A mãe faleceu quando ela contava com cinco anos de idade. Continuou na mesma casa com o pai que era alcoolista e os 6 irmãos até os sete anos de idade, ocasião que o pai veio a óbito.

As irmãs mais velhas assumiram os cuidados dos irmãos mais novos, estando ela incluída na segunda categoria.

As responsáveis por ela, suas irmãs, disseram ao completar 12 anos de idade: “A partir de agora você vai se virar para trazer dinheiro para casa. Vai fazer programa...” (sic)

A partir daí, ela e a irmã mais nova ingressaram na prostituição, entregando todo dinheiro recebido em casa. Se prostituiu durante seis anos.

Na prostituição, entrou em contato com a droga e com o álcool. Com o tempo, deixou de usar drogas, continuando com o uso intensificado de bebidas alcoólicas.

Conheceu o atual e único companheiro em uma boate onde fazia programas de sexo, deixando esta atividade ao iniciarem o relacionamento.

Disse que ele bebia quando se conheceram, porém sempre usou álcool em proporções bem menores que ela.

Nesta época, rompeu o relacionamento com as irmãs que a iniciaram e a exploravam na prostituição, perdurando o afastamento até a data da entrevista realizada, dizendo: “É um absurdo o que elas fizeram comigo. Isso não tem perdão...” (sic)

Vive com o companheiro há 17 anos e, em função do alcoolismo de ambos, desenvolveram muitas brigas.

A única filha do casal nasceu após 11 anos de relacionamento por causa das dificuldades dela em engravidar.

Informou não ter se submetido a tratamentos para engravidar, optando pela realização de simpatias para conseguir gerar filhos.

Verbalizou serem os cuidados com a filha comprometidos em decorrência do uso diário de bebidas alcoólicas. “Eu achava que cuidava bem, mas hoje sei que não...” (sic)

Comentou ter o companheiro tentado, nos últimos cinco anos, convencê-la a deixar a bebida ou pelo menos diminuir, para poder cuidar melhor da filha. O companheiro paulatinamente havia conseguido diminuir a quantidade de ingestão de álcool.

Disse ter entrado em desespero quando a filha foi afastada de sua companhia, tomando, neste momento, consciência do mal que a bebida estava causando a todos.

Na data da realização da entrevista, estava em abstinência de álcool há sete meses e em acompanhamento junto ao Centro de Referência e Informação em Alcoolismo e drogadição – CRIAD.

No final da entrevista, fez os seguintes comentários: “Minhas amigas falaram que eu mudei muito depois que parei de beber. Quando olho no espelho, vejo que minha pele está melhor, não estou mais inchada e até estou me sentindo bonita. Na verdade, mudei por dentro e por fora. Parece que junto com a bebida, estou mandando embora todo o meu triste passado, toda humilhação que fui obrigada a passar. O mais importante de tudo é que por minha filha estou mudando, já mudei. Eu, meu marido, que também não bebe mais e minha princesa somos agora uma família de verdade e felizes. Tenho certeza que vai continuar assim. Se Deus quiser...”